



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX Nº 35, QUARTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2024

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 28ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE MARÇO DE 2024

1.1 – ABERTURA	9
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Oradores	
Senador Jorge Kajuru – Homenagem ao Senado Federal pela sua independência institucional e pelas contribuições empreendidas pela Casa Legislativa ao longo de seus 200 anos de história.	9
Senador Eduardo Girão – Destaque à comemoração do Bicentenário do Senado Federal e análise do papel da instituição atualmente. Considerações acerca do marco de dez anos do início da Operação Lava Jato e cinco anos do Inquérito nº 4781 do STF, conhecido como inquérito das <i>fake news</i> . Críticas às supostas interferências do Supremo nas atividades do Congresso Nacional.	12
Senador Paulo Paim – Elogios aos eventos realizados em virtude da celebração dos 200 anos do Senado Federal. Destaque para a importância desta Casa em momentos históricos do País. Satisfação de S. Exa. em vivenciar como Parlamentar, desde 1988, a estruturação da Constituição Cidadã.	15
Senador Chico Rodrigues – Aplausos ao papel desempenhado pelo Senado Federal, ao longo de seus 200 anos de história, na evolução político-institucional do País.	19
Senador Izalci Lucas – Convite para evento de filiação de S. Exa. ao PL. Indignação com a suposta ausência de oportunidade para a manifestação da Oposição durante a sessão especial que comemorou o Bicentenário do Senado Federal. Defesa da construção de novos rumos para os próximos anos desta Casa de acordo com o que foi aprendido em experiências passadas.	21
Senador Mecias de Jesus – Posicionamento contrário às propostas de descriminalização de posse e porte de drogas.	23
Senador Rogerio Marinho – Satisfação com o anúncio da filiação do Senador Izalci Lucas ao PL. Lamento por supostamente não ter sido dado direito de fala à Oposição durante a sessão especial de comemoração dos 200 anos do Senado Federal. Considerações sobre a alegada perseguição ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, bem como sobre os últimos desdobramentos das eleições venezuelanas. Defesa do protagonismo desta Casa na busca da harmonia entre os Poderes da República.	24



Senadora Damares Alves, como Líder – Celebração do aniversário de 71 anos de Ceilândia-DF. Congratulações à ex-Primeira-Dama Michelle Bolsonaro por ter sido agraciada com o título de cidadã paulistana. Comemoração pelo Bicentenário do Senado Federal, com destaque para a presença da bancada feminina da Casa. Cumprimentos à Polícia do Pará pelo trabalho desenvolvido no Estado. Manifestação favorável à decisão do Conselho Federal de Medicina que proíbe a realização da assistolia fetal.	28
Senador Weverton, como Líder – Relato sobre a participação de S. Exa. na 13ª Conferência do Dia Mundial da Síndrome de Down, na sede da ONU, em Nova Iorque. Destaque para marcos históricos na garantia de direitos às pessoas com síndrome de Down, no Brasil.	31
Senador Jorge Seif – Comemoração do Bicentenário do Senado Federal. Apelo à união e à pacificação política no País.	33
Senador Sergio Moro – Relato sobre os prejuízos trazidos pela polarização política exacerbada no País. Destaque para o resultado da investigação feita pela Polícia Federal relativa aos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Necessidade de formulação de um plano de segurança pública capaz de enfrentar o crime organizado no País.	34
Senador Esperidião Amin – Considerações acerca de audiência pública, realizada na CAS, sobre a importância do abatimento das dívidas dos Estados, Distrito Federal e Municípios com a União, bem como sobre o Projeto de Lei Complementar nº 35/2022, que estabelece a compensação entre valores empregados na manutenção de bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais.	37
Senador Wellington Fagundes, como Líder – Reflexões em alusão ao Dia Mundial da Água, comemorado em 22 de março. Preocupação com as mudanças climáticas e suas repercussões na agricultura brasileira. Satisfação com a filiação do Senador Izalci Lucas ao PL.	38
Senador Magno Malta – Lamento pelas vítimas das chuvas ocorridas no sul do Estado do Espírito Santo e insatisfação com os procedimentos necessários para envio de recursos a regiões afetadas por eventos climáticos extremos. Críticas à sessão de comemoração do Bicentenário do Senado Federal. Comentários sobre os resultados da investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco. Agradecimentos àqueles que trabalham com turismo no Brasil.	40
Senador Humberto Costa – Censura ao ex-Presidente da República Jair Bolsonaro por supostamente buscar abrigo político na embaixada da Hungria. Apelo por julgamento dos supostos crimes cometidos contra a democracia pelos participantes dos atos do 8 de janeiro.	43
Senadora Margareth Buzetti, como Líder – Denúncia da falta de controle, pelos órgãos federais, na importação de pneus e consequente prejuízos para o meio ambiente e para a indústria nacional.	44
Senador Luis Carlos Heinze – Considerações sobre a feira Expodireto Cotrijal, ocorrida em Não-Me-Toque-RS, ressaltando a apresentação de possíveis alternativas para o cultivo de inverno no sul do País. Necessidade de encaminhamento de uma solução relativa à reestruturação da carreira dos auditores fiscais do Ministério da Agricultura.	46

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Fala da Presidência (Senador Rodrigo Pacheco)

Anúncio do lançamento do <i>site</i> comemorativo dos 200 anos de criação do Senado Federal.	48
---	----

1.3.2 – Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2023, primeiro signatário o Senador Rodrigo Pacheco, que altera o art. 5º da Constituição Federal, para prever como mandado de criminalização a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Transcorrida a terceira sessão de discussão, em primeiro turno.	49
--	----



1.3.3 – Item 4

Requerimento nº 173/2024, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei nº 2221/2023. **Aprovado.** 69

1.3.4 – Item extrapauta

Projeto de Lei nº 2221/2023, da Deputada Federal Iza Arruda, que *altera a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre o atendimento de mulheres vítimas de violência em ambiente privativo e individualizado nos serviços de saúde prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde.* **Aprovado**, nos termos do **Parecer nº 19/2024-PLEN/SF**, proferido pela Senadora Jussara Lima. À sanção. 69

1.3.5 – Item 2

Projeto de Lei nº 3027/2022, do Deputado Federal Paulo Teixeira, que *institui a Política Nacional de Qualidade do Ar.* **Aprovado.** À sanção. 71

1.3.6 – Item 3

Projeto de Lei nº 501/2019, da Deputada Federal Leandre, que *dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; e altera a Lei nº 13675, de 11 de junho de 2018.* **Retirado da pauta.** 71

1.3.7 – Item extrapauta

Requerimento nº 1124/2023, do Senador Esperidião Amin e outros Senadores, de realização de sessão especial destinada a homenagear o centenário de Jaime Caetano Braun. **Aprovado.** 72

1.3.8 – Orador

Senador Zequinha Marinho – Críticas ao Presidente da França, Emmanuel Macron, pelos padrões ambientais defendidos para o Brasil em comparação àqueles vigentes em seu país. 72

1.4 – ENCERRAMENTO 74

1.5 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO 75

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 28ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Discursos encaminhados à publicação

Senador Eduardo Girão - Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno 78

Senador Wellington Fagundes - Íntegra dos discursos de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno 80

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA



2.2.1 – Projeto de Lei nº 2221/2023

Parecer nº 19/2024-PLEN/SF	84
----------------------------------	----

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**3.1 – EXPEDIENTE****3.1.1 – Indicação**

Nº 16/2024, do Senador Rogério Carvalho, que <i>sugere aos Poderes Executivos estaduais e distrital, às Secretarias de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal e à Receita Federal do Brasil providências para pleno reconhecimento da visão monocular como deficiência sensorial para todos os efeitos legais, nos termos da Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021.</i>	89
---	----

3.1.2 – Parecer aprovado em Comissão

Nº 5/2024-CDR, sobre o Projeto de Lei nº 5814/2023	94
--	----

<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 5814/2023 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 27/2024-CDR).</i>	102
---	-----

3.1.3 – Projetos de Lei

Nº 965/2024, do Senador Cleitinho, que <i>altera a lei 9.718 de 27 de novembro de 1998 para reduzir a zero a contribuição PIS/Pasep e Confins sobre etanol.</i>	105
--	-----

Nº 966/2024, do Senador Cleitinho, que <i>altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI para definir alíquota zero para os veículos movidos exclusivamente a etanol.</i>	111
--	-----

Nº 967/2024, do Senador Marcos do Val, que <i>altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir conteúdos relativos ao desenvolvimento humano da fecundação ao nascimento, como temas transversais, nos currículos da educação básica.</i> .	117
--	-----

Nº 982/2024, do Senador Alan Rick, que <i>institui o Auxílio Desastre Rural para atendimento a agricultores familiares que tenham suas plantações severamente prejudicadas por desastres nos Municípios com reconhecimento de estado de calamidade pública ou situação de emergência pelo governo federal, e dá outras providências.</i>	121
---	-----

Nº 994/2024, do Senador Nelsinho Trad, que <i>altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir, como uma das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, o afastamento do cargo público ou da função pública, com prejuízo da remuneração.</i>	128
--	-----

3.1.4 – Requerimentos

Nº 205/2024, do Senador Fabiano Contarato, requer voto de pesar pelas vítimas fatais das chuvas intensas no Sul do Estado do Espírito Santo.	133
---	-----

Nº 206/2024, do Senador Zequinha Marinho, requer voto de pesar pelo falecimento do pastor Gilberto Marques de Sousa, presidente da Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus do Pará (Comieadepa).	136
--	-----



PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 140

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 143

6 – LIDERANÇAS 144

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 146

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 155

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 159

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 201



Ata da 28ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 26 de março de 2024

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência dos Srs. Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Eduardo Girão e Izalci Lucas.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 19 horas e 5 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Sessão deliberativa ordinária, 26/03/2024.

Há número regimental.

Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

A presente sessão deliberativa ordinária é destinada à apreciação das seguintes matérias, já disponibilizadas em avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje:

- Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2023, do Senador Rodrigo Pacheco e outros Senadores;

- Projeto de Lei nº 3.027, de 2022, do Deputado Paulo Teixeira;

- Projeto de Lei nº 501, de 2019, da Deputada Leandre; e

- Requerimento nº 173, de 2024, de Líderes.

Passamos aos oradores inscritos, que terão o prazo de dez minutos para uso da palavra.

Como primeiro orador inscrito, sempre presente nesta sessão do Plenário do Senado, o Senador Jorge Kajuru, do PSB, de Goiás.

V. Exa. dispõe de dez minutos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discursar.) – Voz consagrada da amada Roraima, Senador Chico Rodrigues, meu amigo querido. É a corrida de cavalo – não é? –, como no Jockey Club do Rio de Janeiro, cabeça a cabeça: Kajuru, Paim e Girão. Eu aprendi com o Paim, quando aqui cheguei. Eu falei: “Vou realizar um sonho: eu vou tomar o primeiro lugar do Paim todo dia”. E consegui. Não é fácil, tem dia que eu perco. E o Girão, no primeiro ano, falava pouco, lembra? O Girão ficava tranquilo. Ele falou que estava observando o gramado, reconhecendo o campo de jogo. Aí, no segundo ano, o homem virou um cão, começou a correr.

Enfim, brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências – Deus e saúde a toda a pátria amada –, eu peço desculpas aqui e vou fazer um desabafo. Eu não tenho nenhuma vergonha de falar, até porque quase o Brasil inteiro já sabe. Eu estou apenas com 6% de visão e, conforme o próprio oftalmo deste Senado Federal, que é Senador respeitado, meu amigo e um dos melhores olhos do Brasil, Dr. Hiran, disse: “Kajuru, sua visão não tem jeito, porque, se você fizer a cirurgia [eu tenho 6% e um sangramento enorme pela hemorragia interna] você vai ter novo descolamento de retina”. Eu já tive um, perdi 100% da visão do olho direito. Então, a conclusão dos meus médicos é de que eu estou próximo da cegueira.

Não vou me queixar, de forma alguma, não tenho nada a reclamar de Deus. Eu pedi muito pouco desta vida, e Ele me deu o dobro. E eu aprendi a ler o argentino, que, na altura de sua cegueira, com 60 anos, Jorge Luis Borges, escreveu os melhores livros de sua vida, inclusive o *Elogio da Sombra*.

Então, Paulo Paim, você, que é um homem de Deus, e Eduardo Girão, que fala em Deus 24 horas – aliás, eu quero ir contigo àquele local espírita, quero que você me leve lá, eu estou precisando, para acalmar, porque não é fácil saber que eu vou perder a visão –, eu quero pedir desculpas, porque eu não consigo nem ler. Eu estou com o tamanho 40 de letra, amarela, caixa alta, negrito, e com dificuldades. Eu tenho que colocar o papel aqui.

E por que é que eu não falo de improviso, tendo 50 anos de carreira nacional na televisão brasileira? Porque os meus advogados, especialmente o maior deles, do Brasil, o Dr. Kakay, deu a seguinte orientação: “Kajuru, na tribuna, leia o seu pronunciamento, prepare, porque você, de improviso, vai tomar um processo por dia”. E é verdade, Mesa Diretora. Vocês conhecem o Kajuru de improviso. O Chico conhece melhor



do que vocês, o Girão e o Paim. Eu, de improviso: um, dois, três processos por dia. Eu falo mesmo. Então, eu prefiro ter calma para não tomar processo, porque, por cada processo, cada advogado cobra, no mínimo, R\$100 mil, R\$150 mil, R\$200 mil, R\$300 mil. E eu vivo do meu salário. Como é que vou pagar advogado?

Então, eu peço perdão à nação brasileira e vou tentando ler até o dia em que puder. Quando perder a visão, aí será por improviso mesmo e Deus, com certeza, me dará equilíbrio para não tomar processo – inclusive do Supremo Tribunal Federal, que disse que iria tirar, e manteve, só para que todos aqui tomem conhecimento.

A minha pauta hoje é o bicentenário da criação do Senado brasileiro, data celebrada ontem, 25 de março de 2024, em que, lamentavelmente, não pudemos falar – e deveríamos, na minha opinião –, numa sessão especial, como sempre, comandada com o brilhantismo, com o equilíbrio, a sensatez, a inteligência do maior Presidente da história deste Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, e demais autoridades presentes.

Eu tive a honra de marcar a minha presença até a hora em que eu pude, em função de um convite do Ministro Camilo Santana, da Educação, para inaugurar em Goiânia o Projeto Pé-de-Meia, bolsa escola que é revolucionário para o Brasil. E aproveito hoje o ensejo para, mais uma vez, agradecer aos goianos por me concederem a distinção de fazer parte da história de uma instituição que há dois séculos contribui decisivamente para o aperfeiçoamento do sistema político brasileiro.

A grandeza do Senado brasileiro reside no fato de que, embora nascido de uma Constituição outorgada por D. Pedro I, ele quase sempre se caracterizou pela independência sustentada com firmeza e capacidade de diálogo. Desde quando começou a funcionar de fato, em 1826, presidido por José Egídio Álvares de Almeida, até a Proclamação da República, foi uma espécie de contrapeso entre o poder imperial e as vontades de camadas da população expressas pela Câmara dos Deputados.

Com a República, naturalmente, ganhou proeminência e tem se mostrado fiel cumpridor dos pressupostos do nosso bicameralismo: manter o equilíbrio da Federação – aqui os estados são igualmente representados –, contribuir como Casa revisora na aprovação das leis brasileiras e agir de acordo com os princípios constitucionais, uma tarefa nem sempre tranquila, afinal, o Parlamento brasileiro volta e meia paga um alto preço político decorrente das vicissitudes de uma história política marcada por arroubos autoritários, dogmáticos.

Não foram poucas as vezes em que o Senado esteve fechado ou foi colocado em recesso, como aconteceu no início da República, na ditadura do Estado Novo e no regime militar instalado em 1964, mas, para o bem do país, quando voltou às atividades, o fez com capacidade de resistência ainda maior, com mais solidez e foco preciso naquilo que realmente interessa à maioria dos cidadãos brasileiros.

São vários os exemplos de vigor institucional do Senado em nossa história, mas vou aqui citar apenas dois bem recentes. O Senado desempenhou papel importantíssimo no combate à pandemia da covid-19, inclusive sendo palco de Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI que desnudou o negacionismo e foi um dos pilares da defesa e garantia do Estado de direito, que esteve sob ameaça nos últimos anos, sobretudo durante o último processo eleitoral.

E aqui, Presidente Chico, permita-me a modéstia, não fosse a minha interferência, em que recebi a companhia do admirável Senador Alessandro Vieira – nós dois entramos com uma ação no Supremo Tribunal Federal e o Ministro Barroso a aceitou –, nós não teríamos a CPI. Vamos ser sinceros aqui, sem hipocrisia: eu amo o Rodrigo Pacheco, mas não teria CPI, e a CPI foi fundamental. Não fosse ela, mais de 1 milhão de brasileiros...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ...



teriam morrido; essa é a verdade. Muita gente não reconhece isso no Brasil, mas, na história, quem é honesto vai se lembrar de que ela só existiu por causa da minha ação, em companhia do Alessandro Vieira.

Eu julgo, para concluir, ser este o momento certo para prestar minha homenagem ao Presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, que tão bem soube conduzir o Parlamento brasileiro em um período de turbulência institucional.

Como Vice-Líder do Governo e Líder da bancada do PSB de Geraldo Alckmin pelo quarto ano, eu saúdo também o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, meu amigo há mais de 30 anos, mesmo com as minhas críticas duras já feitas a ele quando eu era jornalista das maiores redes...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... de televisão do país e colunista do maior jornal do país, *Folha de S.Paulo*. Então, eu não posso deixar de registrar o Chefe de Executivo do Brasil que mais tempo conviveu democraticamente com o Senado e o Legislativo como um todo. Já são mais de nove anos, juntando os três mandatos; no fim do atual, disputará e completará 12 anos de convivência rigorosamente democrática, uma marca histórica.

Alguns poderão lembrar que Getúlio Vargas foi Presidente por 18 anos, o que é fato. Mas, senhoras e senhores, em 11 deles, dos 18, atuou de forma ditatorial, com o Senado e a Câmara...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... sob mordada, e não existe democracia com o Senado calado.

Rogo, então, a Deus para que, nos próximos 200 anos, o Senado brasileiro siga sua trajetória institucional, livre e soberano, aprovando leis que contribuam para o fim da desigualdade social, zelando pela Constituição, defendendo o Estado de direito e ajudando o Brasil a se desenvolver como nação, com harmonia e paz!

Agradecidíssimo.

Desculpe o pouco tempo que extrapolei, excepcionalmente hoje, em função do desabafo inicial, amigo Presidente Chico Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Senador Jorge Kajuru, V. Exa. fez aqui um discurso, interpretando inclusive um pouco da história do Senado da República, que ontem comemorou os 200 anos. Claro que, por um motivo justíssimo, V. Exa. não estava presente na sessão, como aqui acabou de falar, mas o seu pronunciamento traz muitos dados para que quem nos assiste neste momento e toda a imprensa brasileira, que reproduz as manifestações aqui deste cenáculo, possam ver a importância que o Senado da República tem na vida do país, desde a época do Império.

Portanto, esses 200 anos são emblemáticos. Eu inclusive quero tomar também a iniciativa de, posteriormente à apresentação e à manifestação de Plenário dos Srs. Senadores, também fazer um registro, porque, com certeza, Senador, ficará nos *Anais* do Congresso Nacional e, especialmente, do Senado Federal esse pronunciamento nosso.

Esses 200 anos – porque agora 300 anos só daqui a 100 anos, e não sei se, por acaso, um Senador, algum de nós, poderá... Não deverá estar vivo daqui a 100 anos. O Girão, como você fala, o Senador Girão, talvez – até pela insistência dele no Plenário – tenha esse vigor e essa saúde que dependem de Deus.

Mas eu gostaria de deixar realmente esse registro aqui, porque ele é extremamente importante. O Senado, que passou por todas as tempestades políticas ao longo da sua história, hoje, obviamente, vive



um momento de expectativa por parte da sociedade brasileira, sob o comando, sob a Presidência do nosso querido Presidente Rodrigo Pacheco. É uma Casa que medeia conflitos, que, pela experiência, pela idade dos seus componentes, na verdade, traça uma linha do tempo, mostrando a importância que tem o Senado no equilíbrio dos Poderes.

Portanto, parabéns a V. Exa. pela manifestação.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Dando continuidade à lista de oradores inscritos, passo a palavra ao Senador Eduardo Girão, do Novo, do Ceará.

V. Exa. dispõe de dez minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, Presidente Senador Chico Rodrigues.

Quero cumprimentar as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores, funcionários desta Casa, assessores, brasileiras, brasileiros que estão nos acompanhando pelo trabalho exemplar da equipe da TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado.

Eu quero desejar os parabéns a todos, Sr. Presidente, neste dia, *day after*, após os 200 anos do Senado. Hoje é o primeiro dia depois dos 200 anos.

Eu quero falar que tem uma música de que eu gosto muito, que é uma inspiração na política para mim, do Beto Guedes, O Sal da Terra. E tem um trecho dela, logo no começo, que diz assim:

Anda, quero te dizer nenhum segredo

Falo desse chão da nossa casa

Vem que tá na hora de arrumar

Tempo, quero viver mais duzentos anos

É de arrepiar.

Nós estamos aqui, numa data emblemática, numa semana em que o Senado comemora seu Bicentário. Olha que honra, olha que privilégio sermos uns dos 81 Senadores que representam aí mais de 214 milhões de brasileiros.

Infelizmente, ontem, Sr. Presidente, eu não pude falar. Passei alguns dias... O senhor sabe disto, que eu, desde o ano passado, falo sobre esses 200 anos, e preparei discurso, cada palavra, cada sentimento durante esses dias. Ontem, infelizmente, eu não pude me expressar, e isso alerta um pouco do sinal do que está vivendo o nosso país.

Eu aprendi na vida que nada é por acaso, tudo tem uma razão de ser, e foi muito simbólico ontem estarmos aqui e virmos que teve ministro do Supremo Tribunal Federal que invade as nossas competências dia sim, dia não, já praticamente aí ocupando as nossas tribunas, enquanto Senadores da oposição não puderam fazê-lo.

Foi um dia memorável. À noite, teve um concerto muito bonito do João Carlos Martins, grande maestro brasileiro, irmão do Dr. Ives Gandra Martins. Eu tinha preparado, nesse discurso que vou fazer hoje aqui, uma homenagem de algumas falas dele pela democracia, pela liberdade do Brasil, pela independência entre os Poderes, mas o Brasil precisa de um conserto com “s”. Esse é o conserto de que o Senado precisa, com “s”. E é um dia que não poderá ser esquecido, que ficará registrado na história não apenas pela celebração de um Bicentário tão esperado, mas, sim, por causa desse fato, também triste, que foi, para mim, muito emblemático: não poder falar.

Eu quero manifestar a minha eterna gratidão primeiramente a Deus, e a 1.325.786 cearenses que me



permitiram estar aqui hoje, ocupando esta tribuna em nome do Partido Novo.

Como não existe coincidência e, sim, “jesuscidência”, no dia 25 de março, ontem, também foi celebrada a nossa data magna do Ceará, estado cuja bandeira é muito semelhante à do Brasil. Até as cores são as mesmas.

Em 1884, a província cearense aboliu a escravidão, quatro anos antes da Lei Áurea, recebendo do abolicionista José do Patrocínio o título de Terra da Luz. E que essa terra abençoada, de um povo libertário, inspire, nesse emblemático dia, repito, *day after*, dia depois do bicentenário, a redenção desta Casa, ante a usurpação de suas prerrogativas e arbítrio de autoridades que não respeitam a nossa Constituição.

Como costuma dizer Dr. Ives Gandra Martins, um dos maiores juristas das Américas, o Senado tem prerrogativas que ultrapassam o Poder Legislativo. É, na realidade, o maior tribunal do país, porque a Carta Magna lhe outorgou o poder de julgar e afastar Presidente da República e Ministros dos tribunais superiores.

Por aqui, passaram muitos brasileiros ilustres. Quero homenagear a todos, na figura de um homem à frente do seu tempo, do nosso patrono deste Plenário, Ruy Barbosa, que, diante de tantas passagens marcantes, afirmou certa vez: “A pior ditadura é a do Judiciário, pois contra ela não há a quem recorrer”.

Pois é, Sr. Presidente, eu gostaria muito de fazer apenas referências positivas neste bicentenário. Temos passagens importantes, o conjunto da obra é edificante, e isso nos dá uma esperança para o andar da carruagem. Mas me recuso – e ontem saí daqui, após o hino nacional brasileiro – a participar de um teatro de aparências.

Eu sou um Parlamentar que gosto de caminhar pelas ruas, mercados, feiras, para ouvir pessoas, independentemente de posições políticas e ideológicas delas. E vejo, tristemente, que a imagem desta Casa nunca esteve tão mal avaliada, em virtude de sua deliberada omissão, diante de uma das mais agudas crises morais e de inversões de valores desta nação.

Eu quero deixar claro que não estou me reportando aqui ao atual Presidente Rodrigo Pacheco, que é sempre muito respeitador, aberto ao diálogo e tem trabalhado pela pacificação. Mas são muitos os sinais de alerta que nos chegam, por todos os lados.

Neste mesmo mês de março, olhe só que interessante, completaram-se dez anos da Lava Jato – o maior legado histórico no enfrentamento à corrupção e à impunidade –, quando dezenas de empresários e políticos poderosos foram parar na cadeia, depois de desviarem do povo brasileiro, segundo o TCU, R\$29 bilhões – “b” de bola, “i” de índio – do Brasil.

Também neste mesmo mês de março se completaram cinco anos do famigerado inquérito das *fake news*, que funciona como uma espada sobre a cabeça de cidadãos brasileiros, especialmente os conservadores, coibindo a liberdade de expressão e jogando o país em uma insegurança jurídica sem precedentes na nossa história.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Brasil, Sr. Presidente, vem assistindo perplexo a um gradual rompimento do Estado democrático de direito e da independência entre os Poderes, na medida em que o STF interfere diretamente no Congresso, legislando em questões fundamentais como a descriminalização do aborto e da maconha, ambas rechaçadas por cerca de 80% da nossa população.

Nunca se falou tanto em preservar a democracia. Enchem a boca para falar em democracia. Mas isso só é possível quando se cumpre integralmente a Constituição. O Senado não pode se tornar um mero puxadinho do Governo Federal, que atualmente também invade as prerrogativas desta Casa, exalta vingança com os membros desta Casa, inclusive, e destrói a bonita história e redentora do coração do



mundo, pátria do Evangelho, flertando descaradamente com ditadores sanguinários. O Senado precisa se fazer respeitado em seu bicentenário. É isso que a população brasileira espera desta Casa.

Para se ter ideias dos desmandos, desde dezembro último, um requerimento assinado por 11 Senadores da República pedindo uma simples visita ao presídio onde estão muitos presos políticos não obteve nenhuma resposta até hoje do STF. Acredito muito no poder de reflexão do ser humano. É hora de esta Casa se levantar e se aproximar da população, cada vez mais incomodada e intimidada com tanto ativismo judicial e arbitrariedades vindos do Poder Judiciário.

Quando estava preso em Birmingham, o humanista e pacifista Martin Luther King nos deixou este belo pensamento – abro aspas: “Uma injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar”. Por isso, Sr. Presidente, não temos o direito de nos calar quando pais e mães de família sem nenhum antecedente criminal são detidos, portando apenas uma bandeira do Brasil e uma Bíblia, e tratados como perigosos terroristas e golpistas, sem direito à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal.

São muitos os casos como o da professora aposentada Iraci Nagoshi, com 71 anos de idade e várias comorbidades, que foi condenada a 14 anos de prisão pelo Supremo, mesmo sem ter foro privilegiado. Enquanto isso, um dos maiores chefes do tráfico internacional de drogas, André do Rap, foi beneficiado pelo mesmo Supremo com um vergonhoso *habeas corpus*. E está aí. Muitos outros poderosos, como o ex-Governador do Rio de Janeiro, com mais de 425 anos de prisão, curtindo, nas suas mansões, a impunidade.

Nós chegamos ao cúmulo, na semana passada, em audiência na Comissão de Segurança do Senado, desta Casa, de um diretor da Polícia Federal assumir, sem nenhum pudor, que vem monitorando dezenas de milhares de cidadãos.

Enfim, Sr. Presidente, para terminar, quero dizer que a perseguição política aos conservadores neste país chegou ao nível máximo, e parte expressiva da população está com medo de se manifestar e ser acusada de crime de opinião, situação típica de uma ditadura, sim, porque, se até jornalistas tiveram que sair do país e tiveram suas redes sociais, instrumento de trabalho, derrubadas por decisão judicial, contas bancárias bloqueadas e até passaportes retidos, imaginem o cidadão brasileiro comum!

Mesmo que, às vezes, possa soar como voz no deserto, vou continuar cumprindo o meu dever da melhor forma possível, mesmo reconhecendo minhas inúmeras limitações e imperfeições. Eu não sou melhor do que ninguém, mas venho me esforçando bastante, no limite das minhas forças, para seguir os passos de Jesus, que nunca se afastou da verdade e permanece, até hoje, convidando homens e mulheres de bem, que estão em toda parte, para o serviço de construção de um mundo onde reine a paz e a verdadeira justiça.

Eu encerro, com as palavras de Chico Xavier...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... mineiro como o Presidente do Senado Federal. Ele disse uma frase que nos inspira muito. E eu quero deixar esta frase com vocês, nestes segundos finais que me restam. Chico disse o seguinte – abro aspas: “Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, todos nós podemos começar agora a fazer um novo fim”.

Que o Senado se levante! Que o Senado cumpra o seu dever constitucional! Que o Senado se aproxime da população, porque, hoje, existe um alinhamento nefasto entre o Supremo Tribunal Federal e o Governo Lula, que mantém um alinhamento político-ideológico muito ruim para o Brasil.

Acorda, Senado!

Deus abençoe esta nação!

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR EDUARDO



GIRÃO. (Vide Item 2.1.1 do Sumário)

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Senador Eduardo Girão, V. Exa. terá, como solicitou, pronunciamento nos registros desta Casa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Nós verificamos que cada um de nós tem o seu estilo, tem a sua linha de conduta política, tem o seu olhar apurado em relação ao momento em que vivemos, e V. Exa. não é diferente. Pelo contrário: V. Exa. sempre se agiganta quando defende temas que são recorrentes do cotidiano da sociedade brasileira.

Obviamente, quero deixar aqui o meu elogio pelo reconhecimento de V. Exa. à capacidade de condução desta Casa pelo nosso Presidente Rodrigo Pacheco, com seu jeito mineiro, como jurista que é, com sua capacidade de compreensão coletiva de cada manifestação dos nossos companheiros, Senadores e Senadoras.

V. Exa., apesar da dureza do discurso, pela sua compreensão, e sentindo nas ruas o clamor das pessoas, da população, não deixa, mesmo assim, de reconhecer o valor do nosso Presidente Rodrigo Pacheco que, de uma forma cartesiana, conduz, com muita propriedade, esta Casa que, ontem, completou 200 anos.

E, obviamente, hoje, os 81 Senadores desta Legislatura, somos passageiros nessa viagem histórica, participando dessa data tão emblemática para a sociedade brasileira.

Então, parabéns pelo pronunciamento de V. Exa.

Continuando a lista dos oradores inscritos, passo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, do PT, do Rio Grande do Sul.

V. Exa. dispõe de dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Exmo. Sr. Presidente desta sessão, nobre Senador Chico Rodrigues.

Meus cumprimentos aos Senadores que estão no Plenário, Senador Kajuru e Senador Girão.

Sr. Presidente, vou na mesma toada, como a gente fala.

Foi tão bonito ontem o ato aqui. Eu estava sentado ao seu lado, à noite, naquele espetáculo maravilhoso. Foi uma obra de arte que nós vimos ali, acompanhados do Presidente da Casa – o Senador Girão também estava, não é? – e de outros Senadores que lá estavam.

E não tem como não falarmos hoje, já que ontem foi dada a palavra para os convidados que estavam na mesa.

Assim vou em frente.

Ontem à tarde celebramos, em sessão especial, aqui, na Casa do Povo – porque para mim o Congresso é a Casa do povo, não é só a Câmara dos Deputados – os 200 anos do Senado Federal. Aqui estiveram representantes de todos os poderes constituídos e várias representações de outros países.

Ao citar o Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, tão querido já de todos nós – tenho certeza de que falo por todos –, cumprimento a todos os Senadores, Senadoras e autoridades que estiveram aqui hoje e também, à noite, naquele evento magnífico, no teatro.

Cumprimentamos, com muito carinho também, a todos os servidores responsáveis pelos eventos do dia de ontem, a todos os servidores da ativa e os aposentados, que estiveram aqui, e que estavam lá, também, naquele momento.

Foi à noite que tivemos aquele belo espetáculo. Espetáculo em que eu me senti como se estivesse em um teatro, como já disse aqui, mas estávamos no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, que foi



transformado num teatro belíssimo. Sendo duzentos anos – Senado, 200 anos – uma jornada histórica rumo ao futuro.

Emocionante, o concerto executado pela Orquestra Bachiana Jovem Sesi-SP. Parabéns àquela juventude ali. Estava, ali, acho que uma centena de jovens, músicos.

Destaque especial para os Maestros João Carlos Martins e Edson Beltrami; os solistas Juliana Taino, Jean William e Raquel Paulin, que foram aplaudidos por diversas vezes de pé, por nós todos que estávamos lá. Parabéns, parabéns!

Ali nós vimos música, canto, arte, história e democracia, eu diria, entrelaçados, ou melhor, abraçados. E todo mundo sabe que a música encanta. Nós estávamos ali seduzidos por aquele momento e, em muitos de nós, lágrimas inclusive rolaram naquele momento, porque somos inconfidentes, na verdade, contemporâneos da fraternidade e do amor destes tempos de luta e evolução que travou o Senado na busca da democracia e no fim da própria escravidão, o que ficou muito bem retratado lá naquele espetáculo.

Duas centenas de anos, testemunha, farol e guia. Senado, em cada passo, compromisso de nação, laços eternos, em cada voz, em cada ação.

Foi lindo, muito lindo! Quem não viu procure ver. A TV Senado filmou e naturalmente gravou; e vai avisar o momento em que vai passar a nível nacional.

Foi uma retrospectiva da luta pela liberdade, da luta dos negros, negras e brancos para acabar com a escravidão, em que o Senado foi o principal timoneiro, foi a trincheira, porque aqui se travaram grandes debates entre os que eram contra e a favor da liberdade e o fim da escravidão. Não foi tudo aquilo que gostaríamos, nós negros, mas, sem sombra de dúvida, foi importantíssimo; e o ato de ontem à noite demonstrou isso com gravuras lindas – no fundo, que se moviam – os artistas que estavam no palco.

Reiteramos aqui os valores fundamentais do Senado Federal. O Senado é facho de luz, é diálogo, um espaço de construção coletiva, onde a tolerância, a justiça e a verdade são pilares inabaláveis. Honramos a memória daqueles que nos precederam, que escreveram códigos, normas, preceitos, códigos e leis.

Grandes momentos esta Casa viveu: Lei Áurea, voto feminino direto, a educação, redemocratização, Constituinte – entre elas, eu participei da de 1988, e eu sempre digo, com muito orgulho “eu estava lá!”. Cheguei em 1986, e, ao fim de 1988, nós a promulgamos sob a batuta inteligente e competente de um líder, do grande Ulysses Guimarães, que já faleceu.

Reafirmamos o nosso compromisso com a transparência e o respeito às leis que regem nossa nação.

Nosso engajamento é intransigente com as causas nobres e justas, com a defesa da dignidade e dos direitos humanos; com o combate incansável ao racismo e toda forma de preconceito e discriminação. Nosso compromisso com os direitos humanos exige não apenas lágrimas de solidariedade, mas também um firme empenho na construção de um mundo melhor para todos viverem.

Reconhecemos a importância das diversidades representadas nestas cadeiras, neste Plenário, nas Comissões e corredores, mas queremos mais representatividade de mulheres, de negros, de jovens e de pessoas com deficiência, refletindo a riqueza e a pluralidade do nosso povo. O caráter representativo do Senado é o pilar que oxigena nosso pacto federativo, fortalecendo os laços que unem nossa nação diversa.

Mas afinal, até que ponto o pacto federativo que temos é justo com nossos 27 entes federados? Em um mundo cada vez mais dominado pelo imediatismo das redes sociais, é essencial que mantenhamos a serenidade diante da frieza das redes, preservando a essência democrática que nos define. Devemos agir para que a liquidez descrita por Bauman não afete a ação política, mas, se o fato está consumado, devemos agir: menos ataques e intolerância, mais diálogo, mais respeito, mais fraternidade e mais amor ao próximo, mais humanidade em nossas atitudes, práticas e ações.

O povo que procura esta Casa não é estranho à nossa porta, é a nossa gente. A alma do Senado brasileiro...



(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... é esteio da geografia brasileira, dando voz e vez a todos os cantos e recantos desta vasta terra, deste país gigante, dando palco aos que mais precisam, água aos que têm sede, alimentos aos que têm fome, dignidade à nossa gente.

Se a alma desta Casa se encontrar em estado pálido, façamos, então, uma boa luta; retiremos as máscaras grudadas em nossa carne; façamos o bom combate desprovido de vaidade, o bom combate que sustenta nossos ideais; e transformemos, assim, essa mesma alma em vibrantes, intensas e sonoras cores, colorindo a caminhada da nossa gente.

Hoje celebramos não apenas o Bicentenário do Senado, mas, sim, a continuidade de um compromisso com a democracia...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a justiça e a liberdade para todos os brasileiros. Ruy Barbosa, que está aqui naquela... não é estátua. Como é que se chama?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... naquele busto, aqui no nosso Plenário, em célebre discurso, disse, abro aspa, porque é do grande Ruy Barbosa o que vou dizer: “[...] [chega a ser] irritante [pedir] o fiel cumprimento dos mais sagrados e imperiosos deveres da honra política pelos representantes do povo, [...] [respeito à democracia!]”, fecho aspas.

Que possamos juntos – aqui estou terminando, Presidente –, senhoras e senhores, continuar a escrever o que é preciso ser escrito, sem jamais perder a essência da dignidade humana, sendo assim todos nós outros...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... guiados pela luz da verdade e pelo espírito de servir ao nosso amado povo brasileiro.

Sr. Presidente, tenho orgulho de dizer que fui Deputado constituinte lá em 1988. Ajudei a construir a Constituição Cidadã junto com grandes nomes, e digo aqui que não são nomes da esquerda que, concluindo, vou citar, Presidente.

Ulysses Guimarães estava lá, Lula da Silva estava lá, Mário Covas estava lá, Benedita da Silva, Fernando Henrique Cardoso, Olívio Dutra, Carlos Alberto Caó – e muitos dos que aqui citei já faleceram –, Jarbas Passarinho, o homem que liderou o Centrão com, eu diria, diplomacia, um intelectual, que apareceu ontem na tela, merecidamente, junto com tantos outros, Irma Passoni, Florestan Fernandes, entre tantos outros.

A Constituição Cidadã estabeleceu um pacto social abrangente, fundamentado nos valores do povo brasileiro, campo e cidade, alicerce, alma e esperança, dedicando-se às causas nobres, direitos humanos, democracia e liberdade. A plenitude dos direitos fundamentais da cidadania foi alcançada mediante muita



resistência, muito diálogo, muito amor e amorosidades.

Viva o Senado Federal!

Vida longa à nossa Constituição Cidadã!

Viva a democracia!

Viva o povo brasileiro!

Era isto, Presidente. Encerro agradecendo a tolerância de V. Ex.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu gostaria de registrar, no pronunciamento de V. Exa., Senador Paulo Paim, a essência, e, também, V. Exa., que é um dos próceres na defesa de interesses de vários segmentos da sociedade brasileira...

Ontem, na comemoração dos 200 anos do Senado da República, nós, aqui no Plenário, com a apresentação, por parte do nosso Presidente Rodrigo Pacheco de uma sessão histórica, demonstramos exatamente esse registro que vai ficar de forma indelével nas nossas memórias: duzentos anos que completa esta Casa com tantos serviços prestados ao nosso país. E à noite, para completar parte destas solenidades, nós tivemos a oportunidade de assistir a um concerto com o tema “Uma jornada histórica rumo ao futuro”. Lá estávamos nós, acompanhados do Presidente Rodrigo Pacheco e de outros colegas Senadores, e, como V. Exa. bem afirmou, estávamos lado a lado, na primeira fila, acompanhando aquele espetáculo de brasilidade promovido por um dos maiores artistas do cenário musical brasileiro, o João Carlos Martins, que já correu o mundo levando a música, levando a sua capacidade de apresentação e de resiliência gigantesca pelo seu problema de saúde hoje, mas não menos reconhecido por grandes veículos de comunicação do mundo, como *The New York Times*, *Washington Post*, *Los Angeles Times*, etc. E, em todos os lugares, levando a música brasileira, parte da nossa história, o que de uma certa forma sacode a alma brasileira.

E ali nós vimos a reprodução de parte da nossa história em cenários apresentados através de vídeos, com muita produção histórica, didática e, acima de tudo, trazendo todos os momentos das Constituições que posteriormente vieram, após a criação do Senado. Cada uma no seu tempo, cada uma com a sua história, mostrando a pujança, a grandeza do Senado da República em muitas vezes, em momentos de crise, ser o ponto de equilíbrio entre esses momentos duros que nós vivemos na vida brasileira.

Mas ali estava V. Exa. também como o único Parlamentar que teve a felicidade de ser Constituinte, assistindo ali, vendo as figuras memoráveis que, sob a batuta do saudoso Ulysses Guimarães, que até aplaudido foi por todos os que estavam presentes quando apareceu a sua imagem naqueles cenários que eram ali apresentados na linha do tempo. V. Exa. estava ao meu lado e eu senti o abalo do espírito que V. Exa. sentiu por ter sido um daqueles próceres da Constituição Cidadã de 1988. Portanto, nós que temos... eu, que tenho a honra de conviver com V. Exa. há mais de 30 anos, desde quando chegamos aqui, em 1991, na Câmara dos Deputados, nós sabemos o quanto V. Exa. representa para a política brasileira. E cada manifestação dessa é uma espécie de conhecimento que nós logramos ter, por tê-lo como uma grande expressão da política nacional.

Portanto, nesse aniversário de 200 anos do Senado da República, V. Exa. recebeu, de uma forma silenciosa, mas especial, essa marca, que vai ficar registrada nos *Anais* do Senado da República.

Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento.

Eu gostaria de convidar o Senador Eduardo Girão para assumir a Presidência, para que eu possa, na verdade, fazer o meu pronunciamento. (*Pausa.*)

(*O Sr. Chico Rodrigues, Terceiro-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu passo a palavra imediatamente, já registrando a presença também do Senador Esperidião Amin no Plenário e do



Senador Izalci Lucas.

Passo a palavra ao Senador Chico Rodrigues, do abençoado Estado de Roraima.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discursar.) – Sr. Presidente Eduardo Girão, Srs. Senadores, população brasileira que nos assiste neste momento, eu também gostaria de fazer aqui um pronunciamento em referência aos 200 anos do Senado.

À medida que a história se desenrola diante de nossos olhos, há instituições que, por sua longevidade e importância, merecem um lugar de destaque entre os pilares democráticos. O Senado Federal é uma dessas unidades, cujas raízes mergulham no solo fértil da governança e da representação popular.

Neste ano, ao celebrarmos o Bicentenário desta Casa, somos convidados a refletir sobre o seu papel na formação da história nacional. Desde sua criação, há 200 anos, completados nesse último dia 25 de março, o Senado tem sido um bastião da democracia, um farol de sabedoria e um guardião dos princípios que formam a nacionalidade. Esta Câmara Alta, com seus membros escolhidos para representar os interesses do povo, dos estados e do Distrito Federal, tem se mostrado uma instituição indispensável na promoção do equilíbrio e na moderação da dinâmica legislativa. Em meio a diversas tempestades políticas e marés de mudança, o Senado permaneceu firme, assegurando a estabilidade diante da volatilidade da arena política. Sua história é marcada por debates vigorosos e decisões que moldaram o destino da nação, provando que, mesmo nas horas mais difíceis, a deliberação ponderada e o compromisso com o bem comum devem iluminar o caminho a seguir.

O bicameralismo, como pedra angular dos sistemas políticos modernos, desempenha um papel importantíssimo na mediação da complexidade inerente às sociedades contemporâneas, especialmente em países tão diversos e desiguais como o nosso país. Nesse contexto, o Senado Federal emerge como um elemento vital; não só como Câmara de revisão legislativa, mas também como um espaço privilegiado para a formação de consensos e para a articulação política necessária ao avanço da legislação e das políticas públicas que atendam ao espectro amplo de interesses e necessidades de uma nação multifacetada.

A capacidade do Senado de atuar como fiel da balança entre as diversas forças políticas e sociais, facilitando o processo deliberativo, é e sempre foi fundamental para a estabilidade e o progresso do Brasil. Ao longo de sua história, Sr. Presidente, o Senado Federal tem provado ser instrumento indispensável na construção de pontes entre diferentes visões, fomentando um ambiente legislativo e político no qual as soluções para os desafios da nação são cuidadosamente calibrados para refletir a complexidade e a riqueza da sociedade brasileira.

O Senado Federal desempenha, também, um papel fundamental no fortalecimento do pacto federativo e no equilíbrio social do Brasil, servindo como uma força equalizadora.

Ao garantir igual representação dos estados e do Distrito Federal, independentemente do tamanho de sua população ou da extensão de seu território, a Câmara Alta assegura que as vozes de todas as regiões sejam ouvidas com o mesmo peso nas deliberações nacionais. Esse mecanismo é crucial para promover o equilíbrio e a coesão nacionais, permitindo que interesses regionais específicos sejam considerados na formulação de políticas públicas e na tomada de decisões legislativas.

No Senado, muitas vezes se alcança o equilíbrio necessário para avançar em temas de extrema importância, como a reforma tributária, a reforma da previdência, a reforma trabalhista, temas que exigem amplo consenso e são fundamentais para assegurar o desenvolvimento sustentável e a prosperidade do nosso país.

Essa capacidade de agir como mediador, que o Senado tem, e integrador das diversas forças políticas e sociais confirma o papel do nosso Senado no sistema político brasileiro, reforçando sua contribuição para a manutenção da estabilidade, da justiça social e do progresso da nossa nação.

As Senadoras e os Senadores, representantes da vontade popular e defensoras e defensores do Estado



de direito, têm, através desses dois séculos, construído, com suas palavras e ações, a nossa história legislativa. As contribuições de nomes como Ruy Barbosa, Tancredo Neves, José Sarney, Pedro Simon e tantos outros alcançam o coração e a alma da nação, influenciam gerações e contribuem decisivamente para moldar o curso do nosso desenvolvimento coletivo.

O Bicentenário do Senado é um testemunho do poder da governança responsável e também da representação equitativa. Celebremos esta ocasião com reverência e gratidão, reconhecendo que cada capítulo da história é um bloco de construção da nossa identidade nacional. Que a luz da sabedoria e o espírito republicano continuem a nos guiar rumo a um futuro repleto de paz e prosperidade!

Sr. Presidente, hoje nós temos a oportunidade, como V. Exa. e os demais Senadores que já me antecederam, de aqui deixar esse registro, que vai ficar tatuado na memória dos 81 Senadores que fazem parte desta comemoração de 200 anos da Câmara Alta, que é o Senado da República, mostrando que a manifestação da vontade, a expressão do conhecimento individual e coletivo de cada um de nós, Senadores, representa nada mais nada menos do que o sentimento da nacionalidade brasileira.

Portanto, quando olhamos, pelo retrovisor do tempo, nomes que por aqui passaram desde a Monarquia, entrando pela República e, hoje, neste momento em que vivemos muitas vezes com discussões acaloradas, nós sentimos que esta Casa é o ponto de equilíbrio, esta Casa é, na verdade, a guardiã mais forte da Constituição brasileira.

Portanto, caro Presidente, eu que muitas vezes assisto – aqui presidindo esta Casa, as sessões desta Casa – às manifestações de V. Exa., sei que a alma brasileira sacode nas manifestações, seja de uma forma ou de outra, por parte dos Senadores, mas é aqui que está o sentimento da nacionalidade.

(Soa a campanha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Gostaria de citar aqui uma frase que eu ouvi, curta, mas que faço minhas palavras também: “No Senado, toda voz é uma voz”.

Portanto, muito obrigado pela participação de hoje.

Quero dizer que vamos ficar nos Anais da história como membros que fazem parte do Bicentenário do Senado da República.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues, pelo seu pronunciamento sempre sereno e significativo.

Realmente o senhor tem razão. É uma benção, é uma dádiva. Quis Deus que estivéssemos aqui nesta marca tão importante. São dois séculos!

O Zezinho, que está aqui à minha direita, já participou de quantos anos de Senado? *(Pausa.)*

Quarenta anos de Senado Federal.

Eu estava em São Paulo no domingo, meu pai fez 80 anos, e eu disse: “Estou voltando para Brasília, vai ter lá o Bicentenário do Senado”. Sabe o que foi que ele falou? Ele disse: “Poxa, desses aí, eu estou com 80 anos, 120 eu não acompanhei, mas 80 eu acompanhei”.

Então, quer dizer, é realmente uma data cravada, é muito especial, e a gente fica feliz em poder estar participando de alguma forma deste momento.

Senador Chico, parabéns pelo seu discurso.

Eu imediatamente passo a palavra ao nosso colega Senador Izalci, que amanhã estará se filiando ao Partido Liberal. Ele é um Senador muito atuante aqui no Distrito Federal, que em toda sessão está aqui articulando, trabalhando pelo seu povo, por Brasília.

Eu fico muito feliz em estar aqui passando a palavra para o nosso Senador Izalci Lucas, que é mineiro



de nascimento, mas é brasileiro, candango de coração.

Não é isso, Senador Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF. Para discursar.) – Exatamente, Presidente.

Cheguei aqui em 1970, ainda com 13 anos.

Presidente, quero iniciar a minha fala também exatamente convidando os nossos colegas e a população, de um modo geral, para a minha filiação amanhã mesmo.

Amanhã estarei me filiando ao Partido PL, lá no Minas Brasília Tênis Clube, com a presença do nosso ex-Presidente Jair Bolsonaro e de muitos colegas Senadores, Deputados, Governadores e também Prefeitos. Então, será uma honra muito grande contar com a presença de todos os colegas e amigos aqui do Distrito Federal.

Presidente, ontem o Senado Federal se reuniu em sessão especial para celebrar os 200 anos desta Casa revisora. Era para ser um bom e belo dia para nascer e renascer, para aqueles que, ainda iniciantes, pudessem abrir os olhos para o mundo que se avizinha, para aqueles que, ao enxergarem mais apuradamente as complexidades ora postas, que pudessem cuidar com justiça daquilo que está sendo forçosamente colocado neste difícil momento que estamos vivendo no resto do mundo e principalmente aqui no Brasil.

Infelizmente ontem não foi dada à Oposição a possibilidade de fala e a oportunidade de se manifestar com liberdade e apreço à nossa democracia. Com isso, sinto dizer, a celebração ficou manchada e expôs ao Brasil a chaga de nosso Parlamento, que, se já não faz valer a sua prerrogativa de legislar, também não tem agora a de falar e de se manifestar. A festa da democracia mostrou-se frágil, perdeu o seu brilho.

Senhoras e senhores, ao celebrarmos os 200 anos de nossa Casa Alta, o Senado Federal da República, seus Senadores e servidores devem, acima de tudo, olhar para o passado e aprender com aqueles que, com erros e acertos, fizeram a evolução e o desenvolvimento do nosso país, aqueles que ouviram, viram e representaram cidadãos e cidadãs, suas dificuldades e apelos em cada canto deste nosso grande e rico Brasil.

Não sou saudosista, mesmo porque não vivi no tempo e ao tempo para relembrar momentos importantes do nosso Brasil, mas conheço a história. Fui atrás dela para saber de antes e de todas as transformações ocorridas em nosso país monárquico e republicano, mas posso dizer um pouco do que vivi, do que aprendi.

Era ainda pré-adolescente, no início da década de 70, quando aqui cheguei, de mudança, para a nova capital. Foi um período em que estudava, trabalhava, ajudava no sustento da família. E ainda servi ao Exército. Mas tive depois grandes mestres e procurei a história daqueles que fizeram muito, desde a Monarquia à República, para aprender, seguir em frente, evoluir e fazer o melhor.

O conhecimento do passado traz não só evolução, mas sobretudo, corrige erros e desvios futuros. Por isso, a história é tão importante e não pode ser desvirtuada, como tem sido quando é contada diferentemente daquilo que, de fato, ocorreu.

Foi por isso e principalmente pela educação que entrei para a política e tenho a honra de ser Senador. Foi para fazer o melhor, não para ter carreira. Minha profissão de contador, auditor e professor já me garantia uma vida e um sustento para minha família, como até hoje, graças a Deus, o faz.

Eu sempre disse e repito que hoje aqui sirvo ao Distrito Federal e o represento, represento seus cidadãos, cidadãs. É isso que faço todos os dias.

Servir à população, senhoras e senhores, não é profissão ou interesse. É missão, amor e dedicação. Entretanto, meus amigos e minhas amigas, para fazer melhor, é preciso que analisemos a história e façamos jus àqueles que trabalharam por um país continental próspero e justo. Para fazer melhor, é preciso que esse nosso trabalho aqui, como representantes dos nossos estados, das nossas cidades, seja um trabalho



por um país que pense nas gerações futuras. Elas não viverão de auxílios. Elas não viverão de mentiras. Elas viverão do reconhecimento e do trabalho. Elas viverão da educação e das oportunidades que hoje a elas oferecemos.

Para falar hoje sobre os dois séculos de existência de nossa Casa revisora de leis, fui atrás daqueles que muito fizeram e que lutaram pelo nosso Brasil para mantê-lo livre e pacífico, para desenvolvê-lo com justiça e liberdade, sem as arbitrariedades que, infelizmente, hoje estão ocorrendo em nosso país.

Vivemos hoje uma desarmonia entre os Poderes que não é inédita. Já vivemos isso, mas hoje é muito mais grave. Vivemos um momento em que a narrativa se sobrepõe à Justiça e a faz valer para investigar e julgar. Temos hoje uma Justiça em que o juiz é vítima, acusa e julga. Há algo estranho acontecendo em nosso país de todos os brasileiros. Ao nosso Congresso cabe legislar, e ao nosso Senado, sobretudo, revisar e aprovar as leis com vistas ao melhor para o Brasil. À Justiça não cabe legislar, apenas julgar na forma da lei.

Ao nosso Senado Federal de hoje: que acorde e faça jus ao Senado Federal de ontem! Basta apenas que os nossos representantes façam uma viagem ao início dessa jornada de 200 anos. Há muito que conhecer, há muito que aprender.

Senhoras e senhores, nada como o amor, a inteligência e a visão de futuro dAquele que por nós se sacrificou. Neste momento da Páscoa e da ressurreição, nada como Ele para nos lembrar de por que estamos aqui.

No início deste meu pronunciamento, falei sobre nascer e renascer. Portanto, para finalizar, peço-lhes atenção às palavras inscritas em nossa oração de Páscoa, que traz esperança em um novo recomeçar e que diz: “Neste momento tão especial de reflexão, que possamos lembrar daqueles que estão aflitos e sem esperanças! Que possamos fazer uma prece por aqueles que já não o fazem mais, porque perderam a fé em um novo recomeçar, esqueceram que a vida é um eterno ressuscitar, é um eterno ressurgir”!

Ao nosso Senado Federal de hoje: que faça jus ao Senado Federal de ontem e ressurja para os próximos 200 anos!

É isso, Sr. Presidente. É lamentável, realmente, o que aconteceu aqui ontem, não deixando que a oposição se pronunciasse numa sessão tão especial como essa de 200 anos.

Então, quero deixar registrado aqui a minha indignação com relação a essa falta...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – ... de democracia que ocorreu aqui no dia de ontem: não deixaram a oposição se manifestar num momento tão importante.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Nobre Senador Izalci, ficará registrado o seu protesto. No entanto, eu gostaria apenas de dizer, como estava presente na sessão também em comemoração aos 200 anos que aqui se manifestaram o Presidente Rodrigo Pacheco, e não poderia ser diferente, como Presidente desta Casa, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, como Primeiro-Vice, e, representando os Senadores, o Senador Rogério Carvalho, Primeiro-Secretário desta Casa. Obviamente, por se tratar de uma sessão solene e com uma data emblemática, acredito que a relação da nominata foi exatamente apenas para comemorar o aniversário de 200 anos desta Casa, que é, como já disse, o ponto de equilíbrio na política brasileira.

O Senado da República é essa espécie de caixa de ressonância que, no momento próprio, no momento devido, obviamente, tem os seus microfones abertos, o seu Plenário aberto para a manifestação de todas as Sras. e os Srs. Senadores, sejam do centro, da direita, da esquerda, enfim, porque, afinal de contas,



aqui é o largo estuário da democracia nacional...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Eu só quero, Presidente, complementar a minha fala, porque na reunião de Líderes foi feito um pedido para que os Líderes pudessem se manifestar. Por isso que digo que foi muito ruim não ter a representação da oposição nesta Casa, exatamente para manifestar aquilo que disse aqui: o momento de comemoração aos 200 anos é um fato histórico, e a gente precisa refletir a realidade; e a realidade hoje é essa que tive a oportunidade de falar e que deveria estar registrada também, mesmo no momento de festa, porque a gente precisa celebrar as festas, mas reconhecendo que esta Casa é uma Casa democrática e que tem que ter a voz da oposição e da situação.

Mas era isso, Sr. Presidente, obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Izalci Lucas, o Sr. Eduardo Girão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Chico Rodrigues, Terceiro-Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado, nobre Senador Izalci.

No Senado toda voz é uma voz, e V. Exa. tem realmente sempre a prerrogativa aqui de se manifestar, assim como os demais Senadores.

Continuando a lista de oradores inscritos, passo a palavra ao Senador Mecias de Jesus, do Republicanos, do nosso Estado de Roraima.

V. Exa. dispõe de dez minutos, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discursar.) – Sr. Presidente desta sessão, eminente Senador Chico Rodrigues, do nosso amado Estado de Roraima, Sras. e Srs. Senadores, o tema que trago hoje a esta tribuna é a obrigação que tenho de contribuir com o debate a respeito da discussão sobre a posse e o porte de drogas. Como homem público, embora tenha a minha opinião pessoal, não deixei de ouvir ambos os lados para entender seus argumentos e a ótica de seus posicionamentos.

Por isso, o que trago não são julgamentos ou opiniões, mas fatos comprovados de governos e instituições de pesquisa a respeito do tema. Lamento que parte dessa discussão tenha sido contaminada pelo viés político. Tratarei, portanto, apenas de argumentos, querida Senadora, amiga, minha Líder, Senadora Damares Alves – Senadora Damares, a senhora não é amada só por Brasília, é amada pelo Brasil.

Aumentar a tolerância à criminalização da maconha tende a aumentar o seu uso sem reduzir a criminalidade – quem diz isso não sou eu, é o Conselho Internacional para o Controle de Narcóticos, órgão independente que destacou entre os principais riscos o aumento dos transtornos psicóticos e o crescimento dos riscos nos ambientes de trânsito e trabalho, impactando os custos para a saúde pública brasileira.

Para se ter uma ideia, caro Senador Izalci, estima-se que o tráfico de drogas movimenta cerca de R\$19 bilhões ao ano no nosso país. A maconha é o produto de entrada desse mercado. Não cabe mais uma visão romântica, como nos anos 60, a respeito do uso de drogas como ferramenta de autoconhecimento.

Hoje, esse mercado é dominado por multinacionais do crime. O pacote completo do consumo de *Cannabis* oculta a lavagem de dinheiro, oculta o homicídio, oculta o financiamento ao terrorismo, oculta o tráfico humano, oculta a prostituição, tão combatida por todos nós e principalmente aqui pela Senadora Damares, e tudo mais que o crime organizado puder gerir. Fingir que esse debate se resume a decisões individuais é fechar os olhos para o domínio do crime internacional.

Mas, ainda que – ainda que –, por ignorância ou convivência, tratemos desse assunto sob um foco isolado, é preciso dizer que a droga que é oferecida hoje aos nossos adultos, jovens e adolescentes nem de



longe é inofensiva como se quer acreditar. Primeiro, que, de acordo com informação citada na revista *Veja*, 5% – veja bem, 5% – dos adolescentes entre 13 e 17 anos relataram ter consumido maconha no último mês. Não é no último ano, é no último mês! O dado trazido pela Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é ainda mais preocupante: 62% dos brasileiros que fizeram uso de drogas no último ano realizaram o seu primeiro contato antes dos 18 anos.

Essa não é mais uma droga inocente. Hoje, o que as multinacionais do tráfico oferecem é *skunk*, uma supermaconha modificada geneticamente, capaz de amplificar os efeitos nocivos e aumentar a dependência. Outras variações como a K9, já conhecidas lá fora como a droga zumbi, já estão sendo distribuídas no Brasil e transformaram-se em verdadeiras epidemias por onde já chegaram.

Sras. e Srs. Senadores, é preciso ter a exata dimensão do mal que uma flexibilização na criminalização das drogas pode provocar. O meu estado, Roraima, é um Estado de fronteira; Senador Chico, o nosso estado é um estado de fronteira. Nós seremos um dos primeiros atingidos por essa marcha, marcha da morte. Teremos impacto na saúde, na educação, na assistência social, na segurança e, infelizmente, teremos o mais alto prejuízo que uma sociedade pode ter, caro Senador Amin: o custo da vida humana.

Como Senador, como roraimense, mas, principalmente, como pai e avô, agradeço a atenção e a oportunidade da reflexão e alerta a todos. E peço, inclusive, à Suprema Corte do nosso país que fique alerta para essa reflexão.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Meu caro Senador Mecias de Jesus, V. Exa., que, de forma recorrente, tem tratado sempre aqui desse tema, que é uma ameaça à sociedade brasileira, que são as drogas, chega em uma boa hora, trazendo números, trazendo informações para as quais não apenas o Poder Judiciário, mas também o Poder Executivo tem a obrigação de criar um programa, nobre Senadora Damares, para evitar esse mal que, na verdade, contamina e domina principalmente a juventude brasileira. Isso, na verdade, nos assusta, mas todo tempo é tempo para que, com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, Senador Mecias, possamos, de uma forma transversal, nos unir no sentido de ter programas que possam conter essa escalada que destrói a sociedade.

Portanto, parabéns pelo seu pronunciamento, pelo seu discurso, pela sua preocupação. Aos olhos e aos ouvidos de todo o Parlamento, isso deve realmente ecoar, e não apenas ecoar, mas, acima de tudo, tomar forma para que possa se conter esse mal, que é o mal do século.

Continuando a lista dos oradores inscritos, passo a palavra ao nobre Senador Rogerio Marinho, que, por permuta com o Senador Esperidião Amin, ocupará a palavra.

Convido o Senador Izalci Lucas para continuar presidindo a sessão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiro, quero saudar aqui o nosso Presidente Izalci Lucas, que amanhã estará se integrando formalmente, voltando ao seu verdadeiro lar, voltando ao PL. Quero saudá-lo e dizer da nossa satisfação em tê-lo conosco no Partido Liberal.

Muito obrigado, Senador, pela confiança a essas pautas importantes para o Brasil que V. Exa. já vem defendendo aqui. E a sua chegada ao PL, amanhã, é às 18h lá no...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Minas Brasília Tênis Clube, ali no Minas Hall.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Queria convidar todos aqueles que moram aqui em Brasília e nos arredores para estarem presentes lá, para eu lhe dar um abraço e recebê-lo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – A Damares, inclusive,



já confirmou presença. Ela vai levar todo mundo, os eleitores dela todos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – A Senadora Damares também.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Com certeza! (*Risos.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Bom, feita essa saudação, eu quero iniciar dizendo da minha tristeza ontem, nos 200 anos do Senado da República. Nós abordamos o Presidente do Congresso, eu e o Senador Girão, e infelizmente a oposição não teve voz na Casa da Federação, na Casa da pluralidade, onde os estados representam o Brasil como um todo.

Aqui verdadeiramente nós temos um equilíbrio de posições; cada estado da Federação tem três representantes. O Senador Mecias falou há pouco. Daqui a pouco nós escutaremos o Jorge Seif, o Esperidião Amin, cada um de um estado da Federação diferente, trazendo a sua visão, a sua diversidade a respeito deste continente que é o Brasil, e ontem, infelizmente, o Presidente do Senado entendeu que a oposição não teria voz. Eu quero lamentar essa posição e lamentar também ele não estar aqui hoje, mas certamente será informado do meu posicionamento aqui hoje.

Eu quero dizer também que está cada vez mais claro neste País, Senador Mecias, Senador Izalci, Senador Seif, Senador Esperidião, Senadora Damares e aqueles que aqui estão presentes, que a perseguição desenfreada que é feita contra o ex-Presidente Bolsonaro não está encontrando eco na sociedade, que não está engolindo a narrativa que é feita de que houve golpe de Estado, de que o Presidente cometeu algum ilícito, algum deslize.

Veja que, passado esse tempo todo, Damares, um ano e quatro meses da eleição, foi publicada hoje uma pesquisa da Paraná Pesquisas que mostra que, se a eleição fosse hoje, Bolsonaro ganharia de Lula. Ele, que está inelegível, que está sendo todos os dias chamado pela grande imprensa de todos os adjetivos possíveis, mas a verdade é uma só: a população brasileira abraça o Presidente Bolsonaro pelo que ele representa, pelos valores que ele representa, pela ideia que ele representa, pelo sentimento que ele representa e, principalmente, pelo legado que ele deixou ao longo dos últimos quatro anos, que calou fundo no coração dos brasileiros.

Um outro registro importante, antes de entrar na nossa pauta ainda – e pediria a anuência dos senhores –, é que ontem, Senador Esperidião Amin, nós tivemos a notícia de que o amigo do Presidente Lula, o democrata relativo, o Maduro, impediu a inscrição da única oposição que havia contra ele naquele país. Segundo Lula, tem até eleição demais na Venezuela, mas parece que a eleição de lá é com um único personagem.

Então eu quero aqui registrar a minha indignação, a minha consternação e ao mesmo tempo solicitar que o Itamaraty se posicione firmemente nessa situação, que mostra que os amigos do Presidente Lula conhecem a democracia tutelar, a democracia relativa, mas não sabem de fato o que é pluralidade de disputa eleitoral.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Senador Esperidião.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para apartear.) – Eu lhe peço este aparte neste momento, Sr. Presidente, até porque o assunto virá para o Plenário.

Subscrevemos, o Senador Mourão, o Senador Sergio Moro e eu, na quinta-feira da semana passada, um requerimento para que se procurasse a oitiva da Sra. María Corina. Antes, naquele mesmo dia, começou o anúncio... Nós falamos antes de saber que a candidata que ela anunciava também teria indeferida a sua



inscrição. Ou seja, pelo fato de ela ter sido obstaculizada, nós pedimos para ter uma oitiva, que poderia ser remota. O Presidente Renan Calheiros achou que o requerimento, que foi incluído extrapauta, não seria votado. Mas eu não tenho dúvida de que esse requerimento vai ter que ser apreciado aqui no Plenário. Se não for apreciado... Até para saber. Se a maioria não quer ouvir, vamos respeitar a maioria. Não sei se o povo a respeitará, mas nós temos que tomar uma posição pública. Não aceitar a mim e não aceitar a quem eu apoio...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – É a democracia relativa, Senador.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Seria impensável se não fosse a realidade.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – É a democracia relativa.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu queria só lhe dizer que esse assunto que V. Exa. traz aqui à baila é um assunto da maior seriedade, da maior gravidade. E nós não podemos permitir que ele se converta em um deboche aos crédulos e à democracia.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Agradeço a V. Exa.

Bom, mas, em relação ao Senado Federal, que completou ontem, na sessão solene, 200 anos da sua criação, eu quero dizer que infelizmente hoje não é o momento de comemorações, porque nós, do Senado, precisamos retomar esse protagonismo na garantia da liberdade e do protagonismo deste país, a exemplo do que falamos há pouco da Venezuela. Precisamos tomar a frente para resgatar a harmonia entre os Poderes da República.

Os fatos históricos recentes exigem a nossa grandeza, e não a nossa omissão ou o nosso silêncio. O povo brasileiro deposita em nós as suas esperanças para que seja de fato retomada a normalidade democrática. Neste momento difícil, vivenciado por nossa República, vale a citação de Karl Mannheim:

A verdade democrática é a verdade tal como emerge da vida em comum. Por isso, a ninguém pode ser permitido sabotar os acordos comuns. Promulgamos nossas próprias leis. Por isso, é um contrassenso lógico nos opormos a esses acordos ou abalar os alicerces que garantem o seu funcionamento. Se modificações se impuseram, existem disposições específicas para modificação da lei mediante consentimento comum. A fidelidade à lei, portanto, consiste, em essência, na fidelidade aos procedimentos livremente estabelecidos. A maior ofensa ao espírito da democracia consiste em romper esses procedimentos e aviltar os seus próprios métodos.

Ruy Barbosa dizia ainda que as leis que não protegem os nossos adversários não podem proteger-nos. É exatamente o problema que estamos enfrentando hoje: há leis para uns que não valem para outros. Criamos uma profunda divisão na sociedade, um clima de “nós contra eles” que vem sendo cultivado pelo atual Presidente da República. Já passou da hora de superarmos esse mal que está destruindo nossa sociedade e as nossas instituições.

Hoje, temos presos políticos, exilados e pessoas cumprindo penas de 14 anos, 15 anos, 17 anos de cadeia, condenados sem instâncias recursais. Nem assassinos e traficantes são punidos dessa forma no Brasil. Temos jornalistas censurados nas redes sociais. O medo de expressar a livre opinião está tomando conta.

Que tipo de democracia é esta? Será que é a tal democracia relativa da Venezuela, da Nicarágua, de Cuba, de que nos falou, recentemente, o Presidente Lula?

É da tradição da política brasileira apaziguar seus conflitos. Não é papel do Poder Judiciário fazer



discurso contra uma suposta política de apaziguamento. Isso é discurso político.

A experiência brasileira nos mostra que a anistia pode ser a chave da leitura história constitucional brasileira. Desde 1890, foram concedidas em torno de 40 anistias no Brasil...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... de revolucionários, de 1895, de 1930, de 1934; a sediciosos, de 1931; a pessoas que cometerem crimes políticos, militares, de responsabilidade, entre outros. Dilma Rousseff, José Genoino, José Dirceu, Fernando Gabeira, José Serra, Aloysio Nunes, Fernando Henrique Cardoso, César Maia, Miguel Arraes, Leonel Brizola e tantos outros foram anistiados e voltaram às suas atividades normais. Dilma e Fernando Henrique, por exemplo, foram Presidentes do Brasil.

Um detalhe: vários desses citados foram anistiados não por quebradeira a prédios públicos ou por discordarem do regime de ocasião, mas, sim, por sequestros, roubos a bancos e até assassinatos. Tudo isso com qual objetivo? Para a implantação da ditadura do proletariado. Eles não lutavam pela democracia.

A legitimidade do Poder Judiciário está na aplicação técnica do direito aos casos que lhe são apresentados. O revisionismo histórico que vem sendo realizado à luz do dia causa mal-estar em toda a sociedade.

Ao ver um Ministro conduzindo investigações contra o espectro político de forma totalmente atípica, não podemos deixar de alertar que a instituição, há pouco tempo, anulou processos que identificaram uma situação excepcional de corrupção endêmica no país, isso devido a suposta violação de direito dos acusados e falta de imparcialidade do julgador.

Onde está a cleptocracia a que Ministro daquela Corte se referiu na ocasião?

Por essa razão, vale novamente citar Ruy Barbosa: “De tanto ver triunfar nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar de virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto”.

O país está, após 15 meses de Governo petista, imerso em uma divisão política insuflada pelo mandatário da nação, que faz um Governo de ódio e vingança mesquinhos.

Enquanto o Presidente segue beligerante, o país se atola no déficit fiscal, assiste à intervenção abjeta nas estatais e em outras empresas e à constituição de um Estado policaiesco, à destruição do que foi feito no passado recente, como a autonomia do Banco Central, a modernização dos marcos regulatórios e as reformas estruturantes da previdência e da legislação trabalhista, além da profissionalização das empresas públicas e de um vigoroso programa de PPI, que aumentou, substancialmente, os investimentos privados em função da regulação eficiente e da necessária segurança jurídica, que, agora, se encontra sob ataque permanente do atual Governo do PT.

Todos os sinais da economia apontam para um desastre iminente, pois o Governo aumenta seus gastos sem refletir sobre o amanhã; ataca a eficiente política monetária que controla a inflação e nos dá estabilidade no câmbio e nos juros; faz intervenções descabidas nas empresas; aumenta a carga tributária, sufocando a livre iniciativa; quer impor mais custos ao trabalhador para favorecer sindicatos; e tenta, de forma tacanha, regularizar os novos setores da economia como os aplicativos.

Montesquieu dizia que a injustiça que se faz a um é a ameaça que se faz a todos.

Há muitas injustiças sendo cometidas em nossa pátria. As ameaças são cada vez maiores. É um momento que exige dos homens de bem a coragem e as bênçãos de Deus, para enfrentarmos o arbítrio e a soberba de poucos que estão agindo contra a nação e por sua divisão. Afinal, não há ninguém acima das leis. Não há nenhum agente público acima da Constituição da República.

O mal do ativismo judicial precisa ser estancado, e o que está em jogo – como dizia o meu avô,



Djalma Marinho, num dos episódios memoráveis aqui, no Congresso Nacional –, neste momento, é sabermos se poderemos praticar a Constituição, adotando métodos totalitários de sufocação à liberdade de imprensa, das redes sociais, frouxamente, ou se defenderemos essa liberdade, mesmo quando a palavra é injustamente usada, confiando que ela possa ser contestada, não pela brutalidade do silêncio forçado, mas, pelo contrário, pela ampla discussão, a fim de que o abuso seja, ao final, corrigido.

O Senado da República, que ontem completou 200 anos, pode assumir a responsabilidade e a liderança que o Brasil espera, para que façamos a pacificação e a reconciliação nacional, ou se omitir nessa tarefa e passar para a história como um instrumento que permitiu que a Casa da Federação se torne irrelevante na resolução dos graves problemas nacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Rogério Marinho, o Sr. Chico Rodrigues, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Rogério Marinho.

Tive a oportunidade, também, de falar, no Plenário, exatamente o que V. Exa. comentou, com relação à falta da fala da Oposição na sessão de ontem.

A Senadora Damares se inscreveu pela liderança.

Então, com a palavra, a Senadora Damares Alves, nossa grande representante daqui, do Distrito Federal, e do Brasil – por que não?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela Liderança.) – Obrigada, Presidente, o mais novo membro do PL. Amanhã, Brasília para, para essa grande festa.

Que Deus te abençoe na sua nova caminhada!

E ninguém precisa sair do Plenário. Eu soube que, às vezes, quando eu subo aqui, na tribuna, tem gente que sai do Plenário, porque meu discurso incomoda, e falam que do meu discurso pinga sangue.

Hoje eu só vou celebrar; ninguém precisa sair não.

E tenho cinco celebrações. Primeiro, quero celebrar o aniversário de Ceilândia, Senador Izalci.

Amanhã, vai ter um bolo enorme lá na cidade. Ceilândia faz 71 anos, uma cidade linda, pujante, de um povo incrível. Quem não conhece Ceilândia, vai conhecer Ceilândia.

Senador Esperidião, o senhor tem que ir à Feira Permanente da Ceilândia. O senhor precisa conhecer; precisa comer lá na feira com a gente. Ceilândia é um lugar incrível. Da Ceilândia. pessoas saem para o mundo. Ceilândia é celeiro de grandes pensadores. Ceilândia tem uma tendência para diversos segmentos da área da cultura. Ceilândia é uma cidade incrível.

Parabéns a todas as pessoas de Ceilândia. E claro que, na sequência, eu quero cumprimentar uma representante de Ceilândia, que é a nossa ex-Primeira-Dama, Michele Bolsonaro. E essa é a minha segunda celebração aqui, na tribuna, Seif.

Michele agora é cidadã paulistana, e recebeu o título no teatro.

Eita! Para a raiva de alguns e para tristeza de muitos, nossa Michele, ontem, recebeu o título de cidadã, porque a Câmara de Vereadores de São Paulo reconheceu o trabalho que Michele fez durante o período da pandemia, como a coordenadora, Presidente do Programa Pátria Voluntária, um programa que alcançou esta nação.

E estou esperando este atual Governo, também, ter um bom programa de incentivo e apoio ao voluntariado.

Parabéns, amiga Michelle! Com certeza, Michelle e Bolsonaro são o casal mais amado do Brasil.



Com certeza, Michelle Bolsonaro conquista o coração de multidões.

Aqui eu quero dar um recadinho para o Brasil: mais grave que visitar uma embaixada é matar Marielle.

Na semana passada, descobre-se a grande mentira do atual casal presidencial sobre os móveis. Na sequência, são revelados para o Brasil os mandantes da morte de Marielle.

Lamento, eu lamento muito a morte de Marielle. Em 2018, eu me pronunciei, por muitas vezes me pronunciei. Estive com os pais dela recentemente. Era uma mulher na política; a gente tem que enfrentar a violência política, e esse crime também tem o aspecto de violência política contra uma mulher.

Mais grave que visitar uma embaixada é matar Marielle.

Quando o Brasil inteiro estava ali, preocupado e assustado com os mandantes – quem deveria proteger mandou matar, arquitetou –, aí vem uma cortina de fumaça, a visita de Bolsonaro a uma embaixada.

Atenção, Brasil! Atenção! Vocês acham que eles não sabiam isso antes? Imagem de satélite lá nos Estados Unidos, e não se sabia aqui?

Atenção, Brasil! Cuidado com as mensagens que a imprensa está divulgando, uma grande cortina de fumaça para que a gente pense que Bolsonaro não falava a verdade. Bolsonaro, por muitas vezes, subiu nas tribunas onde esteve e falou: “Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. A verdade está vindo à tona, gente. Cuidado com as cortinas de fumaça!

Bolsonaro continua líder, líder da direita no Brasil. Nosso grande líder, nosso ex-Presidente amado, e nós temos uma ex-Primeira-Dama amada – agora, para a raiva de muitos, cidadã da cidade de São Paulo.

Eu também queria celebrar – uma outra celebração, hoje é dia de celebração – os 200 anos do Senado. E como eu queria ter falado ontem! Como eu queria... mas ninguém falou, não deixaram a oposição falar.

O que eu falaria ontem, vou falar aqui: por 150 anos – mais de 150 anos, Senador Izalci –, do reinado de D. Pedro I até o Governo do General Ernesto Geisel, só tinha homens no Senado. Apenas em 1979 a primeira mulher assume aqui, no Senado, como Senadora, 45 anos atrás.

Hoje nós temos aqui, no Senado, uma bancada com 15 guerreiras – olhem que incrível! –, mas eu gostaria de que, nos 205 anos do Senado, não fossem só 15, fossem 30, 40...

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para apartear.) – A primeira era de Santa Catarina também.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, sim...

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Maria Syrlei Donato.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... a gente tem que celebrar.

Hoje nós temos que, aqui, no Senado – gente, olhem que incrível! –, no Distrito Federal, dois terços dos Senadores são mulheres. O Distrito Federal tem duas Senadoras, mas a gente tem o Mato Grosso do Sul também com duas Senadoras, a Soraya e a Tereza; e a gente tem o Maranhão também agora, nós temos a Ana Paula e a Eliziane pelo Maranhão.

Gente, isso é uma conquista! Somos 15 mulheres muito unidas em nossas pautas, uma bancada que tem feito a diferença; uma bancada que senta na Comissão de Segurança, senta na Comissão de Economia, participa de todas as Comissões. Nós estamos prontas para discutir qualquer matéria.

Então, eu tenho muitos motivos para celebrar os 200 anos do Senado, e era isso que eu queria dizer ontem tão somente. Olha, as mulheres estão fazendo diferença nesta Casa. Depois de 150 anos, as mulheres estão fazendo parte, hoje, inclusive, da Mesa Diretora. A Mara Gabrilli está na Mesa.

Eu queria também celebrar mais duas situações. Primeiro, eu quero celebrar o trabalho da polícia do Pará. Esta semana, a polícia do Pará prendeu um abusador de criança em Curalinho, um abusador de



criança em Portel e um abusador de criança em Chaves, mais três cidades.

E eu quero celebrar o trabalho que a Polícia do Pará está fazendo. É uma operação que já acontece há algum tempo, e os criminosos estão indo para a cadeia. Eu espero que o Governo do Pará coloque todos os criminosos na cadeia antes da COP 30 – antes, muito antes! Eu quero mesmo que a realidade do Marajó seja mudada, e hoje só tenho motivo para celebrar. Não vou mostrar foto de nenhuma menina... Tem novos casos que estão chegando para mim, mas hoje eu quero celebrar a Polícia do Pará.

E, por fim, quero celebrar uma decisão importante que o Conselho Federal de Medicina tomou na semana passada, e quero agradecer os Senadores que estiveram comigo lá no Conselho Federal.

Atenção, Brasil! O Conselho Federal de Medicina decidiu que, na nossa nação, nenhum médico mais poderá ou será obrigado a matar bebês na barriga da mãe a partir de 22 semanas. Até antes dessa resolução, no Governo Bolsonaro havia uma portaria regulando isso, portaria essa que foi revogada, e a gente foi surpreendido, no mês passado, com uma nota técnica do Ministério da Saúde, dizendo que, quanto ao abortamento no caso de violência contra a mulher, crianças que foram geradas em decorrência de estupro poderiam ser abortadas em qualquer estágio gestacional.

Mas o Brasil não sabe como se faz um abortamento de uma criança com mais de 22 semanas, Seif, e o Conselho Federal de Medicina, essa semana, esclareceu para o Brasil: a partir de 22 semanas, o abortamento de uma criança é feito com uma injeção de cloreto de potássio no coração. Mata-se o bebê para depois se retirar o bebê. E muita gente acha que se retira esse bebê por uma cirurgia cesariana. Não! Depois que se mata o bebê com cloreto de potássio, a mãe é induzida a um parto. A mãe pare um defunto. É desse jeito que acontecia no Brasil, e o Ministério da Saúde dizia que feto não sente dor, que feto podia ser abortado em qualquer estágio gestacional. O Conselho Federal de Medicina decidiu – parabéns aos corajosos médicos do Brasil – que, a partir de 22 semanas, não terá mais o abortamento por cloreto de potássio no Brasil, porque já se podem esperar duas, três semanas e se fazer uma antecipação de parto.

Nós não queremos que nenhuma mulher seja estuprada no Brasil, mas esse tipo de procedimento coloca em risco a vida da mulher, a vida da menina. A partir de 22 semanas, já é aborto de risco. Então, o cloreto de potássio não será mais usado no país, bebês não serão mais assassinados dessa forma no país, e aqui eu quero celebrar todo o Conselho Federal de Medicina pela coragem e pela clareza de dizer para o Brasil que nós aqui queremos proteger as duas vidas: a da mãe e a do bebê.

Estão preocupados com isso? Então, venham comigo enfrentar o estupro no Brasil! Venham comigo, venham com a Bancada Feminina dizer “não” ao estupro! Nós não teremos aborto em caso de violência contra a mulher se não tivermos mais estupro no país!

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para apartear.) – Senadora Damares, eu agradeço à senhora o aparte.

Eu quero reiterar, inclusive propor um voto de louvor ao CFM (Conselho Federal de Medicina) do Brasil.

Senadora Damares, estivemos lá conversando com os médicos, com os dirigentes daquela instituição, médicos esses que comandam, que definem as regras para a medicina de todos os médicos em todos os rincões do Brasil. E as três posições deles são as posições que estão de acordo com o Juramento de Hipócrates e com os conceitos bíblicos, os quais nós respeitamos e seguimos.

Primeiro, posição contra o aborto, conforme este Governo, que tem uma Ministra da Saúde que, para mim, é uma ministra da morte, que promove morte, e morte não combina com saúde, é o oposto. Quem está sem saúde morreu. A segunda questão: se posicionaram contra a liberação de drogas em nosso país. E terceiro: se posicionaram contra a vacinação compulsória para a covid nas nossas crianças, conforme a Organização Mundial da Saúde, especialmente em se tratando de refugo de vacina dos Estados Unidos.

Então, nós vamos propor um voto de louvor ao Conselho Federal de Medicina – minha equipe já



está preparando –, e eu conto com o voto da senhora e dos demais Senadores e Senadoras. E parabéns pela sua posição!

CFM e médicos do Brasil, parabéns pelos dirigentes que aprovaram, então, essa resolução no Conselho Federal de Medicina!

Obrigado, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Seif.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Senadora Damares, só para aproveitar a homenagem que V. Exa. fez a Ceilândia, primeiro, eu tive o privilégio de estar lá sexta, sábado e ontem, o dia todo. Hoje, Ceilândia está fazendo 53 anos e, realmente, merece a visita de todos os Senadores para conhecê-la. Inclusive, almocei na feira, comi um mocotó e uma galinhada maravilhosa. Mas quero também parabenizar Ceilândia, que vai disputar agora a final do campeonato, foi para a final, com o Capital. No domingo, às 15h30, será a decisão final do campeonato de futebol. Ceilândia foi para a final.

Então, uma homenagem aos nossos moradores da Ceilândia. Mas parabéns a V. Exa.!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

E eu espero voltar à tribuna na semana que vem para celebrar, porque chega de tanta dor, tristeza e morte pela dengue no país.

Deus te abençoe, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Amém!

Senador Seif, o Senador Weverton se inscreveu como Líder. Acho que ele vai viajar também.

Então, com a palavra o Senador Weverton, nosso grande representante do Maranhão e também do país, do Brasil.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Idade é patente. Idade é patente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela Liderança.) – Mais novo.

Sr. Presidente, colegas Senadores, imprensa, eu tive a honra de representar o Senado Federal na Organização das Nações Unidas, na semana passada, lá em Nova York, participando do evento alusivo ao Dia Internacional da Síndrome de Down, e eu quero dizer para todos os senhores e relatar que foi muito importante estar presente nesse evento, que trata de um tema tão importante, como o respeito e a inclusão das pessoas que têm a síndrome de Down.

O desconhecimento e o preconceito, por muito tempo, separaram as pessoas de síndrome de Down da sociedade, limitando, Sr. Presidente, seus sonhos e suas realizações. O que era uma condição genética antes era considerado um defeito, uma incapacidade. Felizmente, essa realidade vem mudando, e o capacitismo vem dando lugar ao reconhecimento de que, com oportunidades, as pessoas com síndrome de Down podem levar uma vida normal, pessoal e profissionalmente.

Em 2011, o Brasil liderou a resolução da ONU que criou o Dia Internacional da Síndrome de Down, mas, já a partir da promulgação da nossa Constituição Cidadã, o país vem implementando diversas ações para garantir os direitos de acesso à educação, transporte, trabalho e saúde. A convenção da ONU estabelece que todos têm direito a oportunidades iguais de trabalho, mas a igualdade de oportunidades significa tratar de forma diferente pessoas com condições diferentes.

Nesse sentido, foi um avanço importante a Lei de Cotas de 1991, que determinou que empresas que tenham mais de cem empregados reservem um percentual de vagas para pessoas com algum tipo



de deficiência, direito também garantido em concursos públicos. Essa lei viabilizou o acesso ao mercado de trabalho de centenas de pessoas com síndrome de Down, resolvendo questões como o autossustento, autonomia pessoal, incentivo às relações interpessoais e até o combate à depressão. A inclusão nas escolas regulares foi outro avanço importante. Embora ainda exista muito preconceito, a convivência entre os diferentes tem proporcionado aos alunos uma experiência que estimula a todos, melhorando o aprendizado dos que têm síndrome de Down e estimulando o respeito e a aceitação entre os outros alunos. A educação inclusiva traz a riqueza das diferenças à vivência escolar.

Na saúde, é direito constitucional de todo brasileiro o acesso gratuito e universal ao atendimento público, e tenho a honra de ter contribuído com esse direito ao criar uma lei que ajuda na prevenção dos problemas cardíacos, que são comuns às pessoas com síndrome de Down. Eu estou falando da lei de minha autoria, ainda como Deputado Federal – e tive a honra de ser Relator dela aqui, como Senador da República –, que obriga o Sistema Único de Saúde a garantir a realização do exame do ecocardiograma fetal em todas as mulheres gestantes. Mediante pedido médico, essa realização do exame do ecocardiograma fetal pode ser feita por todas as mulheres. Antes era apenas em casos de gravidez de risco ou às que tinham dinheiro para pagar esse exame, através de um plano de saúde ou diretamente num consultório privado. Hoje, elas vão poder fazer até três exames no SUS; diretamente, durante a sua gravidez, elas vão poder acompanhar a sua gestação, a evolução da sua gestação e, claro, do seu bebê.

A realização, preferencialmente, desse exame, acontece às 24 e 28 semanas da gestação da mulher e permite, Sr. Presidente, um diagnóstico precoce, o que é fundamental para que os médicos possam fazer o acompanhamento até o parto e prever o tratamento do pós-natal. Sem esse diagnóstico precoce, pode-se perder a janela ideal para correção do defeito cardíaco, que é a idade entre seis a 12 semanas de vida, resultando em complicações cardíacas futuras, como a redução da qualidade de vida da criança e até, na pior hipótese, a morte, que foi o que aconteceu com a bebê da Janaína, cuja história me inspirou a elaborar essa lei, que hoje já está sancionada pelo Presidente Lula e já está funcionando no Brasil. Essa lei, aprovada aqui, garantirá que todas as mães, inclusive as mais pobres, tenham acesso aos cuidados da saúde dos seus bebês e proporcionará mais qualidade de vida para essas crianças nascidas com síndrome de Down.

São muitas as frentes nas quais temos que agir para criar oportunidades de vida saudável e feliz para as pessoas com síndrome de Down. Há muito o que ser feito, mas os avanços estão acontecendo aqui, no Brasil.

Espero que a troca de experiências que aconteceu entre as nações ajude a conhecer e implementar modelos exitosos em todos os países; e que nosso exemplo também possa ser utilizado na construção de um mundo melhor e mais inclusivo.

O meu desejo, o que eu desejei a todos que participaram do evento e que acompanham essa luta, é que nós possamos caminhar para um mundo em que todos sejam vistos pelo que podem oferecer de bom, e que todos tenham condições de desenvolver suas capacidades, com apoio de toda a sociedade.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que, depois que participei desse evento, eu saí de lá mais convencido ainda de que nós temos que defender mais o nosso país, independente de quem seja o Governo ou da corrente política que esteja tocando o Governo, porque, se tem uma coisa que não é mais de governo, é do Estado brasileiro, são as conquistas que nós temos. Nós temos hoje as políticas de minorias, dos deficientes, não só com síndrome de Down, mas todo tipo de deficiente – eu sou irmão de uma deficiente surda e muda e sabemos a luta que é essa inclusão no dia a dia –, de várias outras conquistas que o Brasil já tem, graças ao Suas, ao SUS. Nós enfrentamos uma pandemia e estão aí os profissionais de saúde, bravamente, lá dentro, e não só de saúde, mas os profissionais como um todo, principalmente do serviço público, que estiveram ali como soldados na retaguarda, na linha de frente, para poder enfrentar esse inimigo invisível



que, infelizmente, vitimou milhões, não só de brasileiros, mas de pessoas no mundo todo.

E, quando eu digo que temos de nos orgulhar muito do nosso país é porque lá fora, quando a gente ouve os depoimentos de outros países, Senador Moro, não tem o que tem aqui no Brasil. Uma mãe brasileira que tem um filho com síndrome de Down lá em Miami diz que, quando tem algumas complicações, ela prefere pegar o filho e ir para São Paulo, porque lá tem especialidades, lá eles já têm mais... Foi falado muito dessa questão humanitária, dessa questão de estar mais perto para fazer esse tipo de acompanhamento, coisa que lá fora ainda não tem, ainda é tudo muito direto, muito seco, não tem esse cuidado que o Brasil já começou a ter há muito tempo, e nós já estamos aí sendo modelo, referência em várias frentes que o Brasil já está tocando. Repito: essa é uma conquista de todos os brasileiros da qual nós devemos nos orgulhar e dela falar mundo afora, porque, nesse tipo de avanço, nós não podemos jamais retroceder e, sem dúvida nenhuma, dar passos mais concretos para que, no futuro, nós possamos ser mais inclusivos e criar mais oportunidades para a nossa sociedade, principalmente para as pessoas que precisam ser tratadas de forma diferente, para que sejam incluídas nesta sociedade tão desafiadora como é a nossa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Weverton.

Convido o próximo orador, nosso querido Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente interino Izalci Lucas, eu quero me dirigir aqui a todos os Poderes da República, ao Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao nosso Presidente do Senado, Presidente Rodrigo Pacheco, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exmo. Ministro Luís Roberto Barroso.

Hoje, 26/5, na verdade, 25/3 – é porque era um discurso para ontem –, hoje é uma data especial e emblemática: o Senado Federal da nossa República completa 200 anos de existência. Especial, Sr. Presidente, porque uma instituição chegar ao seu bicentenário é um marco que denota estabilidade, maturidade, força e resiliência.

O Senado Federal, Sr. Presidente, comparado a outros Poderes da República, é o mais igualitário, paritário e democrático. É a Casa que representa todos os estados brasileiros com o mesmo número de membros, sem considerar a extensão territorial, sem considerar tamanho populacional ou mesmo pujança econômica. Desde o maior até o menor dos estados brasileiros contam aqui com o mesmo número de membros, três vozes por ente federativo. Há outro Poder, Sr. Presidente, que ofereça tamanha demonstração de igualdade no nosso país? Claro que não.

Disse antes também que hoje é uma data emblemática e me explico, Senador Sergio Moro. O momento que hoje vivemos na República é de exacerbada rivalidade. A democracia é, sim, sinônimo de convívio de diferentes, ideias antagônicas, visões contrárias, opiniões conflitantes. Normal, natural e salutar. No entanto, Sr. Presidente, quando questões que deveriam ficar no debate das ideias e opiniões migram para cisão, revanchismo e geram conflitos personalíssimos, elas preocupam e demandam ação dos membros desta Casa e demais Poderes, como já mencionados.

Senador Izalci, o desafio imposto nesta data de 200 anos do Senado Federal para todos os chefes de Poderes é, sem dúvida nenhuma, o maior na história brasileira. E passou da hora, senhoras e senhores, que lulistas e bolsonaristas, brancos e negros, héteros e homos, sulistas e nortistas sejam enxergados e tratados como são: cidadãos brasileiros, o mesmo povo e uma só nação.

Comparo, Senador Esperidião Amin, essa divisão revanchista que vivemos como uma grande final de jogo de futebol. Imagine que, aqui dentro que os Poderes da República vivamos uma competitiva e decisiva partida futebolística. Os torcedores seriam cada um dos brasileiros sentados em um estádio acompanhando as ações e os movimentos no campo político. Quando esse jogo, Senador Amin, é respeitoso, com regras



claras, ou seja, sem faltas, sem parcialidades, sem predileções, sem arbitrariedades, sem expulsões injustas, a torcida vibra, ri, chora, comemora, interage, entendendo que há, sim, rivalidade, mas o espetáculo encanta a todos e os fazem torcer e assistir ao duelo.

Mas, quando as paixões superam o talento e a rivalidade supera as regras, a arena se incendeia e será questão de tempo para que o espetáculo da democracia se torne barbárie. O lema do Governo Federal, Senadora Damares, é união e reconstrução. Belo, oportuno, pertinente e necessário para esses dias. E que, nesta data, os jogadores à esquerda do campo, os jogadores à direita do campo e os juízes que compõem essa competição desportiva comprometam-se estritamente com as regras e a beleza das diferenças.

Que cada um de nós, Senador Amin, construamos pontes, diálogos e saídas pacíficas para a República. Certamente a torcida reconhecerá que, ora ganhando, ora perdendo, os times e os juízes estão comprometidos com o espetáculo democrático. E, assim pacificados, é justo o resultado. E, justo o resultado, assistirão ao show de bons passes e grandes talentos que cada um de nós, homens e mulheres do povo, pode oferecer para o engrandecimento da nossa grande pátria amada.

Senador Izalci, a divisão e a polarização estão trazendo graves prejuízos para o futuro do Brasil em nossas casas, nas ruas, nos Poderes da República, na governança, e, exacerbando as ideologias e partidarismos, estão consumindo a democracia como fogo e paralisando o desenvolvimento da nossa nação.

Façamos, hoje, todos um novo pacto federativo. Um pacto pela paz, pela harmonia, não só nos Poderes, como já reza a Constituição, mas pacificação política, institucional, que resultará naturalmente em união e em harmonia da nossa população. O exemplo deve vir de cima, deve vir de nós, homens e mulheres públicos, outorgados e legítimos representantes do nosso povo.

Senador Moro, é urgente, é necessário, é fundamental. É aqui e é agora.

Que os 200 anos do Senado Federal sejam marcados pela união de homens e mulheres de bem em prol de um novo tempo para a nossa República Federativa!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Muito bem, Senador Jorge Seif. Convido agora, então, para fazer o uso da palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, só para perguntar se o senhor tem aí à mão a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Sim, V. Exa. – o Zequinha Marinho não se encontra – seria o próximo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discursar.) – Boa tarde a todos, Senadores e Senadoras, Senador Izalci, que preside esta sessão, nós temos visto a polarização prejudicar o país. Eu não quero aqui ser mal-interpretado. Eu sou oposição a este Governo, ao Governo Lula, e continuarei sendo oposição, embora, certamente, havendo propostas que sejam positivas para o país, não tenha nenhum problema em acompanhá-las, mas permanecerei firme na oposição. Mas é inegável que a polarização exacerbada e o ânimo irracional acabam prejudicando a formulação de políticas públicas.

Não é só isso. Tivemos um exemplo agora, nesta semana, que foram as revelações em torno do assassinato da Marielle Franco e do Anderson. Esse crime brutal, atroz, ficou vários anos sem ser resolvido, e eu tributo essa falta de resolução, Senador Amin, à polarização política, porque eu era Ministro da Justiça em 2019, e, naquela época, eu acompanhei o trabalho da Polícia Federal. A Polícia Federal havia constituído, aberto uma investigação, ainda por solicitação do Ministro anterior de Segurança Pública, o Raul Jungmann, para que verificasse uma hipótese de interferência indevida, uma fraude na investigação



que então era realizada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Isso foi feito ainda em 2018, mas os trabalhos dessa investigação da Polícia Federal se estenderam ali no ano de 2019. Eu, como Ministro da Justiça, acompanhei esses trabalhos e, de fato, foi confirmado que havia sido plantada uma testemunha falsa na investigação da Polícia Civil do Rio de Janeiro para levar a investigação para um rumo que era o rumo errado e distanciá-la dos verdadeiros autores materiais e dos mandantes do crime.

E, naquele ano de 2019, como Ministro, a minha orientação à Polícia Federal foi sempre de elucidar o crime. Era esse o único interesse do Governo de então, fazer justiça, chegar à verdade, chegar aos culpados, e não faltaram ali recursos para a Polícia Federal fazer esse trabalho. E esse trabalho foi essencial para que as investigações, que então corriam na Polícia Civil e perante o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, retomassem o seu rumo correto.

Naquela época, ainda naquela época, já apareceu o nome, um dos nomes, um dos nomes desses presos desta última semana como provável mandante do assassinato de Marielle Franco. Ainda, em 2019, surgiu o nome de Domingos Brasão como um possível mandante. Não digo aqui, porque isso vai competir à Justiça fazer a avaliação das provas, mas o fato é que esse nome já havia surgido em 2019. E, talvez, se pudéssemos ter prosseguido na investigação, ainda naquele ano de 2019 o crime pudesse ter sido solucionado mais rapidamente.

Ocorre que, influenciados pela polarização política e infelizmente mal-informados sobre as intenções do Governo de então, a família da vítima se manifestou na época contra a federalização das investigações. Eu tive a oportunidade de falar com eles e coloquei o meu posicionamento, que era importante que a investigação fosse feita pela Polícia Federal, mas, no entanto, houve essa resistência da família. E, claro, não falo aqui em termos críticos, porque é até compreensível a posição da família diante daquele clima exacerbado de polarização política que nós tínhamos em 2019 e que infelizmente se estende até os nossos dias atuais.

Como Ministro da Justiça, eu respeitei a posição da família da vítima e, embora entendesse que a federalização era oportuna, nós passamos a nos posicionar contrariamente a ela, pelo menos publicamente, já que entendíamos que a vontade da família da vítima deveria ser levada em consideração quanto à realização da federalização ou não.

Mas não culpo, não se enganem, aqui de maneira nenhuma a família da vítima, o grande culpado desse quadro é a polarização política exacerbada. O grande culpado pelo fato de o crime não ter sido elucidado ainda em 2019 ou 2020 pela Polícia Federal foi essa polarização política, porque agora vimos, pelo menos considerando os resultados provisórios dessa investigação feita pela Polícia Federal, que não havia condições de o crime ser elucidado pelas autoridades do Rio de Janeiro, já que comandando a direção da Polícia Civil na área de homicídios, pelo menos naquele estado, e, segundo o que consta nas investigações, e isso depois vai ter que ser avaliado pela Justiça, haveria um dos próprios algozes ou uma autoridade da Polícia Civil que concordava e havia se comprometido em dar proteção aos mandantes do assassinato de Marielle Franco.

Eu fiquei feliz pelos resultados havidos esta semana, pelos desdobramentos do caso, e espero que a justiça seja feita. Espero que a família das vítimas, tanto de Marielle, como de Anderson, possam encontrar justiça e paz nesses desdobramentos.

Registro aqui a importante posição que foi adotada pelo União Brasil nesse final de semana, que acabou expulsando de seus quadros um desses indivíduos que era apontado como mandante desse crime. Claro, ele tem o direito de se defender na Justiça, as provas vão ser avaliadas, a Câmara vai se posicionar sobre a prisão preventiva, mas, naquele quadro que aparece, não seria possível que o partido continuasse a



abrigá-lo dentro dos seus quadros. Vamos aguardar os acontecimentos.

Agora, seria importante que houvesse um desdobramento dessa operação. Eu tive a oportunidade de ler o relatório de inquérito policial que foi apresentado pela Polícia Federal e que embasou essas prisões. Ele vai ser oportunamente avaliado pela Justiça, e esse relatório foi divulgado inclusive na imprensa, e o que nós temos ali, Senador Esperidião Amin, é um retrato tenebroso da segurança pública do Rio de Janeiro. É um retrato amargo do grau de infiltração de organizações criminosas nas instituições do Rio de Janeiro. E aí, nós estamos falando de Tribunal de Contas; e aí, nós estamos falando de Assembleia; e aí, nós estamos falando mesmo de representantes na Câmara Federal desta Casa, e igualmente em altos escalões da Polícia Civil. É uma história tenebrosa de crime e de impunidade.

E aqui, sim, que nós precisamos, e este é o propósito especial do meu discurso na tribuna, nós precisamos ter um plano de segurança pública consistente para este país, especialmente que leve ao enfrentamento das organizações criminosas. Não pode o Governo Federal se satisfazer exclusivamente com a prisão desses mandantes. Nós estamos vendo a situação em Mossoró, dos fugitivos que simplesmente desapareceram; nós estamos vendo o crescimento do crime organizado no dia a dia, e nos falta, aqui no Brasil, da parte desse Governo Federal, uma política de segurança pública consistente e robusta.

Pode eventualmente, pode eventualmente, sim, este momento ser utilizado para, quem sabe, ter uma virada, mas uma virada que tenha também a participação do Congresso, porque este Congresso mostrou, nas últimas semanas, tanto o Senado, como a Câmara dos Deputados, que não está do lado dos criminosos, ao aprovar o projeto de lei que acaba com a saidinha dos presos nos feriados, ao aprovar o projeto de lei que torna mais rigorosa e mais difícil a progressão de regime de cumprimento de pena.

Este Congresso delibera hoje sobre a audiência de custódia e sobre se imporem critérios mais rígidos. Talvez seja este o momento – e aqui fica a minha sugestão a este Governo Federal, embora eu seja de oposição – para se começar a tomar atitudes mais firmes antes que esses exemplos lamentáveis do Rio de Janeiro se espalhem por todo o país, se é que, de certa forma, já não se espalharam.

Senador Esperidião.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para apartear.) – Eu gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento, que é um pronunciamento histórico, posto que está sendo feito no momento em que há um aparente alívio pelos fatos apurados até aqui.

Primeiro, quero o cumprimentar também pela elegância, pelo espírito de humanidade, ao reconhecer que muito mais do que erro de alguém...

(Soa a campainha.)

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... foi a polarização que determinou a atitude de não se desejar que a Polícia Federal conduzisse, o que certamente seria melhor, teria sido melhor, tanto é que está sendo, o inquérito em relação ao que aconteceu em matéria de investigação, inclusive com infiltração, pelo que se sabe agora, de testemunha e testemunho falsos. Acho que este período teria sido, certamente, abreviado.

E o segundo, mais importante ainda, é ressaltar que nós não podemos ficar satisfeitos ou considerar encerrado o caso pela identificação dos mandantes. Isso é pouco, porque está comprovado que o processo decisório o contaminou, que o processo de comando das atividades da polícia judiciária, digamos assim, estava comprometido e comprometido com uma metástase que ia além dos quadros da Polícia Civil e, por tudo que se consegue vislumbrar, perpassava vários outros organismos do Estado do Rio de Janeiro. E a



investigação deve prosseguir.

Para aplaudir este seu pronunciamento, é que eu faço este aparte.

Muito obrigado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço, Senador Esperidião Amin, pelas colocações.

De fato, essas organizações criminosas crescem e são poderosas e se infiltram nas instituições. Se nós não tivermos um plano de segurança consistente, se nós continuarmos nesta posição de leniência com os criminosos, sejam criminosos que nós temos como comuns, sejam os grandes lordes e barões das drogas, sejam aqueles que se infiltram nas instituições para garantir impunidade a esses criminosos, nós vamos acabar perdendo essa luta contra a criminalidade.

E aí, como eu disse anteriormente, não podemos deixar que a polarização política nos cegue para nossas responsabilidades. Não podemos deixar aqui, como Congresso, como Senado, de nos debruçar sobre as ações necessárias de aprimoramento da legislação e evitar ver um ao outro como um adversário...

(Soa a campanha.)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... que não existam pontos comuns e cujas divergências não sejam insuperáveis.

Se nós continuarmos nessa desunião, nessa polarização exacerbada, os únicos vitoriosos serão esses gangsteres, esses criminosos que muitas vezes se infiltram dentro das instituições públicas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Com a palavra, agora, o Senador Esperidião Amin.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador Esperidião Amin, fica registrado que é por cedência do Senador Wellington, dada a prioridade de experiência de vida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar.) – Eu não esperava outro gesto de V. Exa. O senhor não ia cometer a indelicadeza de me cassar a palavra pela quarta vez no dia de hoje; não o senhor. Mas eu participei aqui ativamente e prestei a minha homenagem a todos os oradores que ocuparam esta tribuna; e daqui a pouco ouvirei V. Exa., se não for a sua fala proibida para maiores de 18 anos. Se for uma fala publicável, republicana, eu estarei aqui para aplaudi-lo e ouvir.

Mas eu gostaria de iniciar registrando, sim, o meu aplauso ao que disse aqui o Senador Sergio Moro, porque este assunto nos mobilizou e nos fez duvidar de nossa capacidade durante seis anos, e certamente vai continuar desafiando para que investiguemos os outros aspectos deste crime que envolveu a Sra. Marielle Franco e o Anderson; a sociedade brasileira se sentia impotente diante desse emaranhado sem solução. Agora, tem-se luz no fim do túnel e não se pode parar a investigação, como bem lembrou o Senador Sergio Moro, em função da evidente corrupção instaurada sistemicamente, a ponto de manipular aquilo que deveria ser uma investigação.

Mas eu gostaria também de dedicar uma parte da minha fala ao sentido da audiência que nós tivemos hoje na Comissão de Assuntos Econômicos, com a participação de várias autoridades do Estado de Santa Catarina, o Secretário da Fazenda, a Vice-Governadora do estado, o Procurador-Geral do estado, num debate a respeito da questão do ressarcimento de recursos que o Governo do Estado de Santa Catarina transferiu à União. Não foi uma obra delegada ao Estado, foi uma obra executada pela União, pelo Dnit, no caso, obra da maior relevância para nossa infraestrutura – falo de quatro rodovias: a mais requerida



delas é a BR-470; a BR-280; a BR-285; e a BR-163 –, com recursos do Governo do estado.

Então, é imperioso que o que está na lei, se tiver que ser aperfeiçoado – e isso foi o que nós dissemos ao representante do Ministério da Fazenda que lá compareceu, o Sr. Gadelha –, a oportunidade de aperfeiçoar é agora, para evitar que se cometam equívocos.

Agora, do ponto de vista ético, moral e político, é indiscutível que não pode haver enriquecimento sem causa – no caso, para a União –, e que essa parceria tem que receber de alguma forma uma compensação, no mínimo, abatendo-se, Senador Izalci – V. Exa. que participou da audiência –, da dívida do estado com a União aquilo que o estado transferiu sem ônus, até aqui, para a União, ampliando o valor patrimonial de um bem público federal. Se isso não for praticável, nós vamos ficar à mercê do jogo do mais esperto ou, talvez, do apadrinhamento político-partidário.

É em nome disso que eu venho trazer a público... O que era para ser esclarecido, foi. Tivemos hoje a participação de Senadores, da Senadora Tereza Cristina, que é a Relatora da última emenda oferecida para aperfeiçoamento do projeto, e eu espero que a Comissão de Assuntos Econômicos possa brevemente deliberar para trazer aqui ao Plenário a deliberação definitiva.

É lógico que, como Senador por Santa Catarina, eu não posso deixar de tornar pública essa questão e de pedir a compreensão de todos para que casos análogos tenham um tratamento igual – análogo, portanto; semelhante. Ou seja, uma obra pública federal executada pelo Governo Federal e que recebe, do estado onde ela está situada, um recurso financeiro significativo – como foram esses, recursos muito importantes pra Santa Catarina –, que ele receba alguma compensação. O Procurador-Geral do Estado, Dr. Vicari, foi muito feliz. Nós não estamos falando de pagamento, nós estamos falando de compensação; e essas formas de compensação com critério, com transparência, com fiscalização do Tribunal de Contas da União, têm que existir para que haja, realmente, harmonia entre os entes federativos.

Para concluir, eu faço questão de dizer que fui o Relator do Projeto de Lei Complementar 156, que foi o último instrumento de regulação para fazer o acordo de dívidas com os estados. Em função dessa lei, os juros foram reduzidos, em alguns casos, de 9% ao ano para 4% ao ano, e isso mitigou o problema ingente da dívida dos estados com a União.

Isso está sendo discutido pelo Ministro Haddad. Acho que em bom momento ele está promovendo a busca do entendimento, ele que conheceu essa situação como Prefeito da maior cidade do Brasil, Prefeito de São Paulo. Foi, inclusive, o Município de São Paulo, corretamente, não beneficiado, mas teve atenuadas as condições de financiamento que lhe eram impostas pela legislação anterior.

Tive a honra de ser o Relator desse projeto na Câmara dos Deputados, e é na busca desse equilíbrio que se dará mais esse passo. Não é um passo isolado, é uma caminhada na busca de um atendimento correto aos princípios federativos, de levar-se em conta o esforço do ente federado, estado ou município, na busca de uma harmonia baseada em tratamento correto, sob a égide da ética e da moral, como nós defendemos hoje.

É o pronunciamento que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Amin.

Falará agora, pela Liderança do PL, o Senador Wellington Fagundes.

Na sequência, estão inscritos o Senador Humberto Costa, o Senador Luis Carlos Heinze, Magno Malta, Senadora Margareth Buzetti e Nelsinho Trad.

Com a palavra, Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela Liderança.) – Presidente Izalci, quero aqui registrar e dar como lidos dois pronunciamentos – quero a autorização de V.



Exa., até para não me delongar muito.

O primeiro: quero registrar que neste dia 22 de março, comemoramos então o Dia Mundial da Água. E aqui eu quero sugerir algumas reflexões que se mostram imperiosas, levando em consideração o futuro do planeta.

Análise feita pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico indica que a disponibilidade de água pode diminuir até 40% nas Regiões Norte e Nordeste e também no Centro-Oeste e em parte do Sudeste. Isso, Sr. Presidente, até 2040. Em outras palavras, esse cenário vem se configurando ano a ano... E 2040 está bem próximo, faltam só 16 anos. Isso não é nada se levarmos em consideração a história deste planeta.

Quero registrar, inclusive, que a previsão para o nosso Pantanal mato-grossense é que tenhamos agora a maior seca dos últimos 154 anos.

Senador Nelsinho Trad, somos irmãos ali, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com o nosso Pantanal único, sendo que dois terços estão lá no Mato Grosso do Sul, por isso, inclusive, estamos discutindo aqui o Estatuto do Pantanal. Criamos agora a Subcomissão de Meio Ambiente com foco específico no Pantanal. Portanto, assuntos como esse agora... Inclusive, tivemos essa situação no Rio de Janeiro anunciada, pré-anunciada... Está previsto agora também para Mato Grosso, neste final de semana, um calor infernal com chuvas torrenciais. E, isso, infelizmente, não é bom, porque, na agricultura, a chuva torrencial, além de não percolar no solo, também pode causar mais danos, principalmente à questão do Pantanal, para onde vai o assoreamento. Então, Sr. Presidente, eu quero, nesse aspecto – até porque o segundo pronunciamento tem muito a ver –, alertar que não podemos deixar que essa situação se agrave muito mais ainda, e convoco a todos para, juntos com a ciência, a tecnologia e o conhecimento empírico... Porque lá quem vive no dia a dia da terra, e principalmente destaco no Pantanal o homem pantaneiro, com a sua experiência secular na convivência com a pecuária, com os ribeirinhos, com os quilombolas, com os indígenas... Essa sabedoria também não pode ser deixada de levar em conta. Por isso, a solução temos que buscar, acima de tudo, conjuntamente, para buscar a vida não só em todos os nossos ecossistemas, mas também a vida no planeta.

Ainda, Sr. Presidente, um outro pronunciamento – e uma coisa leva à outra. É que estamos acompanhando com muita preocupação as consequências exatamente do clima em função da agricultura, e a nossa produção agrícola vem sofrendo muito, principalmente no caso do Mato Grosso, já que somos o maior produtor de soja. Já passamos a Argentina na produção de soja, somos responsáveis por 80% da produção de algodão e hoje, com essa situação do El Niño, de todos os efeitos climáticos, o Mato Grosso é um estado em que estão sofrendo muito os seus produtores.

Inclusive tivemos já muitas reuniões com a Aprosoja, a Famato, todos os setores organizados – também quero registrar aqui a preocupação da CNA – no sentido de que encontremos soluções. Já foi levado ao Governo, através do Ministério da Agricultura. O Ministro Fávaro é do Mato Grosso, portanto, conhece muito essa realidade, e o país agora... Como estivemos aqui todos nós, Senadores, Deputados, o Congresso Nacional na época da pandemia buscando soluções para que o Brasil não entrasse em caos... E aí me lembro bem das ações conjuntas no Governo Bolsonaro, criamos aqui vários programas. Inclusive registro o nosso Governador Jorginho, que apresentou o Pronampe, que foi realmente um programa muito importante para que nossos micros e pequenos empresários não pudessem ir à bancarrota.

Eu concluo aqui pedindo a V. Exa. Autorização para que dê como lido, na íntegra, o meu pronunciamento e dizendo que estamos aqui todos prontos para contribuir, oposição e situação. Nós aqui, na condição de oposição, queremos, acima de tudo, buscar soluções para o Brasil na geração de emprego, para que o nosso produtor tenha realmente condições de sobrevivência e de continuar gerando riqueza e



emprego.

Por isso, então, todos nós aqui estamos buscando a melhor situação, afinal, como se diz: quando o campo vai mal, a cidade sempre – e não podemos deixar que isso aconteça – perece. Portanto, a cidade sente, e não podemos permitir que o círculo de desenvolvimento registrado hoje em Mato Grosso venha a diminuir, em prejuízo do bem-estar de toda a população.

Concluo, Sr. Presidente, com muito entusiasmo aqui também, agradecendo o convite que todos nós do PL fizemos a V. Exa. Quero aqui anunciar, pelo nosso partido, a felicidade de estar recebendo aqui um dos Parlamentares mais capacitados desta Casa, mais atuantes, até porque vive em Brasília e está, de segunda a sexta, sempre presente nas nossas audiências públicas, nas sessões solenes, cumprindo o seu papel.

Também pela sua profissão, pela sua formação, pela sua dedicação, o PL, com certeza, amanhã, será um partido muito maior.

O convite é feito pelo Presidente Bolsonaro, pelo Presidente Valdemar e por todos nós Senadores e Deputados Federais. Então, quero aqui também, como Líder do Bloco Vanguarda, convidar todos para que estejamos, amanhã, a partir das 18h, lá no Setor de Clubes Norte, no Clube Minas, para receber essa filiação.

O Presidente Bolsonaro já confirmou. O nosso Governador Jorginho Mello também está confirmado. Deputados e Senadores estarão lá presentes, porque sabemos da força...

Estou fazendo um convite aqui para quem não o recebeu – é uma festa pública. Convido todos aqueles que estão nos assistindo para que estejam lá, junto com o Presidente Bolsonaro e com o nosso querido Senador Izalci, para que a gente possa construir uma Brasília com muito mais oportunidades.

O futuro a Deus pertence. Mas vamos trabalhar!

V. Exa., com certeza, tem grandes projetos. E o PL também, a partir deste momento, passa a ter um grande projeto, junto com os nossos Senadores e com todos os nossos suplentes.

A Deputada Bia Kicis esteve no Mato Grosso esta semana, conversando, e também transmitiu, da mesma forma, o entusiasmo dela com a filiação de V. Exa. no PL.

Muito obrigado.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES. (Vide Item 2.1.1 do Sumário)

(Inseridos nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes, pelas palavras e pela amizade.

Por troca com o Senador Humberto Costa, passo a palavra agora ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, assistência, aqueles que nos ouvem no rádio e nos veem pela TV Senado, neste momento, cumprimento todos.

Sr. Presidente, nesse final de semana próximo passado – e ainda continua hoje –, tivemos uma grande tragédia no sul do Espírito Santo, a partir de Cachoeiro de Itapemirim, de Mimoso do Sul, dos distritos. Ontem, eu estive num distrito chamado Pacotuba. Mimoso do Sul é uma cidade que foi, praticamente, sepultada, desde as margens de Apiacá e Bom Jesus do Norte. É lamentável! Mas a solidariedade do Brasil é grande. Até ontem, 19 corpos haviam sido encontrados nos escombros formados pela lama que a chuva trouxe em Mimoso.

Eu quero me solidarizar com o meu povo.

O grande problema de tudo isso é a burocracia. O município precisa declarar calamidade, para que seja aceita pelo Governo estadual. E o Governo estadual declara calamidade, para ser aceita pelo Governo



Federal.

Hoje a bancada federal esteve em Brasília com o Ministro que trata das questões de infraestrutura nacional e também com a Defesa Civil nacional, para que o Espírito Santo seja socorrido o mais rápido possível.

Eu quero agradecer a pessoas, amigos a quem, individualmente, telefonei, liguei, que socorreram pessoas. Quero agradecer aqui à Ortobom, que acabou de mandar para lá alguns colchões, para o distrito de Pacotuba. Devem estar chegando lá. As pessoas ficaram sem ter onde dormir, Sr. Presidente, mas o povo é forte.

Ontem foi o aniversário de Cachoeiro. E a gente pensa: nada a comemorar, com a destruição que se abateu sobre a cidade. Mas temos que comemorar, porque Cachoeiro, a cidade, é capital secreta do mundo. É uma cidade de gente forte, onde eu comecei, como Vereador, e fui adotado como filho adotivo daquela terra. Um povo forte! Um povo trabalhador! Resiliente! E essa não é a primeira tragédia que se abate sobre Cachoeiro de Itapemirim após uma tromba d'água. Ontem foi aniversário da cidade. E, mais uma vez, eu cumprimento essa cidade que me deu oportunidade, onde eu comecei a minha vida pública como Vereador.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre dois assuntos mais. Um deles foi a sessão solene de ontem, especial, dos 200 Anos do Senado. Que privilégio! Quando o Senado faz 200 anos, eu estou aqui, Senador Zequinha, no meu terceiro mandato. Esta Casa, que tem como patrono Ruy Barbosa. Ruy que, nas suas célebres frases, Senador Moro, disse, esse baiano, que a pior das ditaduras é a do Judiciário, porque contra ela ninguém pode. E nós estamos vivendo e experimentando de perto isso aqui no nosso país.

Vou contar uma história que mãe me contou, que aconteceu na cidade de ninguém, uma cidade supostamente vizinha do fantástico mundo de Bobby ou do maravilhoso mundo de Alice. Um clube de futebol completa 200 anos. Ao comemorar a festa dos 200 anos do clube de futebol, convidam-se presidentes de outros clubes, mas os jogadores do clube não foram convidados. Os ex-jogadores, os ex-campeões não foram convidados, e muitos deles vivos. É o que ocorreu aqui ontem.

Eram os 200 Anos desta Casa, mas o Parlamentar não podia se pronunciar. Que Casa é essa? É a minha Casa? É a sua Casa, Zequinha? É a sua Casa, Izalci? É a sua casa, Heinze? E eu não posso falar nos 200 Anos do Senado da República?

Tem tantos ícones que estão vivos, que passaram por aqui e que gostariam de estar aqui: Pedro Simon; Eduardo Suplicy, do PT, que ficou aqui dois mandatos, e que está vivo; e tantos outros que por aqui passaram; Tasso Jereissati. O Presidente Sarney não sei se foi convidado, até porque foi Presidente desta Casa e Presidente da República – deve ter sido, pelo fato de ter sido Presidente da República, eu espero –, e tantos outros que estiveram aqui no mandato passado, que gostariam de participar dos 200 anos.

É histórico! E não, não puderam falar. Nesse dia, o clube comemora o aniversário, mas os jogadores não podem comparecer à festa; e, se comparecerem, nada podem falar. É triste isso.

Eu disse a alguns Senadores: eu não vou, porque não terei direito à palavra, e, se não tiver direito à palavra, eu vou falar sem o microfone estar ligado. Eu vou falar com o microfone desligado, porque eu sou Senador!

São 200 anos! É um privilégio, é uma grande festa, mas aqui vieram os Senadores e não puderam falar, porque os presidentes de outros clubes foram convidados, menos os do clube de que se estava comemorando o aniversário. É lamentável!

Eu não sei... Isso nada tem a ver com cerimonial, tem a ver com o presidente do clube. Por que é que o Presidente Pacheco não abriu a palavra para os Senadores? Eu sabia que não ia abrir, por isso eu não vim, porque eu ia falar mesmo sem microfone, em pé, ali embaixo, porque são 200 anos desta Casa.



Falaria, Senador Kajuru – falaria, falaria sim –, porque eu sou Senador da República e são 200 anos da Casa de que eu faço parte.

Sr. Presidente, a narrativa política, o ativo político de quem mandou matar a Marielle sumiu. Apareceram os mandantes, eles tentaram imputar, durante seis anos, a Jair Bolsonaro, mas agora todo mundo calou. A velha imprensa está só assoviando, fazendo de conta que ensurdeceu. O ouvido está cheio de cera, eles não escutam nada, não falam nada. Quem mandou matar a Marielle já apareceu.

Eu vi uma entrevista, acho que a mãe da Marielle estava falando, e aquilo realmente doeu o meu coração, porque ela disse que a grande surpresa e decepção foi com o comandante, o delegado chefe da Polícia Civil, que as recebeu, que deu conforto, que disse que seria prioridade a investigação. Covardia, covardia! E está no rolo daqueles que mandaram tirar a vida de um ser humano.

É triste isso, mas que bom que essa narrativa chegou ao final, que hoje a família sabe quem mandou matar, quem tramou a morte de Marielle.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É importante saber isso, como nós queremos saber quem mandou matar, quem mandou esfaquear Jair Bolsonaro; mas agora tem uma cortina de fumaça, porque ninguém sabe comentar mais esse assunto, porque já se sabe quem mandou matar a Marielle.

Jair Bolsonaro foi para a Hungria, e eu vi Miriam Leitão, tão capaz – eu a respeito como jornalista –, dizer: ele entrou num outro país. Porque a Hungria, a embaixada é outro país. É assim, pessoal: qualquer embaixada já é o país, mas ele entrou no país e saiu do país. Jair Bolsonaro está no Brasil. Se ele quisesse, estaria nos Estados Unidos. Voltou para o Brasil. Mas é uma bela de uma cortina de fumaça, exatamente para quem e por quem nada mais tem a falar sobre quem mandou matar Marielle.

Eu encerro agradecendo a presença daqueles que fazem o turismo no Brasil. Ali estão sentados, Senador Kajuru, que, embora seja da base do Governo, tem suas posições próprias... Cidadãos que, nos seus estados, comandam o turismo, a rede hoteleira, estão sentados ali e estão aqui trabalhando e mostrando a necessidade que o turismo tem de não ser solapado mais uma vez com impostos pelos quais eles vão pagar o preço por conta do tanto de empregos que eles têm.

Contem comigo e, tenho certeza, com aqueles que têm sensibilidade e sabem que o turismo é importante para o Brasil por conta dos empregos e da dignidade que produz nessa área.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Um aparte, Presidente, por fineza.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Pois não, Senador Kajuru.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para apartear.) – Obrigado, querido amigo...

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... Presidente Izalci Lucas.

Perdoem-me pela minha visão. Eu não consegui enxergar todos e todas que estão na galeria. Deus e saúde a vocês e vitórias em suas vidas!

Magno Malta, você sabe muito bem, através de José Luiz Datena e eu, que nós três não somos colegas, nós somos amigos e temos uma história. Esta Casa sabe que eu, para discordar de um colega ou



amigo, nunca o desqualifico, especialmente você. Eu jamais cometeria esse erro contigo. Agora, permita-me fazer aqui uma observação de um Senador que é realmente da base de Lula, mas que é tão isento que foi cumprimentado pelo General Hamilton Mourão por uma opinião que dei a ele numa entrevista nossa em rede mundial onde falei que, entre Jair Bolsonaro e Valdemar Costa Neto, eu prefiro acreditar em Jair Bolsonaro a acreditar em Valdemar Costa Neto depois daquela declaração dele em relação ao depoimento na Polícia Federal. Então, aqui quem...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Desculpe-me.

Aqui, quem está falando contigo é alguém que te respeita, mas eu peço apenas para discordar respeitadamente da seguinte forma. Era preferível para alguns Senadores da oposição esse seu comportamento de, sabendo que não iria falar, não ter vindo aqui ontem na cerimônia em homenagem aos 200 anos do Senado Federal. E te explico por que de forma rápida e objetiva. Não se pode dizer aqui, como alguém já disse aqui, que a oposição não pôde falar; ninguém pôde. A situação também não pôde. Portanto, nenhum Senador pôde falar por decisão do Presidente Rodrigo Pacheco. Ponto um.

Ponto dois: alguns amigos seus tiveram um comportamento, para mim, antipatriótico. Qual? Exemplo: alguns resolveram esperar a execução do Hino Nacional e saíram do Plenário. Isto é um desrespeito à pátria, ao Brasil.

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por exemplo: o Senador Flávio Bolsonaro ficou aqui, chegou e acompanhou a sessão. Eu tive que sair mais cedo porque eu fui com o Ministro da Educação a Goiânia para o lançamento do projeto Pé-de-Meia, o bolsa de escola, com o meu amigo Governador Ronaldo Caiado.

Então, eu acho que aí foi um desrespeito à pátria, aos 200 anos do Senado. Então, era preferível o seu comportamento de não comparecer ao de comparecer e sair depois da execução do Hino Nacional e ainda questionar a presença de Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Respeitosamente, é assim que eu penso, e gostaria de fazer a observação.

Agradeço a você por esse aparte.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu já reitero, Sr. Presidente...

Senador Humberto, suba para a tribuna, suba para a tribuna, porque senão eu e o Kajuru vamos tomar seu tempo.

Só explicando, como eu disse na tribuna: eu sabia que os Senadores não teriam palavra, por isso não vim; porque, se eu viesse, eu teria falado.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Obrigado.

Com a palavra, agora, nosso Senador Humberto Costa.

Na sequência, a Senadora Margareth, pela Liderança; na sequência, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Nelsinho Trad.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para



discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, pessoas que nos acompanham pelas redes sociais, recentemente, eu aqui, falando, fui advertido por um companheiro nosso de que não valia a pena ficar permanentemente falando sobre o ex-Presidente, o inelegível Jair Bolsonaro. No entanto, ele tudo faz para que nós sejamos obrigados a dizer ao povo brasileiro o que é que esse cidadão realmente deseja fazer com o nosso país.

Mais uma vez, o ex-Presidente Bolsonaro se desnudou ao buscar abrigo político na Embaixada da Hungria. Vídeos vazados ao *The New York Times* mostram o ex-Presidente se hospedando por dois dias na representação diplomática após ter o seu passaporte retido pela PF e promover um ato golpista na Avenida Paulista. É um claro indicativo de que procurava imunidade em uma área protegida por convenções internacionais, por receio de eventual decretação de prisão preventiva. Atacou instituições, ameaçou autoridades, articulou golpe de Estado e, delatado por seus assessores mais graduados, teme agora acertar contas com a Justiça. Quer fugir das evidentes responsabilidades pelos crimes que cometeu.

Desculpas apresentadas mostram o ridículo da situação; um deboche. Não conseguem justificar a condição de medroso em que se encontra esse ex-Presidente. O STF deu 48 horas para que se esclareça o fato inusitado na história brasileira: um ex-Presidente da República se escondendo, fugindo da lei, sob as asas de um embaixador estrangeiro, para fugir de uma suposta prisão. É mais um lamentável e deprimente episódio protagonizado por ele, o que demonstra a sua limitada estatura política; uma evidente manobra para impedir que o Poder Judiciário cumpra eventuais medidas decorrentes do avanço de investigações empreendidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, que o apontam como mandante e responsável por vários crimes. É um ato de fuga ao qual as autoridades competentes estão atentas.

Não se pode permitir que artifícios e até fugas promovam a obstrução da justiça e um eventual descumprimento de medidas exaradas. Os criminosos do 8 de janeiro, entre eles o inelegível, precisam ser julgados de acordo com suas responsabilidades, na forma da lei. Bolsonaro não é perseguido político; é um investigado e indiciado, com assegurados direitos à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal, como preconiza a Constituição. Não pode ser protegido por refúgio ou por asilo político.

Nenhum país pode se imiscuir nos nossos assuntos internos, que nem a Hungria, com quem mantemos excelentes relações, ou qualquer outro que o faça. O relacionamento bilateral elevado entre nações não pode ser comprometido por atos inconsequentes de um usurpador do regime democrático. Embaixadas não são hotéis para servir à hospedagem de investigados pela Suprema Corte, por tentativa de abolição violenta do Estado de direito. Somos uma nação signatária de diversos tratados internacionais em defesa do regime democrático.

O Presidente Lula, por exemplo, vítima do maior conluio entre juízes e procuradores de que se tem notícia, de um *lawfare* que o levou a 580 dias de violenta prisão, jamais atacou instituições, articulou golpe de Estado ou se negou a encarar a justiça. Jamais procurou fugir do país ou se esconder em residência de embaixador estrangeiro. Enfrentou, de pé, toda injustiça que lhe foi impingida, desmascarou seus farsantes acusadores e, por meio do voto popular, voltou a governar o país pela terceira vez. Jamais trocou sua dignidade pela sua liberdade. E essa é a diferença entre um estadista e um oportunista.

O Brasil não vai permitir que responsáveis pelo maior atentado à democracia, desde o fim da ditadura militar, saiam impunes pelos crimes que cometeram ou fujam pela porta dos fundos: serão julgados e certamente condenados na forma da lei, na forma da Constituição brasileira, para que aqui paguem pelo mal que fizeram ao país.

Muito obrigado a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Com a palavra a Senadora Margareth, pela liderança do PSD. Na sequência, o Senador Zequinha Marinho.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD -



MT. Pela Liderança.) – Obrigada, Sr. Presidente, colegas Senadores, Senadoras, senhoras e senhores aqui presentes.

Presidente, eu já perdi as contas de quantas vezes ocupei todos os canais possíveis para denunciar o absurdo que acontece no meu setor, o setor que represento, que é a reforma de pneus. O setor nunca esteve tão ameaçado quanto está agora. Quem age às claras, o pagador de impostos, é cada vez mais penalizado. Corremos o risco de uma verdadeira migração para a informalidade.

E aqui eu quero me dirigir ao Ministério da Fazenda, ao Ministério da Indústria, à Receita Federal. Eu já denunciei isso a todos eles, só faltou denunciar ao Papa, e a resposta qual foi? Nenhuma até o momento.

Eu fico me perguntando quem está por trás disso. Estamos falando de prejuízo econômico e ambiental: o pneu que entra sem que sejam recolhidos impostos e de péssima qualidade. O país trata muito mal a nossa indústria, é impressionante: importa pneus com o benefício da Lei Kandir, daí tem o *antidumping* do pneu chinês, que vem do Paquistão, que vem por outros lugares e não paga nada. Aí transferem para suas filiais sem imposto nenhum e vendem para uso e consumo também sem imposto nenhum. Estamos falando de um prejuízo econômico e ambiental. É pneu que entra sem que seja recolhido imposto e de péssima qualidade.

Essa prática afeta dois grandes setores: o de revenda de pneus novos e o de reforma de pneus. Só o nosso setor é responsável por 500 mil empregos. Sabemos que o livre comércio é importante, devemos apoiar, mas o livre comércio também tem que ser isonômico, e não oferecer vantagem a um em detrimento do outro, sob pena de fomentarmos competitividade desleal. A produção de um pneu novo consome cerca de 79 litros de petróleo, enquanto a reforma de pneus consome 27 litros, sem contar com a diminuição de CO₂ lançado na atmosfera.

Agora eu me dirijo ao Ibama. Estivemos lá, mostramos tudo a eles, e nos taxam em São Paulo como grandes poluidores, quando nós somos a reutilização. O pneu nacional dá duas reformas e economiza 7 bilhões para o transporte. A reforma gasta bem menos recursos naturais do que um novo. Logo, o raciocínio é lógico: quanto menor a recapabilidade de um pneu...

(Soa a campanha.)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – ... que é o caso do pneu importado, mais recursos naturais para produção de um novo, maior a emissão de CO₂ na atmosfera, gerando assim danos ao meio ambiente.

Presidente, nós economizamos, na reforma de pneus, 800 milhões de litros de petróleo por ano. Ainda que a produção e a oferta de pneus novos de baixo custo possam trazer uma ideia primária de benefício ao transportador, essa não é a realidade do resultado final. E quem sofre é o meio ambiente e o próprio caminhoneiro, o próprio transportador.

Fico me perguntando se, enquanto Parlamentar que denuncia há anos essa prática nociva para todos não sou ouvida...

(Soa a campanha.)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – ... o que resta para os empregadores brasileiros honestos que estão perdendo receita para essa competição desleal? O que restará para os seus empregados quando eles precisarem fechar as portas? Quem sabe nessa hora, Sr. Presidente, receberemos a resposta que há tanto pedimos aos órgãos competentes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF) – Com a



palavra, então, o Senador Luis Carlos Heinze, por troca com o Senador Zequinha Marinho. V. Exa. será o próximo, então, Senador Zequinha.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discursar.) – Sr. Presidente Senador Izalci, que amanhã está se filiando ao Partido Liberal, Senador Jorge Seif, já vou lhe dizer pessoalmente aqui: não vou poder estar presente. Tenho uma consulta médica na primeira hora de quinta-feira, em Porto Alegre. Então, não vou conseguir; senão eu estaria presente para lhe dar um abraço pessoalmente, mas já bem-vindo ao Partido Liberal. Não é o meu partido, mas sei que você vai encontrar amigos e seguramente torço por isso. E, no que puder fazer para que V. Exa. seja o Governador de Brasília, conte comigo.

Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, nós tivemos recentemente a Expodireto Cotrijal, um dos maiores eventos do agro do Brasil em Não-Me-Toque, lá no Rio Grande do Sul. E nós estamos trabalhando há um bom tempo para acharmos soluções para o inverno do Rio Grande do Sul. O nosso ex-Ministro, ex-Deputado Francisco Turra já fez um trabalho sobre o programa Duas Safras. As entidades de classe, a Farsul, a Fetag, a nossa Fecoagro também se empenharam e nós lançamos agora nessa Expodireto.

Aqui eu queria saudar o nome do Corazza, Jean-Marc Corazza, que é o Diretor da área de pesquisa das nossas cooperativas do Rio Grande do Sul. Então, entre a RTC (Rede Técnica Cooperativa), a nossa Cotrijal, a Embrapa e a Incia, uma empresa do amigo Floss, estão junto aqui as sementeiras do Rio Grande do Sul e estão junto também as cerealistas. É um trabalho sobre nabo forrageiro.

Senador Seif, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina têm uma enorme área que não é utilizada no inverno. Vi aqui o Senador Sergio Moro também. Para vocês terem uma ideia, nós plantamos, no inverno do Rio Grande do Sul, 1,997 milhão de hectares e, no verão, 7,4 milhões. Isso quer dizer que sobram 5,4 milhões de hectares que não são plantados. Se eu somar Santa Catarina e Paraná, seguramente eu tenho mais 3 milhões, 4 milhões de hectares que podem ser utilizados no inverno.

O lançamento realizado pelo Corazza e pelo grupo das cooperativas da Cotrijal, da Embrapa, da Iciag, cerealistas, cooperativas e sementeiros do Rio Grande do Sul, o nabo forrageiro, que é uma planta que nós conhecemos, já é utilizada e pode ser plantada também no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso – Senadores que estão aqui.

Apresentamos também *Brassica carinata*, da empresa Nuseed, e a canola, que também pode ser utilizada, e já temos também o girassol. Então, são alternativas para o inverno do sul do Brasil.

Vejam que nós faturamos... No ano passado, a previsão de faturamento, em 2024, para o milho e para a soja, que são os carros-chefes da economia, porque o arroz não pode ser cultivado com o nabo – ainda não temos a pesquisa, mas teremos um dia –, o faturamento é de R\$55 bilhões, R\$56 bilhões.

Enquanto que, no inverno, com o trigo, que é o carro-chefe, a aveia, a canola, o centeio, a cevada, o triticale e o azevém não chegam a R\$7 bilhões – R\$7 bilhões para R\$54 bilhões.

Eu não digo que nós vamos chegar no inverno com R\$54 bilhões, mas podemos chegar a R\$30 bilhões, R\$35 bilhões, R\$40 bilhões quando tivermos a pleno o nabo forrageiro, a *Brassica carinata*, a canola e o girassol. Então, são alternativas que vão produzir óleo comestível, farelo para a ração animal e, no caso do nabo forrageiro, que também possibilitará que possam utilizar esse óleo para combustíveis.

A Petrobras... O Presidente Jean Paul conversava comigo, e já tratamos com eles e com a Refinaria Riograndense, em Rio Grande, que já estão fazendo um estudo com soja e óleo de soja para um novo combustível orgânico, não fóssil, que é importante para o cenário do aquecimento global.

Aqui nós apresentamos uma alternativa muito forte que pode ser usada, imaginem, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, 7 milhões, 8 milhões de hectares que podem ser utilizados no



inverno, e no Brasil afora pode também ser feito isso.

Esse é um ponto importante que eu queria deixar registrado.

Para não tomar muito tempo, Senador Zequinha, a quem eu quero agradecer, eu fiz um requerimento de convocação dos Ministros da Agricultura, Carlos Fávaro; da Fazenda, Fernando Haddad; da Gestão e da Inovação, Esther Dweck, para esclarecerem a operação da reestruturação deflagrada pelos auditores fiscais do Ministério da Agricultura.

Quero agradecer, pois hoje, pela manhã, recebemos em meu gabinete a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Marilene Ferrari Lucas Alves, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com ela estavam também representantes do Ministério da Agricultura, do Ministro Fávaro, também da Liderança do Governo e do Ministério da Fazenda, e foi discutida a questão dos fiscais.

Eu quero colocar um ponto importante: que não são apenas os fiscais que estão hoje deixando de trabalhar nas suas operações, mas nós temos um problema muito sério com a produção de aves no Brasil inteiro. As aves têm que ficar no aviário, porque não conseguem ser abatidas. Aves no aviário, Seif, no teu estado, que é um grande produtor, um dos maiores produtores de aves do Brasil. Imagina uma semana a mais no aviário. É um custo para o produtor. Problema na indústria, problema no transporte e problema na importação e na exportação. O Brasil é o maior exportador de aves do mundo. Então, a cadeia sofre com isso.

Por isso, agradeço à Ministra Esther, que mandou, no seu gabinete, numa conversa conosco. Estamos segurando esse requerimento e seguramente vamos achar um *modus operandi* que resolva essa situação dos fiscais federais agropecuários do Brasil, que são muito importantes.

Imagina agora recentemente, 38 novas plantas foram autorizadas para exportar para a China. Esse problema hoje, nos portos, nas divisas das exportações, nos aeroportos, por que nós exportamos, são os despachantes aduaneiros, são os caminhoneiros, são os produtores rurais, são as indústrias, todos sofrem com esse impasse. E pode dar problema para a exportação brasileira.

Nós somos o maior exportador de frango do mundo, o maior exportador de boi do mundo, o terceiro ou quarto maior exportador de suínos do mundo, o maior exportador de fumo do mundo, de cana-de-açúcar e de etanol do mundo, de soja, também, do mundo. Por isso, é muito importante que haja esse ajuste, esse acerto entre o Ministério da Agricultura, o Ministério da Fazenda e também a Ministra Esther, da Gestão e da Inovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quería um aparte, Senador Heinze, se o senhor me permite.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sim.

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para apartear.) – Senador Heinze, o senhor sabe que eu trabalhei com a Ministra Tereza Cristina no Ministério da Agricultura. E à época, a pessoa responsável pelo Serviço de Inspeção Federal, uma grande amiga minha, que hoje representa o Ministério da Agricultura nos Estados Unidos, Ana Lucia Viana, uma querida servidora, exemplar.

E eu aqui quero corroborar...

(Soa a campainha.)

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... as suas palavras e dizer que o Ministério da Agricultura faz todo o seu melhor, eu não tenho dúvida. Servidores que trabalham com o coração, se desdobram, viajam, passam noite.

Eu sei também que a minha empresa, a empresa da minha família, é sifada, mas o ritmo de crescimento



do Brasil e o déficit orçamentário, o problema orçamentário não permite, não cabe no orçamento que as empresas, o agronegócio cresça na mesma medida em que precisamos de servidores do Ministério da Agricultura.

Então, hoje inclusive, conversando com o Presidente Rodrigo Pacheco, o que nós precisamos aqui é dar celeridade para o projeto de autogestão, que vai aliviar a necessidade de servidores e vai deixar as empresas trabalharem em paz.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Para concluir, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Senador Seif, esse assunto também foi tratado, não só a questão do aumento dos servidores, que é fundamental, mas também a questão do projeto de autocontrole, fundamental, que faz quase três anos que não sai a regulamentação.

A lei já foi votada, portanto, é importante também esse assunto estar na pauta, e a Ministra se comprometeu a ajustar, também, a questão do autocontrole.

Um abraço.

(Durante o discurso do Sr. Luis Carlos Heinze, o Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Encerrado o Período do Expediente, declaro aberta a Ordem do Dia.

Início da Ordem do Dia.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, ao tempo em que agradeço a presença nas celebrações dos 200 anos do Senado, que realizamos ontem, dia 25 de março, é com grande satisfação que hoje anuncio o lançamento do *site* comemorativo dos 200 anos de criação do Senado Federal. Disponível na página oficial do Senado na internet, esse espaço digital é uma verdadeira viagem no tempo, dividida entre passado, presente e futuro, oferecendo a todos os brasileiros uma rica fonte de conhecimento e interação.

No segmento passado, os visitantes poderão percorrer uma linha do tempo detalhada, que se estende desde a Independência do Brasil até os dias atuais, destacando os eventos mais significativos que moldaram a história de nosso país. Além disso, séries especiais de documentários da TV Senado e reportagens do Arquivo S, disponíveis em vídeo e texto, narram a evolução política e social do Brasil.

O presente é dedicado a uma educativa exposição do processo legislativo, bem como do funcionamento do Senado e do Congresso Nacional. Essa seção é enriquecida com notícias e uma agenda completa dos eventos de celebração dos 200 anos. Entre eles, está o lançamento de uma coleção de publicações acessíveis, que traz uma seleção de leis de grande impacto social, adaptadas para áudio, texto plano, tradução em libras e até mesmo arquivos para impressão em braile. Igual tratamento foi também dado a cartilhas editadas pela nossa área de responsabilidade social e a uma coletânea de crônicas de Machado de Assis sobre o velho Senado.

Olhando para o futuro, estará disponível uma compilação dos temas legislativos mais relevantes em debate na Casa, além de quadros que apresentam as ações administrativas do Senado com maior impacto na vida dos cidadãos brasileiros.

Convido a todos para vivenciar essa jornada de história, brasilidade e cidadania, e explorar o *site* dos 200 anos do Senado, que não só celebra a nossa história, mas também reafirma nosso compromisso com a representação popular, a transparência, a acessibilidade e a participação ativa da sociedade na



construção de um Brasil mais justo e democrático.

Anuncio o item 1 da pauta.

Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2023, do Senador Rodrigo Pacheco e outros Senadores, que altera o art. 5º da Constituição Federal para prever como mandado de criminalização a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Parecer nº 8, de 2024, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Efraim Filho, favorável à Proposta e à Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Passa-se à terceira sessão de discussão da proposta em primeiro turno. (*Pausa.*)

Concedo a palavra, para discutir, ao nobre Senador Fabiano Contarato.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, antes que o Senador tome assento na tribuna.

Eu gostaria de ocupar este momento para parabenizar V. Exa. no comando da organização do evento de ontem. Nós tivemos apenas o trabalho de ir e prestigiar o evento. O evento de ontem à noite foi muito marcante e quisera que todos os Senadores estivessem presentes naquele momento mágico da condução do eterno, para sempre, maestro...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – João Carlos Martins.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – ... João Carlos Martins.

Essa cena que V. Exa. proporcionou para a gente jamais vai sair da minha cabeça, do meu imaginário.

Quero parabenizar toda a equipe que organizou todo aquele evento. Aquilo foi algo sensacional! Não teve uma pessoa que não elogiou, que não parabenizou nos mínimos detalhes.

Então, quero registrar aqui a satisfação deste Senador e o privilégio de fazer parte desta Casa na comemoração dos seus 200 anos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Nelsinho Trad.

Ao ensejo do seu pronunciamento, eu gostaria, inclusive, de agradecer uma vez mais aqui de viva voz e da Presidência do Senado ao maestro João Carlos Martins, na pessoa de quem cumprimento todos os músicos que realmente nos proporcionaram uma grande celebração festiva dos 200 anos do Senado Federal.

Cumprimento a nossa Direção-Geral, os nossos servidores e servidoras, que proporcionaram não só esse evento, mas os outros que nós fizemos ao longo do dia: a palestra no Seminário Internacional Democracia e Novas Tecnologias, do Prof. Manuel Castells, que é um grande sociólogo mundialmente reconhecido, espanhol, e que atua em faculdades e universidades dos Estados Unidos e da Espanha; a visita de delegações estrangeiras que se fizeram presentes no Senado Federal na data de ontem e a presença muito significativa na sessão solene especial de celebração dos 200 anos do Senado.

E, nesse particular, eu gostaria apenas de esclarecer e reafirmar o meu mais absoluto compromisso de respeito com todos os Senadores, de Oposição ou de Governo. Na verdade, em se tratando de uma sessão especial, há uma regra de oradores previamente estabelecida. Infelizmente, eu não podia dar a palavra aos nossos 80 colegas Senadores, sob pena de desnaturar a essência do que era uma solenidade e não uma sessão de debates.

Então, só por esta razão, eu, que sempre respeitei a Oposição em todos os momentos, seja a Oposição



anterior, seja esta Oposição, jamais limitaria a fala da Oposição ou de qualquer Senador numa sessão própria de debates. Mas não era o caso, numa solenidade comemorativa dos 200 anos.

Então, fica esse esclarecimento e o meu apreço aos meus colegas Senadores de Governo e de Oposição.

Com a palavra, para discutir, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu descobri em pouco tempo como político, Senador, que na política não há espaço para homens covardes, e eu tento exercitar isso diuturnamente no meu mandato.

Subo a esta tribuna aqui, de novo, para falar também que, na qualidade de Delegado de Polícia por 27 anos, uma função como garantidor de direitos, eu recebia diuturnamente... E agora eu quero falar para você, mãe, você, D. Maria, Sr. José, Sr. João, Sr. Pedro, você que tem um filho dependente químico, você que tem um filho que, infelizmente, é viciado. Quantas vezes eu, como delegado de plantão, Senador Nelsinho Trad, recebi a Polícia Militar me conduzindo um jovem muitas das vezes com pouca idade, mas, infelizmente, acabado pelo uso da substância entorpecente, aquele jovem de quem foi tirado tudo, até a dignidade? E aquela família ali, desesperada, pedindo socorro ao Estado brasileiro. Mas aquela família, eu tenho plena convicção disso e por isso que eu tenho a coragem de aqui subir a esta tribuna, não quer que o seu filho que é dependente seja tratado como criminoso, porque agora ela vai ter duplo encargo: além de ter um filho dependente, agora ele vai ser criminoso.

Isso não sou eu que estou dizendo; é o que nós aqui estamos fazendo e que, infelizmente, conta com a participação e o aval de muitos dos meus colegas, a quem eu tanto admiro.

O único momento em que a Constituição Federal ousa colocar e inserir crimes dentro dela foi quando ela quis, por sua natureza, invocar aqueles crimes de tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecente, leis de segurança nacional e racismo. Agora nós, vendendo um discurso fácil para a população brasileira, porque é um discurso fácil, nós estamos enganando a população brasileira de que estamos resolvendo o problema da criminalidade. Não se combate a criminalidade criminalizando o dependente; não se combate a criminalidade encarcerando pretos e pardos; não se combate a criminalidade fazendo esse recorte na sociedade.

Colocar na Constituição Federal, que já foi remendada 132 vezes, que portar substância entorpecente para uso próprio é crime, o que nós estamos fazendo de inovação? Eu desafio todos os Senadores aqui que são a favor dessa PEC que me provem por A mais B que essa PEC está definindo quem é traficante e quem é usuário. Não, mas é cômodo; é cômodo o Estado lançar *longa manus* e atingir aquela população que mais sofre.

Eu quero, D. Maria, a senhora que está aí com o seu filho com dependência química, que a senhora vai ver o seu filho sendo algemado, sendo tratado como dependente, mas agora como criminoso. E digo mais, rotulado com despacho fundamentado porque, circunstâncias fáticas para atribuir quem é traficante ou quem é usuário eu não tenho dúvida de que vai ser a cor da pele; eu não tenho dúvida de que vai ser o bolsão de pobreza, porque eu já fiz isso, eu já recebi ocorrências dessa natureza.

Um pobre preto num morro desprovido de todos os direitos humanos essenciais, direitos fundamentais inseridos na Constituição Federal, para aquele pobre preto com a bucha de maconha o despacho fundamentado é que ele é traficante. E, além daquele dependente ser dependente, precisando de ajuda do Estado, vai ser cerceado de sua liberdade agora com o crime hediondo constitucional.

Agora, não podemos nos furtar de reconhecer que, infelizmente, essa é uma realidade que o Estado criminaliza a pobreza. Aqui, em bairros nobres, em Brasília, ou no meu Espírito Santo, nos bairros nobres, um mesmo jovem rico, com a mesma quantidade, a ele o tratamento vai ser de um dependente. O que



é que nós estamos fazendo de positivo com essa PEC? O que é que nós estamos respondendo para a população de combate à insegurança pública? Porque o que a população quer é segurança pública, é o cumprimento da determinação do art. 144; de que segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado.

O que aquela família quer com o seu filho dependente de substância entorpecente não é que ele seja tratado como criminoso. Não, não é isso. Ele quer que o Estado exerça aquele princípio constitucional do art. 37, da legalidade, da eficiência. É essa a eficiência que nós temos que ter: é se colocar na dor do outro, é ter empatia. Mas é cômodo para nós, engravatados e brancos, aumentar penas para pobres e pretos, para furto de cabos de energia. É cômodo para nós colocar na Constituição que portar substância entorpecente para uso próprio é crime, sendo que isso nós já fizemos, já foi sancionado pelo então Presidente da República, que foi a Lei 11.343, em que, no art. 28, no tipo penal de porte de substância para uso próprio, houve a chamada despenalização – ele não é preso em flagrante, não é fixada fiança.

Então, o que é que, de novo, Senador Humberto, nós estamos fazendo? O que é que, de novo...? Porque eu queria, sim, que este Senado tivesse a altivez de falar “constitui conduta tipificada no art. 33, que é tráfico de entorpecentes”, e de estabelecer, ali, requisitos de natureza subjetiva, mas também de natureza objetiva.

Agora, eu volto a afirmar que uma pessoa dependente química no Brasil que precise de ajuda vai ser tratada como criminosa. É isso que você, Senador, Senadora ou qualquer pessoa que está nos assistindo, que tem um filho, um parente que é dependente químico, quer? É esse o tratamento que você quer? Que a ele seja dado o rótulo “além de dependente, criminoso”, e, “além de dependente e criminoso, traficante”? Sim, porque, nos bolsões de pobreza, vilipendiados pela ausência do próprio Estado, aquele jovem, aquele rapaz, aquela moça vão ser tipificados como traficantes.

Ora, estudos apontam, minha gente, estudos apontam que nós temos uma população carcerária, Senador, em que mais de 69% da população carcerária hoje é de pretos e pardos. Isso não diz nada para os senhores? Isso não diz nada para a gente? Isso não inquieta? Porque isso me inquieta diuturnamente – não porque eu tenho dois filhos pretos, mas porque eu fui utilizado pelo Estado, por 27 anos, para agir de forma contundente contra pobres, pretos, pardos! É isso que tem que ser dito!

E nós estamos aqui, fingindo, como Alice no País das Maravilhas. Alice chega para o gato e diz: “Você me ensina a sair daqui?”. Ele fala assim: “Tudo depende de para onde você quer ir”. E Alice diz: “Ah, não me importa”. E o gato responde: “Então não importa o caminho que você deva tomar”. Qual é o caminho que nós estamos tomando aqui no Senado? Nós estamos nos acovardando. Nós não estamos tendo a coragem de subir aqui e falar: olha, nós não estamos dando uma resposta para definir quem é traficante; nós não estamos dando uma resposta para definir quem é usuário; e nós só vamos chancelar esse racismo, que é...

(Soa a campanha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... estrutural: 69% da população de pretos e pardos.

Amigos e amigas que eu amo, queridos, vamos acordar para isso!

Eu tenho estudos. Um homem branco, para ser tipificado como traficante, tem que estar com 80% a mais do que um homem preto! Será que isso não incomoda a todos nós? Nós não podemos perder a capacidade de indignação. Por isso eu tenho a coragem de subir aqui, mais uma vez, para falar “Não a essa PEC”.

O rigor ao traficante, não tenho dúvida disso, mas atribuir àquele jovem que tem um problema de dependência química, que agora, além de ser tratado como dependente, vai ser tratado como criminoso,



me perdoe. Como a literatura move minha vida,...

(*Soa a campanha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... eu não poderia deixar de concluir, e não se sintam ofendidos, eu não poderia deixar de concluir com um trecho de um poema de José Régio, que é o pai do presencismo, o eu dentro da poesia:

Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,
E vós amais o que é fácil!
Eu amo o Longe e a Miragem,
(...) os abismos, as torrentes, os desertos...
Ide! Tendes [...] [canteiros],
Tendes jardins, tendes [...] [estradas],
Tendes [...] [caminhos]
(...)
[...] tendes regras, e tratados, e filósofos, e sábios...
Eu tenho a minha [...] [a minha chama a arder na noite escura]
(...)
E sinto espuma, e sangue, e cânticos nos lábios...
(...)
Ah, que ninguém me dê piedosas intenções,
[que] ninguém me peça [as] definições!
[Que] ninguém me diga: “Vem por aqui”!
[...] [Eu sou como o] vendaval que se soltou,
[...] [Como a] onda que se alevantou,
[...] [Como] um átomo a mais que se animou...
Não sei [...] [para] onde vou,
Não sei para onde vou,
[Só] Sei que não vou por aí!
Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Jorge Seif. (*Pausa.*)

Senador Fabiano Contarato, para um breve registro, antes do próximo orador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Perfeito, Senador.

Desculpe, todos acompanharam aqui a tragédia, infelizmente, no meu Estado do Espírito Santo. Nós tivemos aí 20 pessoas que vieram a óbito e vários estão desaparecidos.

Quero agradecer o empenho do Governo Federal na pessoa do Presidente Lula, e de todos os ministros.

Quero enaltecer aqui a atuação do Governador Casagrande para mitigar os danos. Eu não poderia deixar de fazer esse registro e pedir a V. Exa. esse requerimento, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, para inserção em ata de voto de pesar das 20 vítimas dessa chuva e dos que estão



desaparecidos. Eu não poderia também...

Como uma singela homenagem, quero aqui falar o nome delas.

Clara Treggi Moutinho, 92 anos.

José Ricardo de Oliveira, 67 anos

Adair Antônia Fernandes, 43 anos

Denise Beraldes Mendes, 39 anos

Flávia Barbosa Almeida, 20 anos

Gilda Hastemreitez Leite, 49 anos

Lorena Moraes Miguel, 16 anos de idade.

Luzia Catarina, 61 anos de idade.

Rosa Tome, 81 anos

Heloiza Cornelio, 7 anos de idade – 7 anos de idade!

Antonio Marcos Fernandes, 52 anos de idade.

Davi Gomes, 51 anos.

Nelson Martins, 91 anos.

Rodrigo Moraes, 22 anos.

Sergio Luiz, 60 anos.

Ester Santána dos Santos, 25 anos.

João Carlos Alves Ferreira, 53 anos.

Regina Montella Vançato, 79 anos.

Denise Ramos Vançato, 29 anos.

Leonardo Fernandes Medeiros, 5 anos de idade.

Em homenagem a elas e todas as vítimas fatais e que estão desaparecidas, e todas aquelas que sofreram danos, eu faço aqui esse registro de votos de solidariedade.

E que a gente não perca jamais a capacidade de se humanizar e de se indignar.

(Soa a campanha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Nós podemos, sim, prevenir essas catástrofes. Nós sabemos que isso é fruto de um aquecimento global, e eu acho que aqui esse voto de pesar é o mínimo que podemos fazer. Eu peço a compreensão dos colegas Senadores e Senadoras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Em nome da Presidência do Senado, Senadores e Senadoras, eu gostaria de aderir ao voto de pesar do Senador Fabiano Contarato, transmitir nossos profundos sentimentos às famílias enlutadas, vinte famílias enlutadas, no Estado do Espírito Santo, e igualmente nossa solidariedade a todos os desabrigados e atingidos por essa tragédia. **(Requerimento nº 205/2024 - Vide Item 3.1.4 do Sumário)**

Portanto, fica deferido o voto de pesar proferido pelo Senador Fabiano Contarato, encaminhado à publicação, na forma regimental, e a nossa solidariedade também ao Governador Renato Casagrande, ao Vice-Governador Ricardo Ferraço, à nossa valorosa Bancada do Estado do Espírito Santo no Senado Federal, Senador Fabiano Contarato, autor da proposta de voto de pesar, Senador Magno Malta e Senador Marcos do Val.

Igualmente eu gostaria de estender também os votos de sentimentos e pesar ao povo do Rio de Janeiro, que também passa pela mesma dificuldade, com pessoas também que morreram na Região Serrana



e na cidade do Rio de Janeiro. Portanto, fica também a nossa manifestação de solidariedade ao povo do Rio de Janeiro, na pessoa do Governador Cláudio Castro e da Bancada do Estado do Rio de Janeiro, Senador Romário, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Carlos Portinho.

Com a palavra, para discutir, o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, boa tarde.

O óbvio tem que ser dito em uma passagem que o meu velho pai me ensina: “O homem inteligente aprende com erros alheios. O homem sábio olha, observa, vê que deu errado e não comete os mesmos erros. O homem comum, o homem ordinário, o homem natural, comete os erros, quebra a cara, volta atrás e aprende, não comete mais erros. O homem néscio, o homem tolo, o homem ignorante, com falta de sabedoria, não aprende nunca”.

Nós estamos, Sr. Presidente, discutindo nesta Casa, neste Plenário... Nós não discutimos uma, nem duas, nem três, nem quatro... Foram cinco vezes que a Câmara e o Senado discutiram drogas neste país. Em recentes pesquisas – pesquisem aí nas redes, na internet – 80% a 90%, dependendo da pesquisa, já dizem que o brasileiro não quer essa conversa de drogas. O nome já diz: é droga!

Eu tenho familiares, no plural – familiares –, Senador Izalci, com problemas de droga, vida destruída, casamento destruído, tinha comércio e quebrou, vive internando, volta, não presta, volta, cai na droga. E quem ganha? Quem ganha com definição de gramatura, Senador Magno Malta? Sabe quem ganha? Quem hoje está fortalecido – e o Estado brasileiro está se debatendo – é o crime organizado; o crime organizado, que vende droga, que mata pessoas, que sequestra pessoas, que rouba pessoas, que escraviza os jovens.

E este Plenário e a maioria dos Senadores – inclusive está aqui o Líder do Partido dos Trabalhadores, Senador Jacques Wagner – não apresentaram uma emenda, porque a proposição do Senador Rodrigo Pacheco e Relatoria do Senador Efraim Filho foram perfeitas, estão em consonância com a sociedade brasileira.

Um país que queira discutir drogas, de verdade, regulamenta plantio, regulamenta comercialização, regulamenta órgãos que vão testar controle, logística, onde vai ser, como vai ser.

Alguém aqui comprou aliança antes de estar noivo ou noiva? Alguém aqui comprou os móveis da casa antes de comprar a casa? Nós queremos colocar a carroça na frente dos bois, querendo dar o sinal verde para o crime organizado pegar esses jovens e falar: “São 10g, são 20g, são 50g; só anda com isso no bolso que você vai ser considerado usuário”.

O Ministro Luís Roberto Barroso já disse que o Brasil está perdendo a batalha contra as drogas, e eu concordo com ele. Então, a solução para essa luta inglória que destrói lares e famílias é deixar agora que comercializem, debaixo do nariz das nossas autoridades, dos nossos policiais? – que têm o meu respeito. Aqui se fala que o policial persegue negros, persegue pobres, blá-blá-blá. Conversa! Pode ter exceção, mas não é a regra. Não vamos generalizar. As nossas forças policiais defendem as nossas famílias diariamente, inclusive contra o tráfico de drogas. Querem colocar todo mundo no mesmo bojo, no mesmo bolo, e dizer que policial é machista, é não sei o quê, discrimina... Para com isso, rapaz! Vamos respeitar nossas forças policiais. Eles são verdadeiros heróis. Eles combatem com atiradeira os caras que estão com 762, com 556, com 308, arma que derruba avião. Eles estão com atiradeira, com um 38 desse tamanho, que às vezes, na câmara, tem duas ou três munições, porque o Estado falha em dar para ele combater arma de guerra. Ah, não, policial, não! O pobrezinho, o pobrezinho...

Ao sinal verde para crime organizado, este Senado disse “não”. Parabéns, Senador Rodrigo Pacheco! Parabéns, Senador Efraim! Parabéns, oposição e governistas! Não queremos droga no nosso país.

Pergunte, Senador Magno Malta... Vá lá ao interior da Bahia, terra do Otto Alencar, terra de Jaques Wagner, para uma senhora que tenha votado no Presidente Lula. Pergunta para ela: “O que a senhora



acha de a gente liberar uma quantidadezinha de droga?” Eu quero que ela, que votou no Presidente Lula, fale. Eu tenho certeza de que, mesmo as pessoas que simpatizam com as ideologias de esquerda, vão dizer: “Não, não quero, porque meu sobrinho já está nisso”.

Vai liberar mais ainda? Será que não bastam, Senador Magno Malta, os bolsões de desgraça que nós vemos nas cracolândias no nosso país? Queremos dar sinal verde para o crime organizado? Queremos injetar, dar a eles o subterfúgio para colocar esses menores para comercializar pouca quantidade? Quem vai controlar isso?

Então, eu quero dizer que o Estado de Oregon, nos Estados Unidos da América, o Uruguai, onde morei três anos, Holanda, Argentina, Suíça, e tantos outros exemplos, estão revisando. O Oregon foi matéria semana passada na imprensa. Liberou em 2020, começou miséria, separação, acidente, aumento de pobreza, inadimplência, famílias quebrando, porque facilitou-se o uso das drogas. A sociedade entrou em completo declínio.

Sejamos homens sábios e aprendamos com os exemplos dos demais países que estão perdendo, especialmente depois que, com filigrana jurídica, deram um cartão verde para a droga, para que ela não destruía ainda mais a sociedade brasileira e não enfraqueça mais o poder de polícia que nos protege, os heróis do dia a dia.

Se um dia – já voto contra, já falo que voto contra –, nós cometermos essa tolice, que sejam, então, estudadas comercialização, logística, quem vai plantar, onde vai plantar, quem vai colher, quem vai comercializar. Não é sair liberando droga a torto e à direita, para destruir a nossa família, a nossa sociedade e escravizar a nossa juventude!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Jorge Seif.

Com a palavra, para discutir, Senador Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, Srs. Senadores, Sras. Senadores, terceira sessão de discussão, Presidente, de uma PEC conhecida como PEC antidrogas.

Recebi a missão da CCJ de poder relatar esta PEC, que é de autoria de V. Exa., na qualidade de primeiro signatário.

E não é à toa. Ela é dotada de um simbolismo importante ao ter o Presidente do Congresso Nacional subscrevendo-a em primeiro lugar, porque é um tema que o Senado entende que está em sintonia com aquilo que pensam as ruas, com aquilo que defende a sociedade brasileira.

E não é à toa que, em virtude da própria votação que aconteceu na CCJ, vários veículos de comunicação, entre outros, se debruçaram a fazer pesquisas de opinião pública para que pudessem medir o grau e aceitação ou não da proposta na sociedade.

Em todas as pesquisas, numa média acima de 70%, a sociedade brasileira se mostrou contrária à descriminalização das drogas, tese que tem sido levantada em julgamento no Supremo Tribunal Federal.

E o nosso parecer veio, exatamente, em sintonia com aquilo que pensa e que defende a sociedade brasileira, ou seja, a sociedade brasileira não quer, e o Estado brasileiro não está preparado para essa descriminalização.

Os equipamentos de saúde pública, que, em outros países onde houve a descriminalização, receberam aportes financeiros robustos – em Portugal, por exemplo, foram bilhões de euros –, aqui no Brasil, vivem uma situação crítica; alguns deles, Senador Magno Malta, caótica. As casas terapêuticas, os centros de reabilitação, as casas de tratamento da saúde mental já não comportam a demanda que existe hoje.



Imaginem com a descriminalização das drogas!

E o que fundamenta o nosso parecer, Senadora Margareth, para que possamos ser contra essa descriminalização, à tese levantada nos meios jurídicos? Dois pilares estão muito claros: a agressividade, a ofensa e os danos que traz à saúde pública; e também os perigos e os danos que traz à segurança pública.

Então, estes pilares da saúde e da segurança são os que nós vamos explicitar agora, em fundamentos, fundamentos que levaram a CCJ a se pronunciar, por uma maioria sólida e ampla, de 23 a 4. Não estamos falando de um tema acirrado, dividido. Foram 23 a 4, na CCJ; 27 Senadores, um terço daquilo que representa o Plenário da Casa. Então, antecipadamente, já digo que espero, a percepção é que no Plenário do Senado Federal se repita essa mesma proporção na hora da apreciação do mérito.

Mas por que aqueles que são a favor da saúde pública serem contra a descriminalização das drogas? Porque aí tem um tema, Senador Mourão, que nem quem é a favor questiona; nem quem defende a descriminalização nega. É indubitável que, se descriminalizarmos as drogas, liberando o consumo, aumentará a dependência, explodirá a dependência química. Isso é inegável. Isso aconteceu em todos os países: Holanda, Portugal, onde se for pesquisar. A abertura, a descriminalização das drogas jamais levou à redução do consumo; sempre leva ao aumento do consumo, e há uma explosão da dependência química.

E só uma família que tem um dependente no seio familiar sabe o quão nociva, desgastante e desestruturante para a relação familiar é essa relação com a dependência dentro de casa. São inúmeros testemunhos, todos nós conhecemos, de casos de aumento da violência doméstica e de casos de furto e roubo, dentro da própria casa, para financiar a compra e a aquisição da droga.

Então, para a família brasileira, de nada, nada, nada serve ou adianta a descriminalização das drogas. É ser contra totalmente àquilo que se defende.

Mas, além da saúde pública, do pilar, há um segundo pilar envolvido nessa discussão: a segurança pública. E, da mesma forma, a descriminalização das drogas leva a um fortalecimento do tráfico, porque a droga continua ilícita. Não se vende em mercado, não se vende em farmácia. Quem quiser consumir terá que adquirir do tráfico. Comprar do tráfico é financiar o crime organizado. E é o crime organizado que tem sido responsável pelas barbáries da sociedade moderna, com a escalada da violência.

Então, para conceder os apartes que se pedem, é importante referenciar que esse é um tema que dialoga com a vida real da família brasileira; dialoga com a vida real da sociedade brasileira. A sociedade não quer, e as pesquisas de opinião demonstram isso. O Estado brasileiro não está preparado e não pode essa decisão ser feita por tribunais. Essa não é uma decisão a ser feita por tribunais; essa é uma decisão a ser feita pelo Parlamento. É aqui, onde estão as pessoas eleitas e escolhidas pela população para representá-las em decisões dessa magnitude, dessa natureza e com capacidade de impactar a vida das famílias.

Porque, também, outra coisa aprendemos com os países que preferiram fazer essa descriminalização: esse tema é irreversível. Mesmo quem se arrependeu não consegue voltar atrás. Não há caminho de volta, se explodem-se as pontes. E a gente vê os exemplos do que acontece nos Estados Unidos, na Califórnia, em Oregon: aumentam os casos de dependência, aumentam os casos de mortes por overdose, aumentam os casos de suicídio, aumentam os casos de crimes, furtos e roubos vinculados à atividade da droga. Descriminalizar as drogas não diminui a violência, não reduz o consumo.

“Ah, o modelo que está aí hoje não funciona”. Concordo. Tem muito a ser melhorado: estratégia, inteligência política, inteligência policial, para que você possa combater realmente o tráfico lá, onde ele é mais forte, mas, se o modelo atual não funciona, outra coisa – quem foi Relator e se aprofundou, Presidente Rodrigo Pacheco – eu posso dizer: não é descriminalizar a resposta.

Descriminalizar me parece muito mais a resposta para o Estado brasileiro que quer declarar a sua incapacidade, é o poder público declarar a sua falência: “Eu sou incapaz, eu não consigo coibir, eu não



consigo fiscalizar, então vamos logo liberar, porque a gente transfere a responsabilidade do Estado para as famílias”. Serão as famílias que terão a responsabilidade de ter o controle social sobre o uso da droga, especialmente para os seus jovens, para as suas crianças. Caberá ao pai e à mãe de família dizer: “Não consuma droga porque é ruim”. Aí ele vai dizer: “Mas o Estado liberou, está liberado!”. Como é que o pátrio poder vai ter força para agir com esse jovem, dizendo que a droga é um caminho de dois “c”, ou cadeia ou cemitério, se o Estado brasileiro está liberando, se é permissivo?

Por isso, a PEC vai no caminho correto, Presidente Pacheco. Ela trata de manter a criminalização da droga para que não haja essa permissividade, independentemente da sua quantidade, mas ela também referencia o tratamento diferenciado entre o usuário e o traficante.

(Soa a campanha.)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Ao traficante: o rigor da lei, as penas mais duras, a equiparação ao crime hediondo; está lá, previsto na PEC. Ao usuário: o não encarceramento, as penas alternativas à prisão, penas de prestação de serviço à comunidade ou restritivas de direito; está lá, na PEC. O argumento é falso. É falho e é hipócrita dizer que a PEC encaminha ao encarceramento o usuário. Jamais!

A lei não discrimina. Em nenhuma vírgula, em nenhuma letra da lei, está lá que ela tem que ser usada de forma diferenciada por questão de raça, de cor ou de condição social. Não! Jamais! Esse argumento é falho. A lei não discrimina. Se há qualquer erro ou equívoco, Senador Mourão, Senador Nelsinho, é na aplicação da lei. Quem aplica a lei, se...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... o tiver feito de forma equivocada (*Fora do microfone.*) ... o está fazendo de forma errada. Para aplicar a lei, passa-se pela autoridade policial, por um parecer do Ministério Público e por uma decisão de um juiz. Eu nunca vi o STF ou o CNJ fazer seminários para chamar o juiz para dizer: “Você está errado, a sua orientação está equivocada; você está tratando traficante como quem trata o usuário”. Se há esse erro, eu não conheço qualquer seminário ou qualquer orientação do CNJ nesse sentido.

Portanto, se a lei está sendo aplicada de forma errada, não é mudar a lei a solução, é trabalhar, orientar e educar para que seja isso feito da forma correta, sem que se precise descriminalizar as drogas, jogar contra a família brasileira, para poder resolver...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É este o nosso encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senador Efraim Filho.

O SR. NELSON TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Antes de passar ao próximo orador que vai discutir a matéria, Senador Jaques Wagner, na qualidade de Líder do Governo, Senador Zequinha, Senador Jorge Seif, Senador Hamilton Mourão, Senador Magno Malta, há um pedido da Bancada Feminina do Senado, da Senadora Augusta Brito, ratificado hoje pela



Senadora Jussara, referente ao item 4 da pauta.

Na pauta de hoje está o requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 2.221, de 2023, um projeto que altera a Lei nº 8.080, de 1990, a Lei Orgânica da Saúde, para dispor sobre o atendimento de mulheres vítimas de violência em ambiente privativo e individualizado nos serviços de saúde prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde.

O requerimento de urgência está pautado para hoje, e, se aprovado, o projeto deveria ser apreciado amanhã no seu mérito. Como nós tivemos dificuldade de quórum hoje, eventualmente, pode haver dificuldade de quórum amanhã e não ser possível deliberar matérias. E há um apelo da Bancada Feminina, considerando que se trata de um tema da Bancada Feminina, para que possa ser apreciado e aprovado pelo Plenário do Senado ainda no mês de março, para evitar, então, que entremos, após o feriado de Semana Santa, em abril, sem a aprovação desse projeto. Então, há um pedido para que, aprovado o requerimento de urgência, previsto na pauta do Plenário de hoje, possamos apreciar também o mérito, antecipando-o de amanhã para hoje. Se não houver objeção, nós assim encaminharemos. Se algum Senador disser que não é possível porque quer examinar a matéria, o que estava previsto para amanhã, não tem problema nenhum, nós vamos manter a programação de amanhã.

Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela Liderança.) – Presidente, da minha parte... Da minha, não, mas, da parte do Governo, não há nenhuma objeção. O Governo está de acordo, acho que o projeto é meritório, e eu acho que é uma justa demanda da Bancada Feminina, até porque estamos terminando o mês de março. Portanto, da nossa parte, podemos fazer essa quebra de interstício e votar a urgência e o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, o mérito dessa matéria é importante. Eu me lembro bem de que, quando foi votada aquela PEC do Cleitinho aqui para os carros idosos, eu apelei para V. Exa., dizendo que aprendi com minha mãe, na infância, que há momentos na vida em que a graça tem que ser maior que a lei. A lei fala que tem que votar e esperar a sessão seguinte. Mas é tão meritório, que nós devemos observar a graça, todos nós, pelo mérito dessa proposta da Bancada Feminina.

Para tanto, o PL, a Oposição, que, na verdade, não é oposição ao projeto... Não estando aqui o Líder Rogerio Marinho, eu acho que V. Exa. deve conduzir dessa forma, votando hoje a urgência e votando também a matéria hoje, pelo mérito, pelo significado e pela necessidade. Tem coisa que a gente é obrigado a falar: antes tarde do que nunca. Esse tipo de coisa já deveria ter sido feita.

O meu voto e o apelo aos Senadores é para que nós o façamos ainda na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, aproveitando este momento positivo referente a essa matéria, até em consideração à Relatora e à Deputada Leandre, que está aqui presente, de Pernambuco...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Deputada Iza Arruda é a autora do projeto.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Iza Arruda, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD -



MG) – Ela está aguardando ansiosamente V. Exa. apoiar a votação hoje.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Não só apoio, como eu pediria inversão de pauta: em vez de ser o terceiro item, que possa ser o segundo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Perfeito.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – O Senador Nelsinho inovou.

Vamos continuar a discussão da PEC.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, pela última vez também, orientando pelo PSDB, o PSDB é favorável à votação dessa matéria ainda hoje.

Presidente, eu ouvi, nós ouvimos aqui alguns termos, como “covarde”, com relação a essa discussão aí da PEC 45. Eu não sou jurista nem advogado, mas conheço o mundo real. E toda vez que tem uma matéria aqui de que eu não entendo qualquer que seja o termo, matéria jurídica principalmente, eu sempre busco informações com as pessoas que conhecem. Então, quando eu vi aqui nosso colega policial civil falando da forma como falou... Isso dá margem às pessoas que estão nos ouvindo pela Rádio Senado, assistindo aqui à TV Senado, dá a impressão de que o policial civil é favorável a essa matéria, no sentido de descriminalizar e quantificar a quantidade mínima das drogas. E eu quero aqui testemunhar, porque falei com diversos delegados aqui em Brasília, em diversas cidades, e pude constatar exatamente o contrário.

Primeiro, a população. A população já demonstrou e em todas as pesquisas a gente vê que é de 60%, 70%, chega a 80% a rejeição com relação à liberação de drogas no Brasil. Então, insistir com essa matéria de liberação seria um erro muito grande com relação à nossa população. Mas, tecnicamente falando, conversando com os delegados sobre essa narrativa de que todos os pretos e pobres são condenados, eu tive... Pelo menos aqui no DF – a não ser que no Espírito Santo seja diferente, talvez o Senador Magno Malta possa nos informar –, aqui no DF, de qualquer prisão, seja pela polícia militar, seja pela polícia civil, o delegado faz a investigação; constatado que tem característica e prova de que é tráfico, há uma audiência de custódia no dia seguinte, com a participação do Ministério Público, da Defensoria; e, depois ainda, isso vai para o juiz original. Essa é a informação que tenho. E qualquer descriminalização de drogas será realmente um desastre para o nosso país.

E eu insisto ainda com relação à definição de quantidade mínima. Nós sabemos, na prática, que uma definição, qualquer que seja ela, seja de 60g, seja de 10g – lembrando que 10g correspondem a 32 baseados –, evidentemente é uma sinalização clara para o tráfico de que essa medida é legal. E nós vamos encontrar todo mundo – os jovens principalmente, desempregados, hoje, que são usados pelo tráfico – com 30 baseados, vendendo para todo mundo. Terminados os 30, ele vai buscar mais 30, mais 30 e mais 30, é óbvio.

Então, Presidente, é importante deixar muito clara essa posição nossa aqui com relação à questão das drogas. Não devemos nem falar em encarceramento de pessoas. Os presídios estão cheios. E daí? Se está com porte ou posse de drogas, é crime. Basta não utilizar isso que não será preso. Mas nós não podemos, de forma alguma, manifestar qualquer sinalização de regulamentação de quantidade ou descriminalização do porte de drogas.

Eu quero aqui, inclusive, fazer nossas as palavras do nosso Líder Efraim, que foi o Relator da matéria e discutiu isso na Comissão, na CCJ, discutimos em várias reuniões essa matéria, fizemos audiências



públicas. Então, essa é a nossa posição. O Senador Efraim, Relator, deixou muito clara a sua posição tecnicamente, estudou o caso.

A gente, na prática, vê todo dia. Parece que os Ministros do Supremo e alguns Parlamentares nunca viram, nunca conversaram com família que tem drogado. A gente vê as mães, principalmente mães, avós... Os jovens vendem tudo, vendem televisão, vendem rádio, com violência com os avós, pegam lá o cartão, a aposentadoria, gastam tudo, começam a roubar em casa, depois fora de casa. Será que essas pessoas não acompanham o que está acontecendo nas nossas praças? Aqui em Brasília, em várias praças, em várias cidades, a droga vai tomando conta. Lá em São Paulo, há aquele monte de zumbi no meio da rua. Será que é isso que o pessoal quer? Essas pessoas que pensam diferente deveriam passar aqui no Setor Comercial ou lá na Cracolândia, pegar essa turma e levar para casa. Levem para sua casa, talvez eles possam se recuperar em sua casa. Então, como se diz, pimenta no olho do outro é frescor. Não é possível! Vamos passear, vamos pegar esses Ministros e levar para dar uma volta, ver o que está acontecendo com a nossa população, principalmente com os jovens.

Infelizmente os governos não oferecem uma política pública que dê a eles uma capacitação profissional para que eles possam ter o seu emprego. Aí, 78% dos nossos jovens saem do ensino médio sem entrar numa faculdade, não estudam, não trabalham, 90% deles sequer aprendem matemática.

Então, o que nós temos que fazer é melhorar a educação, não no discurso, não com essa reforma que está aí, do ensino médio, uma escola que não tem estrutura, que não tem um professor qualificado para a educação profissional. Esse monte de jovem aí sem ter o que fazer. Lá atrás, a minha bisavó, minha avó já dizia isto: cabeça vazia, oficina do diabo. Se não tem o que fazer, vai fazer o que não presta.

Então, não basta a gente aprovar também essa PEC. Os governos precisam acordar e, de fato, investir na educação, oferecendo aos jovens laboratório de ciências, tecnologia, informática, e valorizar os professores. Ninguém mais quer ser professor, porque não são respeitados, não têm salário digno. Sempre dizem que tem impacto fiscal e que não podem dar aumento nenhum porque são muitos, mas aquelas categorias pequenas sempre recebem os reajustes em função de impacto.

As pessoas não olham a importância da educação. Todo mundo sabe que a única forma de melhorar este país, a única forma de dar igualdade de oportunidade, a única forma realmente de dar para o jovem uma perspectiva positiva é a educação. Ficam com esses discursos e, na prática, não chegam lá na ponta. A educação infantil, sem investimento nenhum, que é a base da educação.

Então, essa questão do encarceramento, o excesso de presos se deve à falta de políticas públicas de Estado. Cada governo que entra faz questão de acabar com tudo e começar tudo de novo, repetindo os erros de sempre. Então, cabe a esses governos que estão aí oferecer realmente uma política pública decente para os nossos jovens, porque, aí sim, eles vão, com certeza, evitar a ociosidade, entrar no mundo das drogas.

Então, nós precisamos votar essa PEC imediatamente e deixar claro para a população brasileira, e, em especial, para o Supremo Tribunal Federal que qualquer porte ou posse de droga é crime.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Para discutir, Senador Magno Malta.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente. Presidente, enquanto o Senador Malta chega à tribuna... Presidente, eu queria só fazer um pedido em nome do nosso colega Contarato.

Ele solicita a V. Exa. botar em votação um requerimento em que requer a realização de sessão especial destinada a comemorar os 20 anos do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, viu, Presidente?



É um requerimento do Senador Contarato.

E queria também, com a devida vênia do meu querido Senador Magno Malta, registrar aqui, Senador Malta, Sras. e Srs. Senadores, a presença da nossa Deputada Estadual do União Brasil, nossa pré-candidata a Prefeita da capital Boa Vista, Deputada Catarina Guerra, que nos visita aqui, Presidente. É Deputada de segundo mandato e filha de um ex-Presidente da Assembleia do meu estado, Chico Guerra, detentor de sete mandatos de Deputado Estadual. E ela aprendeu rápido. Está indo muito bem e eu espero que ela seja nossa futura gestora da nossa capital Boa Vista.

Obrigado.

Senador Malta, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Dr. Hiran.

Nossas boas-vindas à Deputada Catarina Guerra. Seja muito bem-vinda! É uma alegria recebê-la no Plenário do Senado Federal.

Para discutir, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, antes de questionar V. Exa., eu gostaria de registrar a presença aqui do Deputado Pastor Isidório. Está aqui do meu lado direito.

Quero chamar a atenção do ex-Governador da Bahia, Jaques Wagner, que está aqui do meu lado direito.

O Pastor Isidório tem uma instituição de recuperação de drogados. Aprouve a Deus que ele estivesse hoje aqui, lá da Bahia. Ele não é bolsonarista, como alguns dizem, que isso é pauta de bolsonarismo; é pauta de vida.

O Jaques Wagner, como Governador da Bahia, e esse testemunho eu tenho que dar, sempre o apoiou. Por que apoiou, se alguns ideológicos são a favor e criam narrativas? O Jaques Wagner é um Senador de esquerda, Líder de Governo, foi Governador duas vezes, é de esquerda. Está aqui o Pastor Isidório. Anda politicamente com ele, e ele sempre o apoiou.

Por isso, Jaques, quero fazer um apelo a você: que, diante da sua experiência de ver crescer o tráfico de drogas e o mal ocorrido às famílias baianas... E não só às baianas, porque, como eu também sou de casa de recuperação, como o Pastor Isidório, sei que não é só a Bahia que vai para lá. Não! As mães vão chorar lá! As outras choram no cemitério ou na porta do presídio, porque o filho é drogado, porque as drogas são o adubo da violência. A violência que ocorre hoje em meu estado é a mesma violência que ocorre na Bahia.

E por que – Jaques Wagner é de esquerda – apoia o Isidório, a Fundação Dr. Jesus?

E, olha, o seguinte: lá, Isidório, menino desobediente... Porque a Bíblia diz que filho sem correção é a vergonha de seu pai e a decepção de sua mãe. Eles não obedecem ao professor, eles não obedecem à professora, eles não obedecem à polícia, eles não respeitam ninguém, e, quando chegam na casa de recuperação, e, na verdade, é a casa de Deus, tal qual o Projeto Vem Viver, a casa Dr. Jesus, do Isidório, apoiada pelo Governador de esquerda Jaques Wagner, já recuperou milhares de pessoas com o mesmo remédio: Deus de manhã; Jesus meio-dia; e o Espírito Santo de noite. De outro jeito não tem jeito! Tragam para mim quem recuperou de outro jeito, porque, na verdade, isso é demônio, é libertação isso aí. Prestem atenção!

Sr. Presidente, antes de dar o aparte ao Líder Jaques Wagner... E, aliás, no aparte, eu já quero saber por que ele apoia o Isidório e por que ele sempre apoiou a instituição, a recuperação de drogados – drogados assim, ó, em todo lugar, e eles se levantam.

E essa PEC, mais do que recuperar a autonomia desta Casa, deste Poder, que é o mais importante...



Eu faço uma pergunta a V. Exa. Essa PEC é de autoria de V. Exa. Onde V. Exa. arrumou fundamento para isso? Pode me apartear, Presidente? Se fosse o Mão Santa sentado aí, me aparteava.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Magno Malta, eu já expus diversas vezes, em sessões do Senado, as razões de ser dessa proposta de emenda à Constituição. Eu precisaria do mesmo tempo de V. Exa., de dez minutos, para poder...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu gostaria que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Falei, inclusive, na última sessão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... fizesse um aparte e *en passant* que V. Exa. participasse.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Perfeito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – A minha provocação é exatamente porque V. Exa. tem os fundamentos jurídicos e, para isso, V. Exa. não precisaria de mais de um minuto, pelo conhecimento que tem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Perfeito, Senador Magno Malta.

A proposta de emenda à Constituição é para poder estabelecer uma diretriz constitucional em relação ao tratamento da política antidrogas do Brasil, seja em relação ao tráfico de substâncias entorpecentes, crime equiparado ao hediondo, seja ao porte de substância entorpecente para consumo.

Nós fizemos uma opção política de uma legislação que prevê como crime grave o tráfico de drogas e como um crime menor, sem previsão de pena de prisão, o porte de substância entorpecente para consumo próprio. Há uma política também, da administração pública do Brasil, de considerar a maconha uma substância ilícita entorpecente. E a lei vem, então, complementar a definição do que se deve considerar como tráfico e uso ou porte dessas substâncias.

Então, a razão de ser da proposta de emenda à Constituição é poder colocar na Constituição que a lei considerará crime o porte e a posse de substância entorpecente ilícita – e será ilícita enquanto a administração pública do Brasil entender que a maconha é ilícita –, definindo que, para o tráfico de drogas, a pena deve ser uma pena corporal, uma pena de prisão, como é na Lei Antidrogas, e no caso de porte para uso, é vedada a prisão, mas, sim, deve haver as penas restritivas de direitos, de prestação de serviço à comunidade, frequência a curso que indique o risco das drogas e advertência.

Essa é uma posição política do Senado, para poder definir que essa guerra contra as drogas envolve não só uma guerra contra o tráfico de drogas no que se organiza, as organizações e associações criminosas do Brasil, mas também uma consequência jurídica, que é para aqueles que portam as drogas vindas de traficantes de drogas, ou seja, uma consequência que não é a prisão, mas é uma consequência jurídica de, no mínimo, uma advertência de que aquilo faz mal para a saúde e aquilo é uma substância ilícita reconhecida pela administração pública do Brasil.

Então, é uma lógica muito simples, não é uma confrontação, não é nada que seja um retrocesso, absolutamente. Acho até que é constitucionalizar a proibição de prisão de quem seja dependente. Inclusive nós temos que olhar com esse viés, não é?

Então, a razão de ser da proposta de emenda à Constituição é essa, e nós estamos discutindo muito amplamente, justamente para permitir que os debates sejam feitos, e possa haver o devido amadurecimento.



O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Agradeço a V. Exa. por ter atendido a minha provocação, porque o fundamento jurídico... porque a gente está escutando tanta coisa, a gente que está no *front*, a gente que sente, a gente que abraça uma mãe que chora lágrima quente de dor. E nós temos aquelas que choram muito mais, porque o filho, muitas vezes, passou na nossa casa, não é, Isidório? Saiu, não deu valor ao que recebeu, e depois a mãe vem chorar porque vem nos informar que ele está morto, que ele foi assassinado ou que ele está preso.

Então, a gente ouve tanta coisa aqui nesta tribuna. V. Exa. deu fundamentos. Eu estou falando de vivência, eu estou falando de 40 anos de receber mães na minha porta, de receber filhos drogados, de recuperar... 40 anos, mais de 40 anos. Minha filha não tinha nascido ainda, a primeira, quando eu tinha drogado dentro de casa já, falando da experiência, do sofrimento e do crescimento do crime no Brasil.

Senador Jaques Wagner, por favor.

O Sr. Jaques Wagner (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para apartear.) – Não, Senador Magno Malta, eu, na verdade, pedi o aparte, não mesmo para discutir a PEC, mas é que V. Exa. me perguntou por que é que eu apoio, e realmente apoio com muito gosto, muito orgulho, a Fundação Dr. Jesus, que é responsabilidade do Deputado Federal Sargento Isidório, que faz um trabalho que eu acho fenomenal. Realmente eu conheci o trabalho, minha esposa Fátima conheceu o trabalho.

Eu estava dizendo aqui para o Senador Seif...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Fique aí atrás dele, Isidório, para a Bíblia ficar perto da cabeça dele. (*Risos.*)

O Sr. Jaques Wagner (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – V. Exa. sabe que minha Bíblia é em rolos, é o Velho Testamento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É, judeu.

O Sr. Jaques Wagner (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas é fenomenal, Presidente. Já estiveram lá várias pessoas de Governo Federal, de Governo estadual. Tivemos que enfrentar muita incompreensão no começo, porque havia muita resistência...

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Jaques Wagner (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... do Conselho de Psiquiatria, etc.

Hoje é um convênio forte do Estado da Bahia, é um dinheiro investido, mas se faz um trabalho de, realmente, recuperação. Tem piscina o local.

Eu queria só dizer o seguinte, Presidente: não é uma prisão, não tem cerca. A instituição é na beira da BR-324, que é a que vem de Feira para Salvador, e ninguém está lá obrigado, porque, na verdade, você não tem uma cerca.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Exato.

O Sr. Jaques Wagner (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, era só para parabenizar o Deputado Federal pelo trabalho e a lembrança do Senador Magno Malta.

Ele também diz, eu nunca sei se ele está brincando, o Deputado Federal Sargento Isidório diz sempre que é ex-drogado. Eu não sei se ele fala isso para mostrar que é possível se recuperar, ou se realmente o foi. Mas só queria registrar...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas é, sim. É verdade.

O Sr. Jaques Wagner (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... que mora, Presidente, dentro da instituição, ao lado de 1.480 pessoas em recuperação. Ele vive com a família dele no mesmo local em que ele trata as pessoas. Tem piscina, tem uma escola técnica, foi crescendo com o tempo.



E eu me orgulho muito de tê-lo apoiado, porque quem faz o bem não precisa olhar a quem e nem de onde vem. Precisa contribuir para melhorar.

Sem entrar na discussão do mérito, porque eu acho que a posição do Presidente Rodrigo Pacheco foi muito clara, o motivo pelo qual trouxe...

E só para dizer que merece.

O General Ramos, que era secretário de governo do governo anterior, foi fazer uma visita lá. Estou convidando aqui o Senador Jorge Seif, porque eu acho que merece ir conhecer. Não é um estilo tradicional, mas é um estilo que realmente faz um trabalho maravilhoso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Magno Malta, me permite apenas um complemento?

Eu recebi diversas mensagens sobre uma matéria do jornal *O Globo* que diz sobre o aumento do risco de infarto e derrame pelo uso da maconha...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – ... conforme a Associação... A Sociedade Americana do Coração, acho que dos Estados Unidos... (*Pausa.*)

É, a Sociedade Americana do Coração. E, na verdade, em hora nenhuma de minha parte, eu entrei no mérito dessa questão sobre fazer mal ou não fazer mal.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Hã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Acho até que tem muitas pessoas que defendem e sustentam, por exemplo, que o cigarro comum faz mais mal do que a maconha, que a bebida alcoólica faz mais mal que a maconha. Tudo isso eu respeito, esses argumentos. Eu acho que isso é uma questão de cientistas discutirem no âmbito do Parlamento, que, então, pode amadurecer essa questão.

Eu parto da premissa de que, fazendo mal, ou não fazendo mal, fazendo mais mal, ou menos mal, é uma substância compreendida como ilícita, assim como outras tantas compreendidas como ilícitas. E essas substâncias ilícitas, assim definidas pela Anvisa, devem merecer um tratamento igualitário pela lei. Aquele que trafica esse tipo de substância ilícita comete um crime de tráfico ilícito de entorpecentes, com uma pena de cinco a quinze anos, um crime equiparado a hediondo, e para aquele que porta essa mesma substância para consumo próprio comum isso também deve gerar uma consequência que não seja a de prisão, porque nós estamos lidando mais com uma questão de saúde do que jurídica. Mas não pode é ter uma ausência de consequência jurídica.

Eu dei um exemplo na última sessão, Senador Magno Malta, em relação a alguém que porta determinada quantidade, pequena quantidade de substância entorpecente para vender. Essa pessoa comete um crime gravíssimo, equiparado a hediondo, com pena de cinco a quinze anos. Ele cumprirá a pena de prisão ao longo de um bom tempo por essa substância em pequena quantidade, entregando-a a outra pessoa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Hã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – E a outra pessoa que recebe – imagine! – a mesma substância, que num instante anterior estava na mão de alguém que vai responder por tráfico de drogas e com uma pena grave –, essa pessoa que pega essa mesma substância para consumo não tem consequência jurídica alguma e deve ser imediatamente liberada.

É isso o que, na prática, significa a descriminalização. Se vier a descriminalização por uma discussão



de política pública, para se definir onde comprar, critérios, cadastro de usuários, como vários países fazem, será uma discussão política que eu respeitarei. Se quiserem fazer no Plenário – eu posso até ter minha posição contrária, mas faremos no ambiente próprio, que é o Parlamento. Mas a descriminalização por decisão judicial, que resolve um problema de demanda, mas não resolve o problema da oferta, porque a oferta continua sendo ilícita por um traficante de drogas, é realmente uma distorção. De fato, a descriminalização não pode se dar por uma decisão judicial, à míngua de um programa de saúde pública que discipline a comercialização de algo que se tenha por descriminalizado.

Então, é essa, singelamente, a nossa lógica, e eu não tenho dúvida de que é uma lógica equilibrada, ponderada e que vai ao encontro não só do que a sociedade pensa, mas do que a sociedade precisa, em relação à política antidrogas no Brasil, sob pena de uma decisão dessa natureza, de descriminalizar, significar o estímulo ao uso, em locais públicos, em restaurantes, em *shopping centers*, em festas, em espaços dos mais variados, e, ao se estimular isso, ter a perplexidade da conclusão de que o Estado não se organizou para isso, e a aquisição da mercadoria continua a vir de organizações criminosas que financiam corrupção, homicídio, tráfico de armas, corrupção de menores.

Então, me parece que é uma lógica muito óbvia que impõe reconhecer que essa competência é do Congresso, e não é do Poder Judiciário. É basicamente isso, não é nenhum tipo de confrontação, apenas algo que considero muito lúcido, ponderado, como eu costumo ser nas iniciativas que tenho e nas decisões que tomo.

Não é para agradar um lado ou desagradar outro lado, absolutamente. É apenas uma ponderação para país, de que há a competência legislativa, e há, obviamente, o mérito a ser discutido dentro da Casa Legislativa, nesta natureza ou nesta questão de descriminalização, que não é definitivamente reservada ao Poder Judiciário.

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Magno, só um “pela ordem”, rapidamente, eu te prometo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu vou ceder a V. Exa.

Só para dizer que esse debate, a riqueza desse momento, que é tão esclarecedor para o telespectador, que de quando em vez é confundido, e quem está nos vendo são mães que choram. Não são mães que têm que lamentar, porque o Parlamento está votando algo que vai prender o filho dela, que vai fazer do filho dela criminoso. Muito pelo contrário; ele já foi enredado pelas drogas.

Imagine, V. Exa., que eu estou nisso há mais de 40 anos, fazendo palestras de prevenção em escola e igreja, ainda na minha juventude, no começo da minha vida.

Aconteceu uma tragédia agora, nesse final de semana, no sul do meu estado – V. Exa. viu as chuvas. Eu encontrei gente no distrito dizendo assim: “V. Exa. veio fazer uma palestra aqui, na escola, na minha escola, eu tinha 17 anos; hoje eu tenho neto, e foi aquela sua palestra que me impediu de ser um drogado, de ser traficante”.

E nós falamos repetidamente isso. Encontro pessoas no Brasil inteiro dizendo isso a mim. Nunca encontrei ninguém da polícia que batesse palma para o fato, porque o dinheiro que incendia um ônibus, compra um litro de gasolina, é dinheiro do usuário. O dinheiro que compra arma é dinheiro do usuário.

Eles tinham que estar batendo palmas, porque está aí a proposta de V. Exa., porque o juiz fica desmoralizado; o juiz não tem uma carta na manga. Ele manda o cara assistir vídeos, ir para uma instituição, prestar serviços à Prefeitura, a uma entidade, uma ONG, pintar meio-fio, pintar cemitério, sei lá o quê, e ele não vai. Quando o juiz pede o relatório, o pessoal diz assim: “Ele não veio aqui, não”. Encerrou, o juiz não tem nada na manga – nada, nada. Mas ainda estão querendo muito mais.

Este é um caminho, um debate, Sr. Presidente, para que nós nos tornemos... Bom, o crime organizado está posto no Brasil de uma forma tremenda, mandando em tudo, mandando e desmandando. Na verdade,



o tráfico vai se acelerar como no Uruguai, e o grande patrocinador disso tudo, Senadora Damares, é o Sr. George Soros, que financia a esquerda. Eu citei aqui o Senador Jaques Wagner, Governador; aprovou Deus que o Isidório estivesse aqui, para não ficar paradoxal, para que ele nos ajude, que é a base do Governo. O próprio Líder, o Jaques Wagner, sabe da importância.

Sr. Presidente, Senador Jorge, Senadora Damares, quando o Fernando Henrique criou a Senad, secretaria nacional antidrogas, ele foi à ONU, fez um discurso, Isidório, e disse: “Olha, vou erradicar as drogas no Brasil em dez anos”. Mentira, ninguém vai erradicar drogas. E depois, ele só foi Presidente oito anos, não foram dez; ele foi embora. A Senad era para produzir políticas públicas, e ele deixou a Senad com um orçamento de R\$60. Tinha R\$60 lá, e ele, que estava defendendo e criou a secretaria nacional antidrogas, em seguida se tornou o megafone de George Soros para a legalização da maconha no Brasil. O Sr. Fernando Henrique Cardoso: ele é o megafone, ele é o grande defensor da legalização.

Agora, vai ter um dia, Isidório, em que realmente a maconha pode ser legalizada. Aí me refiro a esse ex-Presidente. No dia em que alguém disser a ele: “Olha, ex-Presidente, nesse avião em que o senhor vai viajar para receber um outro título de doutor *honoris causa* nos Estados Unidos, o piloto é maconheiro, fuma dez baseados por dia”. Se ele tiver coragem de subir no avião, esse é o dia de legalizar. Se você tiver coragem, sabendo que o motorista de táxi que vai levar sua filha para o aeroporto é maconheiro, e você diz: “Olha, dê um prêmio para ele. Viva, o cara é maconheiro!”. É a hora. “Ah, o cara está pleiteando ser gerente da sua loja, mas ele é maconheiro, fuma dez baseados por dia, cinco”; se você tiver coragem de entregar a sua loja, esse é o dia de legalizar – esse é o dia de legalizar. Mas se você não tem coragem...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... não garante, na prática, para os seus próprios filhos.

Eu podia dar nome de muita gente aqui, mas não o faço, por respeito e ética que nós precisamos ter, Isidório, pelo filho de quem passa pela nossa mão, de quem passa lá, Damares, pelo Projeto Vem Viver. Se eu falasse o nome aqui, vocês se espantariam; e são pessoas que defendem essa desgraça, mas para o filho dos outros, para a família dos outros.

Então, Sr. Presidente, foi rico demais – Senador Jorge, por favor, só um minuto de aparte aqui – Sr. Presidente, este debate, realmente eu entendo debate dessa forma, virou um debate... Eu provoquei o Presidente, que juridicamente colocou aqui a presença do Jaques Wagner, que é Líder, e pode muito bem dizer ao Governo: “Eu sofri demais na Bahia, sofro ainda na Bahia, e lá as casas de recuperação da Bahia... Se não fossem elas, nós estaríamos acabados, derrotados”. Aliás, a maior obra social que se faz neste país é a igreja...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... que hoje é tão atacada, tão desrespeitada. Vamos fazer o que a igreja faz? Eu quero ver!

Porque recuperação de drogado não tem a ver com conselho disso, conselho daquilo... Eu quero que eles me mostrem quem eles recuperaram. Redução de danos – uma política de esquerda que não deu certo na Suíça, em lugar nenhum –: dar droga para drogado; faz aquelas praças, que viram verdadeiros bolsões de vidas humanas destruídas.

Eu quero ver fazer a obra que a igreja faz! Porque isso, dependência de droga, é demônio; e, se não houver libertação, não tem saída. Não tem saída! E eu quero dizer àqueles que atacam a igreja: respeitem



a igreja! Porque ninguém faz obra social como a igreja.

Senador Jorge.

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para apartear.) – Rapidamente, Sr. Presidente; Senador Magno Malta, obrigado pelo aparte.

Eu quero fazer aqui dois registros.

Primeiro, parabenizo o Coronel Isidório...

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... que estava me contando aqui: 1,5 mil pessoas atendidas – 1,2 mil baianos, 300 pessoas do Brasil inteiro. Ele tem uma ala só de policiais drogados, e está me falando que, há dez anos, a cada cem pessoas internadas, duas eram mulheres. Hoje... Ele internou ontem mais 30 ou 40 – 30% eram mulheres!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É assim.

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, já está se alastrando.

Eu quero parabenizar – vem cá, do meu lado aqui, com esse livro maravilhoso –, quero agradecer e parabenizar o senhor pelo trabalho, porque a nossa palavra aí diz o seguinte: a verdadeira religião é cuidar do órfão, da viúva e do estrangeiro. Essas pessoas são órfãs. São órfãs: órfãs de saúde; órfãs de saúde mental; muitas vezes, órfãs de pais, mesmo, e que foram dominadas pela droga.

Então, parabéns pelo trabalho do senhor. Eu vou aceitar o convite do Senador Jaques, o seu convite, e vou lá.

Senador Rodrigo Pacheco, segunda questão é parabenizar a nota corajosa...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Seif (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... do Conselho Federal de Medicina ontem, que se posicionou contra a liberação das drogas! Conselho Federal de Medicina – cuida de todos os médicos do nosso Brasil... Deputado van Hattem, é um prazer você estar aqui; seja bem-vindo ao Senado Federal.

Parabéns ao CFM pela posição antidroga, antiaborto e contra a vacinação compulsória, de acordo com a Organização Mundial da Saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Magno.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, encerro a minha fala dizendo... O nosso Senador Jaques Wagner diz: “Isidório sempre disse que ele é ex-drogado. Não sei se ele diz isso pra dizer que tem jeito, ou se ele realmente era” – e era sim. E quero dizer uma coisa... *(Pausa.)*

Essa é a palavra que eu quero usar! Porque, quando o sujeito entra nas drogas, o diabo fecha a porteira...

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... põe o cadeado e joga a chave fora. O sujeito fala: “Eu tenho força de vontade, eu vou sair”...

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ele passa três meses sem usar; ele vem na porteira, ela está trancada, ele cai; volta a usar, volta a usar, volta a cair, porque a



porteira está fechada.

Só tem um jeito, Sr. Presidente, um jeito: é ser tirado de lá, ou seja, ser arrancado de lá – mas o sujeito precisa querer. Ele disse que lá não tem cerca; no Projeto Vem Viver também não tem! Só se recupera quem quer mudar de vida. É livre-arbítrio: Deus só age no querer do homem! Ninguém precisa ficar trancado lá; quem vai para lá quer mudar de vida! É o sujeito dizer “eu quero” – o helicóptero do céu desce e o resgata. O sujeito não sai, não; ele tem que ser resgatado – resgatado de lá, e ninguém faz isso com uma ampola; ninguém faz isso com uma caixa de remédio; ninguém faz isso dando uma receita de remédio controlado. Ninguém faz isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Resgate, ser resgatado, isso só Jesus faz.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Gostem vocês ou não gostem – essa lação que vai para rua e chama Jesus de viado, Maria de prostituta, que ataca o evangelho, ataca a Bíblia e a fé –, gostem vocês ou não, sem Jesus não há libertação, não há saída. E, quando o homem quer, mais do que recuperado, mais do que resgatado, ele sai de lá, sai do nosso convívio para ir para o convívio da família mais do que recuperado porque ele sai de lá lavado no sangue de Jesus.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Para discutir, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu sou mãe e sou avó; e as mães do Brasil, de uma certa forma, têm uma identificação comigo. E por ser essa mãe que está falando com mães, eu quero falar como mãe agora, como uma Senadora mãe e uma Senadora recém-idosa, fiz 60 anos na semana passada.

Presidente, em 1983, acho que o senhor não era nem nascido ainda, eu estava nas ruas, 1982, 1983, acho que o senhor não era nem nascido ainda...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Já era nascido, já era grandinho, já tinha cinco anos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu estava nas ruas com meninos de rua e o meu maior enfrentamento era a cola de sapato. Os meninos usavam cola de sapato, alguns da minha idade aqui vão lembrar, eles usavam como alucinógeno, era o entorpecente do momento. Eu me lembro de que a sociedade se reunia para a gente discutir o que fazer com a cola de sapato, como proibir a cola de sapato de chegar aos adolescentes. A gente estava ali reunido, inclusive colocando em risco a indústria do calçado no Brasil, porque a cola de sapato era útil lá para a fabricação dos calçados, e a sociedade se reunia para falar de um produto necessário para a indústria.

Hoje eu vejo pessoas querendo descriminalizar a maconha, as drogas – o porte e a posse. Eu fico me lembrando dos ativistas em defesa da infância de 1980 e eu acho que eles estão tremendo hoje com essa possibilidade. A única forma de eu proteger um adolescente das drogas é não o deixar ter acesso às drogas. E, lá na ponta, a arma mais poderosa que a família tem para o adolescente não chegar perto das drogas é dizer: “Isso é crime”. Dizer somente para o adolescente que isso faz mal, que isso vai levá-lo para uma dependência, para uma doença, não tem sido a arma mais poderosa. A arma poderosa que aquele pai que não tem acesso a uma comunidade terapêutica, que aquelas crianças que não estão tendo acesso à educação de qualidade, a arma mais poderosa que a mãe tem é dizer: “Isso é crime”.

Aí a gente vai lá agora e diz: “Não é mais crime”. Como é que a gente vai empoderar esse pai e essa mãe para fazer o enfrentamento com os adolescentes com relação ao porte e à posse de entorpecentes de



drogas no Brasil? Eu acho que há aqui um assunto para a gente discutir, para a gente refletir. As mães e os pais no país não estão sendo ouvidos.

Semana passada, houve uma discussão aqui no Plenário em que um Parlamentar inclusive disse o seguinte: “Mas e a privacidade de quem está usando? Essa pessoa tem o direito à privacidade”.

Deixa eu perguntar uma coisa para os Senadores: que privacidade uma menina grávida, de 17 anos, de 18 anos, já dependente, tem? Que direito essa menina tem de consumir drogas, grávida? E o bebezinho? Aí o pai e a mãe vão dizer: não consuma, é crime! Agora, o pai e a mãe vão dizer assim: você não pode consumir só porque vai fazer mal... Que privacidade uma mulher grávida tem de usar entorpecente, de forma legal, no Brasil, e colocar em risco a vida do seu bebê? Eu acho que tem muita coisa para a gente discutir em relação a essa PEC e o caminho ainda é dizer que é crime.

No dia em que tivermos uma nação em que todos tenham acesso à educação, em que todos tenham acesso a serviço de saúde com qualidade, em que as comunidades terapêuticas estiverem em tudo que é esquina e muito bem estruturadas, até poderemos pensar nisso, mas, agora, a arma mais poderosa que a família ainda tem é dizer para o adolescente que é crime.

Eu lamento que, 40 anos depois, eu venha a esta tribuna... Quando a gente venceu a cola de sapato e conseguiu uma série de políticas públicas para impedir o adolescente de se aproximar das drogas, agora a gente vem e diz: Vamos liberar tudo.

A PEC é oportuna, necessária, e, em nome de todas as mães do Brasil, se tem algum Parlamentar que não conversou com nenhuma mãe ainda sobre essa PEC, converse. Converse com as famílias brasileiras sobre se as famílias brasileiras querem a descriminalização do porte e da posse de drogas.

Presidente, essa é a minha colaboração. Adolescente não vai ter acesso se for crime.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a terceira sessão de discussão em primeiro turno.

A matéria será incluída em pauta para a continuidade da discussão.

Consulto se há alguma objeção à inversão de pauta para a apreciação do item 4? (*Pausa.*)

Não havendo objeção, anuncio o item 4.

Requerimento nº 173, de 2024, de Líderes, que solicita urgência para o Projeto de Lei nº 2.221, de 2023, que altera a Lei nº 8.080, de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre o atendimento de mulheres vítimas de violência em ambiente privativo e individualizado nos serviços de saúde prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência, passamos à deliberação da matéria.

Anuncio o item extrapauta.

Projeto de Lei nº 2.221, de 2023, da Deputada Federal Iza Arruda, que altera a Lei Orgânica da Saúde para dispor sobre o atendimento de mulheres vítimas de violência em ambiente privativo e individualizado nos serviços de saúde prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação da nobre Senadora Jussara Lima para proferir parecer de Plenário.

Tem a palavra.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje na condição de Relatora no Senado Federal do Projeto de Lei nº 2.221, de 2023, originário da



Câmara dos Deputados, de autoria da estimada Deputada Iza Arruda, do Estado de Pernambuco, que aqui se encontra. Seja bem-vinda, Deputada.

Esse projeto propõe a oportuna alteração na Lei Orgânica da Saúde (nº 8.080, de 1990), para que as mulheres vítimas de violência tenham direito, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em rede própria ou conveniada, de serem acolhidas e atendidas em ambiente restrito, individualizado e de modo a resguardar a privacidade e a proteção da vítima, impedindo acesso de terceiros não autorizados, em especial, do agressor.

Para tanto, propõe acrescentar parágrafo único ao art. 7º da Lei Orgânica de Saúde, conforme o texto apresentado. Dessa forma, o PL estabelece nova medida para promover a proteção física e emocional e proteger a dignidade das mulheres vítimas de violência.

Trata-se de dispositivo salutar que beneficiará mulheres em momento de vulnerabilidade, após sofrerem algum tipo de violência, submetidas a intenso estresse físico e mental, possivelmente marcadas por sentimentos diversos, inclusive contraditórios, como tristeza, vergonha, negação e culpa. Os serviços que realizam atendimentos das mulheres vítimas de violência atuam, de modo geral, imediatamente após a ocorrência da agressão, sendo frequentemente responsáveis pelo primeiro acolhimento pós-violência. São, portanto, essenciais para a contenção de danos e recuperação física da vítima e também para protegê-la de novas agressões.

A presença de pessoas estranhas ou indesejadas, nesse momento de grande abalo emocional, certamente representa novas formas de agressão contra a vítima, nesses casos permitidas justamente por serviços que deveriam protegê-la e garantir os seus direitos. Por isso, o atendimento em âmbito reservado na forma proposta é medida eficaz para assegurar a privacidade e proteção da mulher vítima de violência, evitando constrangimentos e riscos na sua integridade física e psicológica.

A alteração proposta é de simples implementação, envolve o uso adequado das instalações e equipamentos já existentes, não pressupõe investimentos, demanda apenas a organização dos serviços de atendimento em prol da privacidade e da garantia de atenção individualizada da mulher vítima de violência. No entanto, é mudança de paradigma que representará impactante melhoria na atenção pós-agressão prestada às mulheres no âmbito do SUS.

O meu voto, diante do exposto e do caráter meritório da proposição, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.221, de 2023.

Muito obrigada, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 19/2024-PLEN-SF - Vide Item 2.2.1 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Jussara.

O parecer é favorável ao projeto.

Completada a instrução, passamos à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Gostaria de cumprimentar a autora do projeto, que está presente, a Deputada Federal Iza Arruda, do MDB-PE – parabéns pela autoria do projeto –, e, igualmente, a Relatora, Senadora Jussara Lima, que



teve o seu parecer aprovado por unanimidade pelo Plenário do Senado Federal.

Um agradecimento aos Senadores e Senadoras pela compreensão da inversão da pauta e da votação ainda hoje.

Anuncio o item 2.

Projeto de Lei nº 3.027, de 2022 (nº 10.521/2018, na origem), do Deputado Federal Paulo Teixeira, que institui a Política Nacional de Qualidade do Ar.

Parecer nº 5, de 2024, da Comissão de Meio Ambiente, Relator: Senador Fabiano Contarato, favorável à matéria, com as Emendas nºs 1 a 8.

Perante a mesa foram apresentadas as Emendas nºs 9 e 10.

A matéria tramita em urgência nos termos do Requerimento nº 3, de 2024, da Comissão de Meio Ambiente, aprovado em Plenário.

Na sessão deliberativa de 20 de março, o eminente Relator Senador Fabiano Contarato leu seu parecer de Plenário, que é favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 10.

Senador Jaques Wagner, Líder do Governo, para discutir.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Senador Luis Carlos Heinze, para discutir?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Não, eu só queria retirar os requerimentos de redistribuição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Perfeito.

Ficam então retirados os requerimentos de autoria do Senador Luis Carlos Heinze. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Apresentado os Requerimentos nº 134, do Senador Mecias de Jesus, Líder do Republicanos, de destaque para votação em separado da Emenda nº 3.

Prejudicado, o Relator deu parecer contrário à emenda.

Requerimento nº 194, do Senador Rodrigo Cunha, Líder do Podemos, de destaque para votação em separado da Emenda nº 10.

Concedo a palavra ao eminente autor do requerimento de destaque para se manifestar sobre a sua manutenção. (*Pausa.*)

Não estando presente, fica prejudicado o requerimento.

A matéria destacada retorna ao grupo a que pertence, nos termos do inciso XVII do art. 300 do Regimento Interno.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do projeto e das emendas em turno único, nos termos do parecer de Plenário.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Item 3. (*Pausa.*)

Diante da ausência da eminente Relatora, nós vamos retirar de pauta o item 3, o Projeto de Lei nº 501, de 2019.

Gostaria de registrar a presença, no Plenário do Senado Federal, do Deputado Estadual Tadeu Martins Leite, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que muito nos honra com a sua



presença no Plenário do Senado Federal.

Com a palavra pela ordem, Senador Zequinha Marinho.

Pela ordem, Zequinha?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Como orador?

Perfeito. Então, em instantes eu chamo V. Exa.

Anuncio o Requerimento nº 1.124, de 2023, do Senador Esperidião Amin e outros Senadores, que solicita a realização de sessão especial destinada a homenagear o centenário de Jayme Caetano Braun.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

A sessão requerida será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Próximo orador inscrito, Senador Zequinha Marinho. *(Pausa.)*

Senador Zequinha Marinho tem a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para discursar.) – Sr. Presidente, hoje o Presidente Macron, da França, está no Estado do Pará; e, por ocasião da estadia do Presidente Macron em Belém nesta terça-feira, eu redigi um artigo que foi publicado pelo Poder 360, intitulado “Liberdade, igualdade, fraternidade e o fim da hipocrisia”. O artigo reclama ou relaciona as pressões ambientais impostas pela França ao Brasil, e a pergunta é: o que, na prática, este país europeu tem feito para contribuir com as ações urgentes de combate às mudanças climáticas?

Como ele, o Presidente, já se encontra no meu estado, sugiro, no artigo, que o Presidente Macron faça uma breve visita ao Município de Porto de Moz, na região oeste do estado, margem direita do Rio Xingu, quase chegando ao Rio Amazonas.

Esse município, o Município de Porto de Moz, tem 95,2% de sua área rural destinada à preservação ambiental. Só a Reserva Extrativista, que a gente chama de Resex, Verde para Sempre, que é o nome dela, criada em 2004, ocupa 74% de toda a área do município, em torno de 13 mil quilômetros quadrados, 12.958km². Para se ter uma ideia, a resex é um pouco maior do que a ilha de Córsega, o berço de Napoleão Bonaparte e a maior ilha da França.

Comento que a ida de Macron até Porto de Moz, uma cidade com pouco mais de 40 mil habitantes, poderá trazer ao líder europeu argumentos necessários para convencer o produtor rural francês, que está fechando estradas na França em protesto, dentre outros temas, contra o aumento de 3% para as áreas de reserva ambiental.

Atualmente, essa área de preservação na França é de 4%, mas a União Europeia, através de seu Parlamento, tem proposto regras para que o setor agrícola aumente esse percentual para 7%, e é justamente esse pequeno aumento que tem provocado a ira dos produtores franceses.

Por causa da grita de produtores rurais da França, esse mesmo país que exige o compromisso do Brasil em manter uma política mais rígida contra o desmatamento é o país que anunciou o adiamento da expansão da sua área de preservação para 2025. É lamentável. Os fenômenos climáticos estão cada vez mais presentes e as ações contra a mudança global do clima são urgentes.

Na Amazônia brasileira, senhores, a obrigatoriedade é de preservar 80% da área da propriedade. É como se você comprasse um apartamento de 100m² e tivesse autorização para usar só 20, e, naqueles 20m, tivesse que se virar para sobreviver com a família. É isso que acontece na nossa Amazônia aqui, no Brasil.



A mais rígida lei ambiental do mundo é o nosso Código Florestal.

Os franceses não querem o aumento para 7%, apenas de 3%, enquanto aqui chega a 80%. Recusam-se a assinar o acordo comercial com o Mercosul e impõem ao Brasil novas regras que dificultam a importação de produtos como madeira, soja, carne bovina, cacau, óleo de palma, borracha e derivados.

Presidente Macron, um país que decide adiar um aumento de 3% de sua área de reserva e exige regras ambientais para outros países estaria mesmo comprometido com o meio ambiente ou seria uma simples medida protecionista do seu comércio e dos seus produtos?

É muito bom, precisamos acabar com essa hipocrisia. Barreiras comerciais devem ser tratadas pela Organização Mundial do Comércio, e não inventando desculpas ambientais para impor e dificultar a comercialização.

Enquanto a OMC não apresenta seu parecer sobre essa postura pouco leal da França, tramita aqui, no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 2.088, de 2023, que cria a lei da reciprocidade ambiental. De minha autoria, a proposta torna obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para os produtos que forem importados pelo nosso país. E aqui, mais uma vez, sugiro: vamos acabar com a hipocrisia de alguns países, que trabalham para demonizar a imagem do Brasil lá fora.

Faço mais uma sugestão ao Presidente da França: que tal estabelecermos uma taxa na importação de produtos franceses, para que a manutenção das florestas pudesse acontecer no Brasil? Por que sugerir isso? Porque os milhões ou bilhões de dólares que se prometem a cada COP que acontece nunca chegaram por aqui. Ninguém viu, ninguém vê; e, se aparecer, pode causar problema de azar. Se a França tem dificuldades para aumentar sua área de preservação ambiental, seria justo, então, que as bolsas que as madames, que as mulheres usam – Louis Vuitton –, os carros Citroën, Peugeot, Renault e outros produtos *made in France* pagassem uma taxa para que as nossas florestas brasileiras continuem filtrando a poluição produzida pelo mundo, em especial pela França, que não quer contribuir nem com 7% de suas áreas para a preservação ambiental.

Essa é uma sugestão que se traz no momento que o Presidente Macron... Ele gosta de dar opinião para o mundo todo, mas não tem coragem de levar em consideração um aumento de uma pequena faixa no território dos seus produtores para a regeneração, para que a floresta suba de novo, para que se possa ter ali uma purificação no processo natural da atmosfera; mas, na hora de impor ao Brasil, é o cara que lidera. Então, vamos acabar com essa hipocrisia, vamos desmascarar esse tipo de procedimento, porque isso não é bonito.

Ele hoje esteve na Ilha do Combu, ali em frente a Belém, na foz do Rio Guamá. A ilha fica recebendo, de um lado, águas do Guamá; do outro lado, do Rio Acará e do Rio Moju. Foram numa pequena fábrica manual, bem artesanal, de chocolate – já estive lá, conheço muito bem. Será que quer aparecer ou quer fazer alguma coisa que realmente dá certo? Se quisesse mexer com o cacau, que desse uma voltinha na Transamazônica, nos municípios lá depois de Altamira, pegasse Brasil Novo, pegasse Medicilândia, nossa Capital Nacional do Cacau, pegasse Uruará, pegasse Placas, ali é um “meião” da produção do cacau.

A gente tem terras degradadas. Por que não se financiam equipamentos, fertilizantes, enfim, tudo que se precisa para se fazer um SAF? O que é SAF? É um sistema agroflorestal, em que você planta cacau e outras espécies; não pode plantar só uma espécie. E aí a gente resolve com tranquilidade o reflorestamento...

(Soa a campanha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – ... de grandes áreas que nós temos ali, trazendo renda para o pequeno produtor rural, da qual ele depende muito



para sobreviver.

Então a gente precisa se preocupar com a questão ambiental, mas não pode se esquecer da questão social, porque, antes de tudo, o ser humano.

Portanto, Sr. Presidente, era esse o registro que eu gostaria de fazer nesta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Zequinha Marinho.

Cumprida a finalidade desta sessão deliberativa ordinária do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 05 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
57ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

28ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Presenças no período: 26/03/2024 07:00:00 até 26/03/2024 20:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
UNIÃO	AC	Alan Rick	X
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X
PSB	RR	Chico Rodrigues	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X
Republica	DF	Dameres Alves	X
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	X
PP	RR	Dr. Hiran	X
NOVO	CE	Eduardo Girão	X
UNIÃO	PB	Efraim Filho	X
PP	SC	Esperidião Amin	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	X
Republica	RS	Hamilton Mourão	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X
PT	BA	Jaques Wagner	X
PSB	GO	Jorge Kajuru	X
PL	SC	Jorge Seif	X
PSD	PI	Jussara Lima	X
PDT	DF	Leila Barros	X
PP	RS	Luis Carlos Heinze	X
PL	ES	Magno Malta	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X
PSD	MT	Margareth Buzetti	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X
PT	RS	Paulo Paim	X
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	X
-	AP	Randolfe Rodrigues	X
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X
PL	RN	Rogério Marinho	X
PL	RJ	Romário	X
UNIÃO	PR	Sergio Moro	X
Podemos	RN	Styverson Valentim	X
PP	MS	Tereza Cristina	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X
PDT	MA	Weverton	X
Podemos	PA	Zequinha Marinho	X





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
57ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

28ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Presenças no período: 26/03/2024 07:00:00 até 26/03/2024 20:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
---------	----	--------------	----------

Compareceram 43 senadores.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 28ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Discursos encaminhados à publicação





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Registro e Redação Parlamentar – SERERP
Coordenação de Pronunciamentos, Redação e Montagem – COPREM

SF - 1

26/03/2024

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores,

Senado Precisa de Conserto

1) Quero iniciar hoje meu pronunciamento destacando algumas estrofes da bela canção "Sal da Terra":

"Falo desse chão da nossa casa...

Vem que tá na hora de arrumar...

Tempo, quero viver mais 200 anos...

Vamos precisar de todo mundo...

Pra banir do mundo a opressão.

2) Ontem foi mais um dia muito triste para nossa democracia que está em frangalhos devido a tantos ataques sofridos pelos outros Poderes da República. Um dia que não poderá ser esquecido porque ficará registrado na história não apenas como o dia da celebração do BICENTENÁRIO mas sim como o dia em que a oposição foi impedida de falar em sua própria Casa, enquanto que um Ministro do STF pode falar dessa Tribuna, mesmo depois de ter invadido competências do Poder Legislativo.

3) Em primeiro lugar quero manifestar minha eterna gratidão à Deus e a 1 milhão 325 mil 786 cidadãs e cidadãos cearenses que me permitiram estar aqui hoje ocupando essa tribuna, em nome do Partido NOVO, quando a Casa Revisora da República completa 200 anos de existência.

4) E como não existe coincidência e sim "Jesuscidência", dia 25 de março, também é celebrada nossa a "data magna" do Ceará, Estado cuja bandeira é muito semelhante a do Brasil. Em 1884 a província cearense aboliu a escravidão, 4 anos antes da Lei Áurea, recebendo do abolicionista José do Patrocínio o título de "Terra da Luz." E que essa terra abençoada, de um povo libertário, inspire neste emblemático dia a redenção do Senado anti a usurpação de suas competências e arbítrios de autoridades que não respeitam a nossa Constituição.

5) Como costuma dizer Ives Gandra Martins, um dos maiores juristas brasileiros, o Senado tem prerrogativas que ultrapassam o Poder Legislativo. É na realidade o Maior Tribunal do País porque a Carta Magna lhe outorgou o poder de julgar e afastar Presidente da República e ministros dos tribunais superiores. Por aqui passaram muitos brasileiros ilustres. Quero homenageá-los na figura de um homem a frente do seu tempo, do nosso patrono, Rui Barbosa que diante de tantas passagens marcantes disse: "a pior ditadura é do judiciário pois contra ela não há a quem recorrer".

6) Pois é... Gostaria muito de fazer apenas referências positivas nesse BICENTENÁRIO. Mas me recuso a participar de um "teatro de aparências". Gosto de caminhar pelas ruas, mercados e feiras para ouvir as pessoas, independente de suas posições políticas e ideológicas. E vejo tristemente que a imagem dessa Casa nunca esteve tão mal avaliada em virtude de sua deliberada omissão diante de uma das mais agudas crises morais e de inversão de valores da nossa Nação.

7) Não estou aqui me reportando ao atual presidente Rodrigo Pacheco que é sempre muito respeitador e tem trabalhado pela pacificação. São muitos os sinais de alerta que nos chegam. Nesse mesmo mês de Março completou 10 anos da Lava Jato, o maior legado histórico no enfrentamento à corrupção e à impunidade, quando dezenas de empresários e políticos poderosos foram parar na cadeia depois de desviarem, segundo o TCU, 29 bilhões de reais do Brasil.

8) Também neste mês se completou 5 anos do famigerado inquérito das fake news que funciona como uma espada sobre a cabeça de cidadãos conservadores coibindo a liberdade de expressão e jogando o País em uma insegurança jurídica sem precedentes.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Registro e Redação Parlamentar – SERERP
Coordenação de Pronunciamentos, Redação e Montagem – COPREM

SF - 2

26/03/2024

O Brasil vem assistindo perplexo a um gradual rompimento do estado democrático de direito e da independência entre os Poderes na medida em que o STF interfere diretamente no Congresso legislando em questões fundamentais como a descriminalização do aborto e a da maconha – ambas rechaçadas por cerca de 80% da população brasileira.

9) Nunca se falou tanto em preservar a democracia. Mas isso só é possível quando se cumpre integralmente a Constituição. O Senado não pode se tornar um mero puxadinho do governo federal que, atualmente também invade as prerrogativas dessa Casa, exalta vingança com seus membros e destrói a bonita história do “Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” flertando com ditadores sanguinários. O Senado precisa se fazer respeitado em seu bicentenário.

10) Para se ter uma ideia dos desmandos, desde Dezembro último, um requerimento assinado por 11 senadores, pedindo uma simples visita ao presídio onde estão muitos presos políticos, não obteve até hoje nenhuma resposta.

11) Acredito muito no poder de reflexão do Ser humano. É hora dessa Casa se levantar e se aproximar da população cada vez mais incomodada e intimidada com tanto ativismo judicial e tantas arbitrariedades.

Quando estava preso em Birmingham, o humanista e pacifista Martin Luther King nos deixou esse belo pensamento: " Uma injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar."

12) Por isso não temos o direito de nos calar quando pais e mães de família sem nenhum antecedente criminal são detidos, portando apenas uma Bandeira do Brasil e uma Bíblia e tratados como perigosos terroristas e golpistas sem direito a ampla defesa e ao devido processo legal.

São muitos os casos como o da professora aposentada Iraci Nagoshi, com 71 anos de idade e várias comorbidades que foi condenada a 14 anos de prisão pelo Supremo, mesmo sem ter foro privilegiado. Enquanto isso, um dos maiores chefes do tráfico internacional de drogas, (André do rap) foi beneficiado pelo mesmo Supremo, com um vergonhoso "Habeas Corpus".

13) Chegamos ao cúmulo, na semana passada, em Audiência na Comissão de Segurança dessa Casa, de um diretor da Polícia Federal assumir sem nenhum pudor que vem monitorando dezenas de milhares de cidadãos.

14) A perseguição política aos conservadores nesse país chegou a um nível máximo que parte expressiva da população está com medo de se manifestar e ser acusada de crime de opinião, situação típica de uma ditadura. Sim, por que se até jornalistas tiveram que sair do País e tiveram suas redes sociais - instrumentos de trabalho, derrubadas por decisão judicial, contas bancárias bloqueadas e até passaportes retóricos. Imagine o cidadão!

15) Mesmo que as vezes possa soar como Voz no deserto, vou continuar cumprindo meu dever da melhor forma possível, mesmo reconhecendo minhas inúmeras imperfeições. Não sou melhor do que ninguém, mas venho me esforçando bastante para seguir os passos de Jesus que nunca se afastou da Verdade e permanece até hoje convidando homens e mulheres de Bem que estão em toda parte, para o serviço da construção de um mundo onde reine a Paz e a verdadeira Justiça.

16) Encerro com as palavras de Chico Xavier, mineiro como o Presidente desse momento histórico do Senado: " Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, todos podem começar agora e fazer um novo fim." #acordasenado Paz & Bem



**SENADO FEDERAL**
SECRETARIA-GERAL DA MESA

SF - 1

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE PRONUNCIAMENTOS, REDAÇÃO E MONTAGEM –
COPREM

26/03/2024

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Pronunciamento Clima

Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, estamos acompanhando com bastante preocupação as consequências do clima na produção agrícola de Mato Grosso que, como todos sabem, é o campeão nacional em produção de soja, milho e algodão.

As ondas de calor e a escassez das chuvas têm repercussões diretas na produtividade no campo e há regiões onde a colheita não deve passar de quatro sacas por hectare. Isso numa região onde os índices costumam chegar a 56 sacas.

A situação é preocupante e com repercussões direta na vida de toda a população de Mato Grosso, que tem a base de sua economia na agricultura e pecuária. Se o campo vai mal, a cidade sente!

A falta de chuvas já levou 43 municípios de Mato Grosso, inclusive minha cidade Rondonópolis - a pedir emergência e em algumas delas o fornecimento de água está bastante

Comprometido.

Tudo isso é resultado das mudanças climáticas.

A equipe do Ministério da Fazenda está traçando um diagnóstico sobre a crise do agronegócio, motivada sobretudo pela questão climática.

Estamos à disposição para contribuir na busca do melhor caminho para esta situação. Afinal, como disse: quando o campo vai mal, a cidade sente e não podemos permitir que o ciclo de desenvolvimento hoje registrado em Mato Grosso venha a diminuir em prejuízo do bem-estar de toda a população.

Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Pronunciamento Clima

Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, na primeira semana de fevereiro, a agência nacional de águas e saneamento básico (Ana) lançou a primeira edição do estudo "impacto da mudança climática nos recursos hídricos do Brasil". As projeções indicam que se pode ter diminuições de até 40% na disponibilidade hídrica nas principais regiões hidrográficas do Brasil até 2040!

Com essa redução, existe uma tendência de aumento do número de trechos de rios intermitentes, aqueles que secam temporariamente. Essas situações demandam preparação e podem afetar a geração hidrelétrica, agricultura e o abastecimento de água nas cidades vizinhas.

Em outras palavras, o futuro não nos reserva boas notícias se não tomarmos medidas urgentes.

A situação atual mostra que Mato Grosso é o estado brasileiro com maior número de queimadas em 2024. De janeiro até a primeira quinzena de fevereiro, foram registrados 1.109 focos de incêndio, enquanto no mesmo período do ano passado, foram 561, o que representa um aumento de 97%, segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Voltando à situação no campo... Tudo isso tem gerado muita preocupação para a associação dos produtores de soja e milho de Mato Grosso, que teme que a queda na produtividade resulte no endividamento dos produtores, com resultados negativos também nas próximas safras.

A soja, principal produto de Mato Grosso, já registra queda na cotação e isso acontece no momento quando os custos de produção continuam altos. Desde março de 2022, quando a cotação da soja alcançou seu pico, em R\$ 184, ela caiu mais de 45%, para menos de R\$ 100, em 19 janeiro de 2024.



**SENADO FEDERAL**
SECRETARIA-GERAL DA MESA

SF - 2

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE PRONUNCIAMENTOS, REDAÇÃO E MONTAGEM –
COPREM

26/03/2024

A situação levou o governador Mauro Mendes a anunciar um corte de 30% nos gastos em todos os setores do governo de Mato Grosso. Na avaliação do governador, a medida se faz necessária para avaliar, nos primeiros meses de 2024, qual será o impacto da quebra da safra na arrecadação do estado.

Para a Aprosoja Brasil, a safra brasileira de soja não deve ultrapassar 135 milhões de toneladas, previsão bem abaixo das divulgadas por consultorias e instituições públicas como a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

Só em Mato Grosso, maior produtor do grão do país, cerca de 6% da área da soja teve que ser replantada por causa da falta de chuvas e do calor. São mais de 700 mil hectares de um total de 12,1 milhões de hectares destinados à soja no estado, segundo levantamento do Imea (instituto mato-grossense de economia agrícola).

Além disso, o preço das commodities estão em queda em todo o mundo em decorrência da grande oferta de grãos no mercado internacional.

A situação preocupa a Confederação nacional da Agricultura e Pecuária, que levou ao Ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, um plano de ação emergencial para reduzir os impactos das adversidades

Climáticas nesta safra. Entre as propostas, estão a ampliação dos prazos de pagamento dos créditos já contratados e atualização dos preços mínimos, assim como a implementação do fundo de catástrofe a que se refere a Lei Complementar 137/2010 e que ainda não foi regulamentada.

A proposta foi entregue ao ministro na quarta-feira, no final de janeiro, pelo vice-Presidente da CNA, José Márcio Schreiner.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Pronunciamento água

Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, neste 22 de março, quando comemoramos o dia mundial da água, quero sugerir algumas reflexões que se mostram imperiosas levando em consideração o futuro do planeta.

Análise feita pela agência nacional de águas e saneamento básico indica que a disponibilidade de água pode diminuir até 40% nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e em parte do Sudeste. Isso até 2040. Em outras palavras, esse cenário vem se configurando ano a ano e 2040 está bem próximo. Faltam só 16 anos. Isso não é nada se levarmos em consideração a história deste planeta.

Muitos dos conhecemos intermitentes comprometendo de populações rios que hoje se tornarão no futuro, o abastecimento inteiras nessas regiões, além da geração de energia elétrica e da produção de alimentos.

E por trás desse fenômeno estão as mudanças climáticas, como bem demonstra o estudo do impacto da mudança climática nos recursos hídricos no Brasil, que foi lançado pela Ana.

Somam-se às mudanças climáticas as ações humanas que resultam em assoreamento, barragens e desvio de cursos d'água, esgoto in natura e desmatamento das margens.

Diante desse contexto, é vital a busca de soluções robustas levando-se em consideração as características de cada região hidrológica no Brasil, propondo medidas para garantir a segurança hídrica e a sobrevivência das nossas populações e da nossa economia.

Nesta sexta-feira (22 de março) a Ana vai lançar a jornada da água 2024 com o tema "água nos une, o clima nos move", que deve nortear as discussões ao longo do ano.



**SENADO FEDERAL**
SECRETARIA-GERAL DA MESA

SF - 3

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE PRONUNCIAMENTOS, REDAÇÃO E MONTAGEM –
COPREM

26/03/2024

Já a ONU definiu o tema "água para a paz". A água tem duas faces da moeda: é um recurso com potencial para gerar paz, mas também conflitos.

Mas quando a água é escassa ou poluída, ou quando as pessoas têm acesso desigual ou não têm acesso a ela, as tensões entre comunidades e países podem aumentar. É nesse sentido o tema da ONU neste ano.

Em nosso planeta, dois mil milhões de pessoas - 26% da população - não têm acesso a água potável segura e 3,6 mil milhões - 46% - não têm acesso a saneamento gerido de forma segura, de acordo com um relatório da Unesco de 2023. Prevê-se que estas carências se agravem nos próximos anos, à medida que as alterações climáticas se forem agravando.

Pesquisa do programa das nações unidas para o meio ambiente (Pnuma) mostra que a produção de água no planeta está ameaçada. Para se ter uma ideia, um quinto das bacias hidrográficas do mundo registra problema de disponibilidade de água e mais de 3 bilhões de pessoas já convivem com a escassez de água.

Não podemos deixar que essa situação se agrave mais ainda e convoco a todos para juntos com a ciência, a tecnologia e o conhecimento empírico buscarmos a solução de forma a garantir a vida no planeta.

Muito obrigado!



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 2221/2023



PARECER Nº 19, DE 2024-PLEN/SF

De PLENÁRIO, em substituição às COMISSÕES, sobre o Projeto de Lei nº 2.221, de 2023, da Deputada Iza Arruda, que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre o atendimento de mulheres vítimas de violência em ambiente privativo e individualizado nos serviços de saúde prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde.*

Relatora: Senadora **JUSSARA LIMA**

I – RELATÓRIO

Em exame pelo Plenário, em substituição às Comissões, o Projeto de Lei nº 2.221, de 2023, de autoria da Deputada Iza Arruda, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre o atendimento de mulheres, vítimas de violência, em ambiente privativo e individualizado nos serviços de saúde prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para tanto, propõe acrescentar parágrafo único ao art. 7º da Lei Orgânica de Saúde prevendo que as mulheres vítimas de qualquer tipo de violência têm o direito de serem acolhidas e atendidas nos serviços de saúde prestados no âmbito do SUS, em rede própria ou conveniada, em local e ambiente que garantam sua privacidade e a restrição de acesso de terceiros não autorizados pela paciente, em especial, do agressor.

Ao final, o PL estabelece vigência imediata para a lei resultante da proposição.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6105286404>



A matéria foi objeto do Requerimento nº 173, de 2024, de Líderes, solicitando urgência, nos termos dos arts. 336, II, e 338, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 253 do RISF, projetos não terminativos em comissões devem ser por elas analisados antes de sua apreciação pelo Plenário da Casa. Contudo, no regime de tramitação urgente, esse rito é abreviado, cabendo ao relator de Plenário produzir o parecer, em substituição à Comissão temática, nos termos do art. 337 combinado com o art. 346 do RISF. Por essa razão, é regimental o exame, pelo Plenário, do PL nº 2.221, de 2023.

Preliminarmente, destaco que a proposição atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar.

Nos termos do art. 23, inciso X, e do art. 24, inciso XII, da Constituição Federal, combater as causas e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos, e legislar sobre a proteção e defesa da saúde, se inserem no âmbito da competência da União.

Considerando ser competência do Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, conforme teor do art. 48 da Constituição Federal, entendemos que não há óbices formais para que o Congresso Nacional, com ulterior sanção presidencial, disponha sobre a matéria.

No que diz respeito à constitucionalidade material, a proposição também está em harmonia com as disposições da Lei Maior, se inscrevendo entre as medidas adotadas pelo Estado brasileiro destinadas à defesa e promoção dos direitos da mulher.

O PL nº 2.221, de 2023, atende, também, ao requisito de juridicidade, por ser dotado de abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade, bem como por inovar o ordenamento jurídico. Também atende ao requisito de técnica legislativa, pois está de acordo com as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração,



nf2024-02362

Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6105286404>



redação, alteração e consolidação das leis, em cumprimento ao art. 59 da Constituição Federal.

No mérito, a matéria é relevante e digna de acolhida, pois promove o aperfeiçoamento de nossa legislação no que se refere à proteção da mulher vítima de violência.

Nos termos do inciso XIV do art. 7º da Lei Orgânica de Saúde, é princípio que rege as ações e os serviços de saúde que integram o SUS, sejam eles públicos, privados ou conveniados, a organização de atendimento específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.

Para fins de melhor atendimento a esse princípio, a proposição prevê a necessidade de o atendimento ocorrer em local e ambiente que garantam a privacidade da vítima e que, também, restrinjam o acesso de terceiros por ela não autorizados – em especial, do agressor. Dessa forma, o PL promove os direitos das mulheres vítimas de violência, estabelecendo relevantes critérios para o seu adequado acolhimento e atendimento, em prol de sua proteção e da promoção da sua dignidade.

Trata-se de procedimento salutar a ser adotado em momento especialmente sensível da vida de mulheres que, após terem sofrido violência, se encontram bastante vulneráveis e submetidas a intenso estresse físico e mental, além de marcadas por sentimentos diversos, inclusive contraditórios, como tristeza, vergonha, negação e culpa.

Os serviços que realizam o atendimento das mulheres vítimas de violência atuam, de modo geral, imediatamente após a ocorrência da agressão, sendo comumente responsáveis pelo primeiro acolhimento da vítima pós-violência. São, portanto, serviços essenciais não somente para a contenção de danos e recuperação física da vítima, mas também para evitar a sua revitimização.

A presença de terceiros não autorizados, nesse momento de intenso abalo e sensibilidade, incluindo a eventual possibilidade de acesso do agressor, certamente representam novas formas de agressão contra a mulher vítima de violência e, nesse caso, viabilizadas justamente por serviços que deveriam atuar na sua proteção e na promoção de seus direitos. Por isso, o atendimento em ambiente e local reservados do público, na forma proposta pelo PL, é medida indispensável para garantir a privacidade da mulher vítima de



nf2024-02362

Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6105286404>



violência e a sua devida proteção, evitando novos constrangimentos e riscos a sua integridade física e psicológica.

O procedimento proposto pela proposição é relativamente simples de ser adotado. Envolve o uso adequado das instalações e equipamentos já existentes, não pressupondo investimentos estruturais maiores, mas apenas a organização dos serviços de atendimento em prol da privacidade e da garantia de atenção individualizada à mulher vítima de violência.

No entanto, é mudança de paradigma que representará grande impacto na melhoria da qualidade da atenção prestada às mulheres no seu atendimento pós-agressão no âmbito do SUS.

III – VOTO

Diante do exposto e do caráter meritório da proposição, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.221, de 2023.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relatora



nf2024-02362

Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6105286404>



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Indicação





SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO Nº 16, DE 2024

Sugere aos Poderes Executivos estaduais e distrital, às Secretarias de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal e à Receita Federal do Brasil providências para pleno reconhecimento da visão monocular como deficiência sensorial para todos os efeitos legais, nos termos da Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do INS 16/2024 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

INDICAÇÃO Nº , DE 2024

Sugere aos Poderes Executivos estaduais e distrital, às Secretarias de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal e à Receita Federal do Brasil providências para pleno reconhecimento da visão monocular como deficiência sensorial para todos os efeitos legais, nos termos da Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021.

Sugerimos aos Poderes Executivos estaduais e distrital, às Secretarias de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal e à Receita Federal do Brasil a adoção de medidas para pleno reconhecimento da visão monocular como deficiência sensorial para todos os efeitos legais (inclusive tributários), nos termos da Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021, originada de projeto de lei de minha autoria, classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual, para todos os efeitos legais, com previsão de aplicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. A regulamentação foi realizada por meio do Decreto nº 10.654, de 22 de março de 2021.

Uma das motivações do projeto foi a sensibilização com os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência visual do tipo visão monocular, como redução significativa do campo visual, falta de nitidez na visão, sensação limitada de espaço, dificuldade de locomoção em determinados terrenos e comprometimento das atividades do dia-a-dia.

Apesar da vigência da Lei e do decreto regulamentador, tenho recebido diversas manifestações que relatam a objeção das autoridades

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-2205 – Sen.Rogeriocarvalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5323700668>

Avulso do INS 16/2024 [2 de 3]



governamentais no reconhecimento da visão monocular como deficiência e na consequente implementação de direitos previstos legalmente, como o tratamento diferenciado na aquisição de veículos (notadamente isenções de IPI e ICMS), atendimento preferencial em repartições públicas, acesso às vagas de estacionamento destinadas a deficientes, isenção do imposto sobre a renda incidente sobre proventos de aposentadoria, bem como a aposentadoria diferenciada, além de outros direitos.

Sabe-se que a visão monocular é uma condição de saúde irreversível, que impõe inúmeras restrições às pessoas que a possuem. Assim sendo, solicito gentilmente que sejam envidados os esforços necessários a fim de viabilizar às pessoas com visão monocular o efetivo exercício de seus direitos e, assim, contribuir com a melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5323700668>

Avulso do INS 16/2024 [3 de 3]



Apresentada a Indicação nº 16, de 2024, do Senador Rogério Carvalho, *que sugere aos Poderes Executivos estaduais e distrital, às Secretarias de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal e à Receita Federal do Brasil providências para pleno reconhecimento da visão monocular como deficiência sensorial para todos os efeitos legais, nos termos da Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021.*

A indicação será encaminhada nos termos regimentais.



Parecer aprovado em Comissão





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 5, DE 2024

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei nº 5814, de 2023, do Senador Jorge Seif, que Institui a Rota Turística do Enxaimel, no Estado de Santa Catarina.

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro

RELATOR: Senadora Ivete da Silveira

19 de março de 2024



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1240807451>





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 5.814, de 2023, do Senador Jorge Seif, que *institui a Rota Turística do Enxaimel, no Estado de Santa Catarina*.

Relatora: Senadora **IVETE DA SILVEIRA**

I – RELATÓRIO

Submete-se à deliberação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em caráter exclusivo e terminativo, o Projeto de Lei (PL) nº 5.814, de 2023, do Senador Jorge Seif, que *institui a Rota Turística do Enxaimel, no Estado de Santa Catarina*.

A proposição está organizada em quatro artigos. O primeiro, tal como consignado na ementa, institui a homenagem a que se propõe. O segundo artigo elenca os objetivos do roteiro, ao passo que o terceiro aponta que a rota turística receberá o apoio dos programas oficiais voltados para o fortalecimento do turismo. O art. 4º estabelece, por fim, a vigência da lei, prevista para a data de sua publicação.

Na justificação, o autor ressalta que objetiva, com a proposição, *fomentar o turismo, promover o crescimento econômico e valorizar os bens naturais e culturais da região*.

A proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída para análise exclusiva e terminativa da CDR.



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1240807451>



II – ANÁLISE

Nos termos do disposto no inciso VI do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a este colegiado manifestar-se a respeito de proposições que tratem, entre outros temas, de assuntos referentes ao turismo, tema afeto ao projeto de lei em análise.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido no inciso I dos arts. 49 e 91, foi confiada à CDR a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, IX, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Do ponto de vista material, o projeto está em harmonia com os preceitos da Carta Magna, particularmente com o disposto no art. 180, que estabelece o dever de União, Estados, Distrito Federal e Municípios de promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Assim, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa. Não se observam, na proposição, falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1240807451>



No que concerne ao mérito da proposição, parece-nos plenamente justificada a instituição da Rota Turística do Enxaimel, no Município de Pomerode, em Santa Catarina.

A paisagem de Pomerode é o retrato vivo da cultura dos imigrantes europeus que se estabeleceram em Santa Catarina a partir do século XIX. Dentre tantas, destaca-se a cultura alemã, materializada, no caso da arquitetura, na utilização das estruturas de enxaimel. Tendo como pano de fundo a natureza brasileira, elas são o traço distintivo da paisagem cultural da imigração no estado catarinense.

Desde sua fundação, Pomerode preserva os traços culturais herdados dos colonizadores vindos, em sua maioria, da Pomerânia, região situada no norte da Alemanha. Ao caminhar pelas ruas da cidade ainda é comum ouvir o alemão e o pomerano – na verdade, há mais falantes da língua pomerana em Santa Catarina do que na própria Europa.

Conhecida como a cidade mais alemã do Brasil, Pomerode abriga o maior conjunto de edificações com estrutura de enxaimel fora da Europa: a cidade possui 11 imóveis tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além do Conjunto Rural de Testo Alto, bem como outras 221 edificações protegidas nas esferas municipal e estadual.

O município também recebeu da Organização das Nações Unidas o selo Melhores Vilas Turísticas do mundo, que reconhece zonas rurais onde o turismo gera oportunidades de maneira sustentável, preservando tanto o meio ambiente quanto as tradições locais.

A Rota Turística do Enxaimel, a seu turno, é um percurso de aproximadamente 16 quilômetros ao longo do qual cerca de 50 casas com estrutura de enxaimel compõem o cenário chancelado pelo Iphan como Paisagem Cultural Brasileira.

Trazido ao Brasil pelos imigrantes alemães, o enxaimel é uma técnica construtiva utilizada principalmente em regiões do Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sem pregos nem parafusos, peças de madeira são encaixadas de modo a formar uma estrutura autônoma de madeira, posteriormente preenchida com materiais de vedação como adobe, taipa, tijolo, pedra ou mesmo madeira, formando painéis. Na região, a madeira da estrutura é normalmente deixada exposta e não rebocada, para contrastar com a vedação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1240807451>



5
4

SF/24866.42789-53

No Brasil, a técnica sofreu simplificações e adaptações que conferem características singulares à arquitetura local.

Ademais, o reconhecimento desse roteiro propiciará um melhor aproveitamento do conjunto preservado, tanto em relação ao fortalecimento da cultura regional quanto ao desenvolvimento da prática do turismo na cidade. Por tais razões, consideramos pertinente e meritória a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis à instituição da Rota Turística do Enxaimel, no município de Pomerode, em Santa Catarina.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 5.814, de 2023.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1240807451>





6

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

3ª, Extraordinária

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, PDT, MDB, PSDB)	
TITULARES	SUPLENTE
DAVI ALCOLUMBRE	1. FERNANDO FARIAS
EFRAIM FILHO	2. RODRIGO CUNHA PRESENTE
EDUARDO BRAGA	3. IVETE DA SILVEIRA PRESENTE
MARCELO CASTRO PRESENTE	4. PROFESSORA DORINHA SEABRA
ZEQUINHA MARINHO PRESENTE	5. ALAN RICK PRESENTE
CID GOMES	6. IZALCI LUCAS PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
IRAJÁ	1. OMAR AZIZ
SÉRGIO PETECÃO	2. ZENAIDE MAIA PRESENTE
ANGELO CORONEL	3. MARGARETH BUZETTI PRESENTE
BETO FARO PRESENTE	4. AUGUSTA BRITO
PAULO PAIM PRESENTE	5. TERESA LEITÃO PRESENTE
JAQUES WAGNER	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTE
FLÁVIO BOLSONARO	1. ASTRONAUTA MARCOS PONTES
ROGERIO MARINHO PRESENTE	2. EDUARDO GIRÃO
JORGE SEIF PRESENTE	3. WILDER MORAIS

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA	1. DR. HIRAN
MECIAS DE JESUS PRESENTE	2. HAMILTON MOURÃO PRESENTE



124.11.10.47
Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1240807451>



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 5814/2023, nos termos do relatório apresentado.

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)				SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)			
DAVI ALCOLUMBRE				1. FERNANDO FARIAS			
EFRAIM FILHO				2. RODRIGO CUNHA			
EDUARDO BRAGA				3. IVETE DA SILVEIRA	X		
MARCELO CASTRO				4. PROFESSORA DORINHA SEABRA			
ZEQUINHA MARINHO	X			5. ALAN RICK			
CID GOMES				6. IZALCI LUCAS			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PSB, PSD)				SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PSB, PSD)			
IRAJÁ				1. OMAR AZIZ			
SERGIO PETECÃO				2. ZENAIDE MAIA			
ANGELO CORONEL				3. MARGARETH BUZETTI			
BETO FARO	X			4. AUGUSTA BRITO			
PAULO PAIM	X			5. TERESA LEITÃO			
JAQUES WAGNER				6. RANDOLFE RODRIGUES			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)				SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
FLAVIO BOLSONARO				1. ASTRONAUTA MARCOS PONTES			
ROGERIO MARINHO	X			2. EDUARDO GIRÃO			
JORGE SEIF	X			3. WILDER MORAIS			
TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)				SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
LAÉRCIO OLIVEIRA				1. DR. HIRAN			
MECIAS DE JESUS	X			2. HAMILTON MOURÃO	X		

Quórum: TOTAL 9
Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 19/03/2024
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Marcelo Castro
Presidente



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro
MISSUES - 19/03/2024 11:29:03
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1240807451>



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 5814/2023)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, A MATÉRIA É APROVADA EM
DECISÃO TERMINATIVA.

19 de março de 2024

Senador MARCELO CASTRO

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e
Turismo



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcelo Castro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1240807451>



PROJETO DE LEI Nº 5.814, DE 2023

Institui a Rota Turística do Enxaimel, no Estado de Santa Catarina.

Recebido o Ofício nº 27, de 2024, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 1º/4/2024 a 5/4/2024.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

OFÍCIO Nº 0027/2024-CDR

Brasília, 26 de março de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: Aprovação de Projeto de Lei Terminativo - PL 5814, de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Extraordinária, realizada no dia 19/03/2024, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR aprovou o Projeto de Lei nº 5814, de 2023 em decisão terminativa, nos termos do art. 91, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal.

Respeitosamente,

Senador Marcelo Castro
Presidente



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 965, DE 2024

Altera a lei 9.718 de 27 de novembro de 1998 para reduzir a zero a contribuição PIS/Pasep e Confins sobre etanol.

AUTORIA: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 965/2024 [1 de 6]





SENADO FEDERAL

GABINETE DO SENADOR CLEITINHO

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a lei 9.718 de 27 de novembro de 1998 para reduzir a zero a contribuição PIS/Pasep e Confins sobre etanol.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei 9.718 de 27 de novembro de 1998, passa a vigorar com o seguinte texto:

“Art. 5º Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta auferida na venda de álcool, inclusive para fins carburantes.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 dias após sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil é vanguarda de matriz energética limpa desde o século passado. Um dos países de menor emissão de carbono por Kwh na geração de eletricidade é também líder no desenvolvimento de alternativa verde para os motores a combustão interna.

Com o desenvolvimento do programa Proálcool na década de 1970 surgiram os motores alimentados exclusivamente à etanol. Com o avanço da tecnologia questões como a dificuldade da partida à frio foram solucionadas.



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 – Brasília/DF.
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7488761316>

Avulso do PL 965/2024 [2 de 6]





SENADO FEDERAL

GABINETE DO SENADOR CLEITINHO

SF/24491.02817-60

Para vencer o receio de escassez do biocombustível as montadoras apostaram em veículos multicomcombustíveis, assim os motores funcionam com qualquer combinação entre gasolina pura e etanol puro. Este resultado aconteceu à revelia da máxima eficiência obtida nos motores especializados em cada combustível.

Com o aumento da preocupação da pegada de carbono do transporte voltamos ao debate de qual o motor com menor emissão de poluentes. Neste contexto são desenvolvidos os veículos exclusivamente à eletricidade e os veículos híbridos. Estes usam dois motores, à combustão e elétrico, com ação coordenada, com partidas e desligamentos automáticos, reduzindo o consumo do combustível fóssil e consequentemente a emissão de carbono. Aqueles ao utilizar apenas motor elétrico geram 0 emissão de gases diretamente do escapamento de forma que o impacto ambiental depende da fonte primária da rede elétrica.

Há que se avaliar também o impacto na produção do veículo. Um dos grandes problemas ainda não resolvidos pela tecnologia atual é a construção de baterias leves, baratas e com baixo custo ambiental na sua produção.

Outro ponto importante na escolha de qual o modelo a ser apoiado é a necessidade de implantação ou adaptação de infraestrutura para cada uma das escolhas. Notemos que o país já conta com infraestrutura bem desenvolvida para a alimentação de veículos de combustão interna enquanto as infraestruturas de geração, transmissão e distribuição elétrica operam no limite.

Com este contexto de incapacidade de ampliação substancial da participação dos veículos elétricos na frota brasileira advogamos voltar os olhos aos biocombustíveis nacionais. Há duas abordagens possíveis para redução das emissões de poluentes: 1) proibição de venda de combustíveis fósseis puros e vendas apenas de combustíveis misturados; 2) venda dos combustíveis puros com introdução de incentivos econômicos através da diferenciação na carga tributária em função da pegada de carbono de cada opção. Nesta segunda opção o consumidor toma a decisão mais conveniente para seu caso específico.

A opção 1 escolhida pelo governo é danosa ao interesse público. Explico. Há muitos veículos em circulação que não estão adaptados às misturas propostas pelo governo. Existem muitos carros que não são bicombustíveis e



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 – Brasília/DF.
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7488761316>

Avulso do PL 965/2024 [3 de 6]





SENADO FEDERAL

GABINETE DO SENADOR CLEITINHO

SF/24491.02817-60

correm o risco de problemas e custos exagerados de manutenção. Nos veículos à diesel o problema é ainda maior pois a experiência de uso de biodiesel é bastante recente. Esta opção pesará muito sobre os donos de veículos velhos e não adaptados. Os pobres pagarão a conta.

Este Projeto de Lei está alinhado com a 2ª opção pois reduz a 0 os impostos na cadeia de etanol tornando-o a escolha dos consumidores que tem carros projetados para a queima do álcool por ser opção mais barata.

Os testes produzidos pela Stellantis, fabricante de FIAT, PEUGEOT e CITROEN mostram que a escolha mais econômica ao consumidor é menos poluente emitindo 57% menos carbono na atmosfera que o motor utilizando a gasolina C brasileira composta de 73% de gasolina e de 27% de etanol:

Gasolina (E27): 60,64 kg CO₂eq

100% elétrico (BEV) com energia europeia: 30,41 kg CO₂eq

Etanol (E100): 25,79 kg CO₂eq

100% elétrico (BEV) com energia brasileira: 21,45 kg CO₂eq

Assim propomos que ainda que possamos caminhar em direção à eletrificação o primeiro passo é uma frota que consuma menos gasolina e mais etanol. Ao reduzir a zero a contribuição PIS/Pasep e Cofins contribuimos para garantir a competitividade do biocombustível e assim diminuir a pegada de carbono da frota brasileira.

Esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação desta matéria, com as correções e melhorias que forem julgadas cabíveis.

Sala das Sessões,



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 – Brasília/DF.
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7488761316>

Avulso do PL 965/2024 [4 de 6]





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR CLEITINHO

Senador CLEITINHO
REPUBLICANOS - MG

SF/24491.02817-60



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 – Brasília/DF.
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7488761316>

Avulso do PL 965/2024 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.718, de 27 de Novembro de 1998 - Legislação Tributária Federal - 9718/98

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9718>

- art5

Avulso do PL 965/2024 [6 de 6]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 966, DE 2024

Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI para definir alíquota zero para os veículos movidos exclusivamente a etanol.

AUTORIA: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 966/2024 [1 de 6]





SENADO FEDERAL

GABINETE DO SENADOR CLEITINHO

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI para definir alíquota zero para os veículos movidos exclusivamente à etanol.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passa a vigorar acrescido do inciso III:

“**Art. 11**.....

III – à alíquota zero, para automóveis de passageiros com motor de pistão de ignição por centelha movidos exclusivamente à etanol, combinado ou não a motor elétrico.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 dias após sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil é vanguarda de matriz energética limpa desde o século passado. Um dos países de menor emissão de carbono por Kwh na geração de eletricidade é também líder no desenvolvimento de alternativa verde para os motores a combustão interna.

Com o desenvolvimento do programa Proálcool na década de 1970 surgiram os motores alimentados exclusivamente à etanol. Com o avanço da tecnologia questões como a dificuldade da partida à frio foram solucionadas.



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 – Brasília/DF.
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9200734987>

Avulso do PL 966/2024 [2 de 6]





SENADO FEDERAL

GABINETE DO SENADOR CLEITINHO

Para vencer o receio de escassez do biocombustível as montadoras apostaram em veículos multicomcombustíveis, assim os motores funcionam com qualquer combinação entre gasolina pura e etanol puro. Este resultado aconteceu à revelia da máxima eficiência obtida nos motores especializados em cada combustível.

Com o aumento da preocupação da pegada de carbono do transporte voltamos ao debate de qual o motor com menor emissão de poluentes. Neste contexto são desenvolvidos os veículos exclusivamente à eletricidade e os veículos híbridos. Estes usam dois motores, à combustão e elétrico, com ação coordenada, com partidas e desligamentos automáticos, reduzindo o consumo do combustível fóssil e consequentemente a emissão de carbono. Aqueles ao utilizar apenas motor elétrico geram 0 emissão de gases diretamente do escapamento de forma que o impacto ambiental depende da fonte primária da rede elétrica.

Há que se avaliar também o impacto na produção do veículo. Um dos grandes problemas ainda não resolvidos pela tecnologia atual é a construção de baterias leves, baratas e com baixo custo ambiental na sua produção.

Outro ponto importante na escolha de qual o modelo a ser apoiado é a necessidade de implantação ou adaptação de infraestrutura para cada uma das escolhas. Notemos que o país já conta com infraestrutura bem desenvolvida para a alimentação de veículos de combustão interna enquanto as infraestruturas de geração, transmissão e distribuição elétrica operam no limite.

Com este contexto de incapacidade de ampliação substancial da participação dos veículos elétricos na frota brasileira advogamos voltar os olhos aos biocombustíveis nacionais.

Os testes produzidos pela Stellantis, fabricante de FIAT, PEUGEOT e CITROEN mostram que o veículo movido a etanol emite 57% menos carbono na atmosfera que o motor utilizando a gasolina C brasileira composta de 73% de gasolina e de 27% de etanol e tem impacto ambiental compatível com o carro elétrico:

Gasolina (E27): 60,64 kg CO₂eq



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 – Brasília/DF.
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9200734987>

Avulso do PL 966/2024 [3 de 6]





SENADO FEDERAL

GABINETE DO SENADOR CLEITINHO

100% elétrico (BEV) com energia europeia: 30,41 kg CO₂eq

Etanol (E100): 25,79 kg CO₂eq

100% elétrico (BEV) com energia brasileira: 21,45 kg CO₂eq

Estes dados nos mostram que nosso país com sua grande produção de etanol de cana de açúcar e de milho e sua infraestrutura pronta para a distribuição do combustível do produtor até o consumidor pode ser o líder mundial em menor poluição por quilômetro rodado. Para isto basta incentivar os consumidores a escolherem a opção mais “verde”.

O carro flex foi muito importante para os primeiros passos na descarbonização entretanto entendemos que o incentivo a veículos exclusivamente a etanol pode ser o passo necessário e economicamente viável para que a participação da gasolina na matriz energética caia.

Este Projeto de Lei propõe que os veículos movidos exclusivamente a etanol tenham imposto sobre produtos industrializados reduzidos a 0% o que tornará mais barato e menos poluente.

Assim propomos que ainda que possamos caminhar em direção à eletrificação o primeiro passo é uma frota que consuma menos gasolina e mais etanol. Ao reduzir a zero o IPI contribuimos para garantir a competitividade do biocombustível e assim diminuir a pegada de carbono da frota brasileira.

Esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação desta matéria, com as correções e melhorias que forem julgadas cabíveis.

Sala das Sessões,



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 – Brasília/DF.
Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9200734987>

Avulso do PL 966/2024 [4 de 6]





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR CLEITINHO

Senador CLEITINHO
REPUBLICANOS - MG

SF/24238.95049-08



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II – Ala Teotônio Vilela – Gabinete 17 – 70.165-900 – Brasília/DF.

Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9200734987>

Avulso do PL 966/2024 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 7.798, de 10 de Julho de 1989 - LEI-7798-1989-07-10 - 7798/89

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1989;7798>

- art11

Avulso do PL 966/2024 [6 de 6]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 967, DE 2024

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir conteúdos relativos ao desenvolvimento humano da fecundação ao nascimento, como temas transversais, nos currículos da educação básica.

AUTORIA: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 967/2024 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

SF/24472.54485-08

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir conteúdos relativos ao desenvolvimento humano da fecundação ao nascimento, como temas transversais, nos currículos da educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 9º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 26.**

§ 9º Conteúdos relativos ao desenvolvimento humano da fecundação ao nascimento, aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o *caput* deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino. (NR)

”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Infelizmente, o aborto é um fenômeno que vem sendo banalizado no Brasil. Segundo dados da Pesquisa Nacional do Aborto, uma em cada sete mulheres brasileiras de até 40 anos já fez um aborto ou mais. E o pior: mais da metade dessas mulheres tinham até 19 anos quando o fizeram pela primeira

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2393346166>

Avulso do PL 967/2024 [2 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Marcos do Val

vez. Isso significa que a interrupção da gravidez tem impacto direto sobre as mulheres jovens, podendo deixar marcas psicológicas que as acompanharão pela vida toda. É preciso lembrar também dos impactos físicos causados pelo aborto, visto que ainda é importante causa de internações e óbitos entre as mulheres. Ademais, para além dos impactos junto às mulheres, o aborto confronta diretamente o mais fundamental dos direitos humanos, o direito à vida, cuja inviolabilidade foi consagrada no art. 5º da Constituição Federal.

É para enfrentar essa triste realidade que apresentamos o presente projeto de lei. Pretendemos inserir, no dispositivo que trata da inclusão das temáticas de direitos humanos como temas transversais nos currículos das escolas brasileiras, conteúdos relacionados ao desenvolvimento humano da fecundação ao nascimento. Trata-se de medida destinada a informar e sensibilizar crianças e adolescentes sobre o valor da vida, desde a concepção, de modo a contribuir para diminuir os aterradores índices de ocorrência de abortos no País.

Não se trata de defender a inclusão de disciplina específica, que poderia onerar os sistemas de ensino, mas tão somente de prever um espaço curricular para essa temática. Para abordá-la nas escolas, já existem materiais de excelente qualidade, em diferentes mídias e formatos, adaptados a diferentes faixas etárias, que poderiam ser mobilizados para apoiar os professores em palestras e eventos voltados à conscientização dos alunos sobre o inestimável valor da vida humana, desde o momento intrauterino.

Estamos certos de que contaremos com o apoio das nobres Senadoras e Senadores na aprovação desta matéria, cuja relevância para a sociedade brasileira é indiscutível.

Sala das Sessões,

Senador MARCOS DO VAL

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6747 – sen.marcosdoval@senado.leg.br



tb2024-01532
Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2393346166>

Avulso do PL 967/2024 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art5

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro - 9394/96

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>

- art26_par9





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 982, DE 2024

Institui o Auxílio Desastre Rural para atendimento a agricultores familiares que tenham suas plantações severamente prejudicadas por desastres nos Municípios com reconhecimento de estado de calamidade pública ou situação de emergência pelo governo federal, e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 982/2024 [1 de 7]





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Alan Rick

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Institui o Auxílio Desastre Rural para atendimento a agricultores familiares que tenham suas plantações severamente prejudicadas por desastres nos Municípios com reconhecimento de estado de calamidade pública ou situação de emergência pelo governo federal, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Auxílio Desastre Rural, para atendimento a agricultores familiares que tenham suas plantações severamente prejudicadas por desastres nos Municípios com reconhecimento de estado de calamidade pública ou situação de emergência pelo Governo Federal.

Art. 2º O auxílio de que trata o art. 1º será custeado com recursos do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, estabelecido na Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

Parágrafo único. O Auxílio Desastre Rural será concedido de forma cumulativa com os demais benefícios sociais definidos na política de Assistência Social, inclusive aqueles de caráter eventual estabelecidos por municípios e pelo Distrito Federal em função da ocorrência de desastre.

Art. 3º O pagamento do Auxílio Desastre Rural fica condicionado à disponibilidade orçamentária e à existência de regulamentação da União contendo, no mínimo:

I – os critérios para enquadramento dos beneficiários;

II – os órgãos responsáveis pelo cadastramento dos beneficiários;



Assinado eletronicamente por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1887181900>

Avulso do PL 982/2024 [2 de 7]





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Alan Rick

III – o valor e o tempo de duração do benefício;

IV – as exigências a serem cumpridas pelos beneficiários; e

V – as formas de controle social.

Art. 4º O art. 8º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“**Art. 8º**

IV - O pagamento do Auxílio Desastre Rural aos pequenos produtores rurais da agricultura familiar que tenham suas plantações severamente prejudicadas por desastre.” (NR)

Art. 5º A Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º**

XI - recuperação: conjunto de ações de caráter definitivo tomadas após a ocorrência de acidente ou desastre, destinado a restaurar os ecossistemas, a restabelecer o cenário destruído e as condições de vida da comunidade afetada, a impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, a recuperar as áreas degradadas e a evitar a reprodução das condições de vulnerabilidade, incluídas a reconstrução de unidades habitacionais e da infraestrutura pública, a recuperação dos solos e dos investimentos produtivos realizados em propriedades de agricultura familiar nos termos da Lei nº 11.326, de 2006, e a recuperação dos serviços e das atividades econômicas, entre outras ações definidas pelos órgãos do Sinpdec;

.....” (NR)

“**Art. 15-A** Fica a União autorizada a criar condições especiais de financiamento para os agricultores familiares dos Municípios declarados em estado de calamidade pública ou situação de emergência, visando assegurar a recuperação de sua capacidade produtiva.” (NR)



Assinado eletronicamente por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1887181900>

Avulso do PL 982/2024 [3 de 7]





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Alan Rick

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



Assinado eletronicamente por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1887181900>

Avulso do PL 982/2024 [4 de 7]



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Alan Rick

JUSTIFICAÇÃO

A produção agrícola é altamente dependente do clima e, por conta disso, é bastante afetada por fenômenos naturais extremos, como inundações que podem resultar em perdas de colheitas. Há muitas décadas, a população brasileira sofre com desastres decorrentes de fortes chuvas, por exemplo. Com as mudanças climáticas globais, essas ocorrências têm se tornado cada vez mais frequentes e o Brasil passou a vivenciar tragédias como a enchente ocorrida no Acre em fevereiro deste ano, que levou o governo a decretar situação de emergência em 17 municípios do Estado.

Além de deixar um grande número de pessoas desalojadas e desabrigadas, as enchentes levaram à perda de plantações e roçados, aumentando a insegurança alimentar da população, inclusive de povos indígenas.

Os eventos climáticos extremos ocorrem de muitas formas, como enchentes, secas prolongadas e ondas de calor. Evitar a ocorrência desses fenômenos pode ser difícil, mas a legislação brasileira já prevê estratégias para reduzir seus impactos por meio do planejamento adequado e de uma preparação eficaz.

Após a ocorrência do desastre, o socorro do Governo Federal também tem chegado, ainda que forma insuficiente, na forma de recursos para assistência humanitária à população afetada e também para reconstrução de moradias, comércios, estradas e redes de infraestrutura. No entanto, no que diz respeito às medidas para recuperar os prejuízos causados à agricultura, ainda persiste uma grande lacuna.

Para preencher essa carência propomos a criação de um auxílio temporário: o Auxílio Desastre Rural, a ser concedido para os pequenos produtores rurais da agricultura familiar que tenham suas plantações destruídas ou severamente afetadas por calamidades. O auxílio é uma renda temporária destinada a apoiar a subsistência das famílias dos agricultores até que as culturas possam ser reestabelecidas.



Assinado eletronicamente por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1887181900>

Avulso do PL 982/2024 [5 de 7]





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Alan Rick

Isso é de extrema importância porque as enchentes e deslizamentos não apenas destroem o produto da agricultura familiar, mas também prejudicam toda a camada do solo que já estava preparada, fertilizada e semeada para colheitas futuras. A recuperação do solo e das culturas, portanto, não é imediata e envolve investimentos pelo agricultor, como a aquisição de novos insumos: fertilizantes, sementes e outros.

Assim, propomos caracterizar a recuperação da atividade rural como medida de recuperação no âmbito da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, objeto da Lei nº 12.608, de 2012, e incluir o pagamento do Auxílio Desastre Rural entre as ações a serem custeadas pelo Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (FUNCAP), já previsto na Lei nº 12.340, de 2010, como a principal fonte de recursos para socorrer a população, inclusive os agricultores familiares, pelas perdas sofridas em decorrência de desastres reconhecidos pelas autoridades locais e federal.

Para evitar que a concessão do auxílio federal prejudique o acesso a benefícios da assistência social, tivemos o cuidado de inserir no projeto a permissão expressa para a concessão cumulativa do Auxílio Desastre Rural com outros benefícios sociais.

Tal medida, adotada em caráter emergencial, ajudará na recomposição da renda das famílias do meio rural e contribuirá para a segurança alimentar do município atingido, razão pela qual solicitamos o apoio dos caros colegas Senadores e Senadoras à proposição apresentada.

Sala das Sessões,

Senador ALAN RICK



Assinado eletronicamente por Sen. Alan Rick

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1887181900>

Avulso do PL 982/2024 [6 de 7]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar - 11326/06
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11326>
- Lei nº 12.340, de 1º de Dezembro de 2010 - LEI-12340-2010-12-01 - 12340/10
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2010;12340>
- art8
- Lei nº 12.608, de 10 de Abril de 2012 - LEI-12608-2012-04-10 - 12608/12
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12608>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 994, DE 2024

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir, como uma das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, o afastamento do cargo público ou da função pública, com prejuízo da remuneração.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 994/2024 [1 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/24793.88532-69

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir, como uma das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, o afastamento do cargo público ou da função pública, com prejuízo da remuneração.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 22 da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 22

VIII – em casos excepcionais, afastamento do cargo ou da função pública, com prejuízo da remuneração, ainda que durante o processo, caso o agressor seja agente público” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Maria da Penha trouxe diversos avanços no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres brasileiras. Devemos, contudo, ampliar e aprofundar a proteção às mulheres das covardes agressões sofridas, normalmente perpetradas por seus próprios companheiros.

As medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, previstas no art. 22 da Lei Maria da Penha, devem ser cada vez mais aprimoradas, devendo de um lado proteger a mulher, e de outro lado punir o agressor, sempre levando em conta o caso concreto.

Quando o agressor é agente público, ocupante de cargo ou de função públicas, a conduta pode ser considerada ainda mais grave, pois macula toda a



Assinado eletronicamente por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/661462698>

Avulso do PL 994/2024 [2 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

respeitabilidade da Administração Pública. Com efeito, ainda que se reconheça o princípio da presunção de inocência, previsto constitucionalmente como cláusula pétrea, nenhum direito deve ser visto absolutamente, sem compatibilidade com os demais.

Desse modo, mostra-se razoável, proporcional e adequada a previsão de afastamento do cargo ou da função pública quando o agressor for agente público, ainda que durante o processo. A nova previsão busca corrigir uma distorção grave no sistema, considerando que hoje somente é possível afastar o agente sem prejuízo de sua remuneração. Na prática, portanto, o que ocorre hoje é que o agente público agressor é beneficiado por sua prática criminosa.

Não podemos aceitar a violência doméstica e familiar contra as mulheres, e menos ainda que os agressores sejam beneficiados por sua conduta, sob pena de se violar um dos principais brocardos do Direito: de que ninguém pode se beneficiar por sua própria torpeza.

Por isso, para ampliar a proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, ao mesmo tempo que se pune o agressor, solicitamos o apoio dos nobres Senadores e principalmente das nobres Senadoras para que este projeto seja aprovado.

Senador Nelsinho Trad
(PSD/MS)



Assinado eletronicamente por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/661462698>

Avulso do PL 994/2024 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>

- art22

Avulso do PL 994/2024 [4 de 4]



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 205, DE 2024

Requer voto de pesar pelas vítimas fatais das chuvas intensas no Sul do Estado do Espírito Santo.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 205/2024 [1 de 3]



RQS
00205/2024SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

SF/24850.72150-09 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar às 20 vítimas, das chuvas intensas no Sul do Estado do Espírito Santo.

JUSTIFICAÇÃO

Como Senador da República, representante do Estado do Espírito Santo, registro meu Voto de Pesar e Solidariedade às famílias das 20 vítimas fatais das chuvas intensas nos municípios de Apiacá e Mimoso do Sul.

No Sul do Espírito Santo, os municípios mais atingidos foram Vargem Alta, Mimoso do Sul, Bom Jesus do Norte, Apiacá e Muniz Freire. Até o momento, as chuvas deixaram um rastro de destruição que resultaram, segundo estimativas, também, em 7 pessoas desaparecidas e um total de mais de 7.290 desalojadas, que foram acolhidas por familiares e amigos, e 408 desabrigadas, que perderam suas casas, e foram encaminhadas a abrigos públicos estadual.

[1]

Meu apoio total a todos que foram prejudicados com os temporais. Não vamos medir esforços para ajudar a população e recuperar as cidades.

Nosso mandato está a serviço da população capixaba.

Avulso do RQS 205/2024 [2 de 3]



[1] <https://www.poder360.com.br/brasil/sobe-para-20-o-numero-de-mortos-por-causa-das-chuvas-no-es/> acessado em 2024/03/26

Sala das Sessões, de de .

SF/24850.72150-09 (LexEdit)

Senador Fabiano Contarato
(PT - ES)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 206, DE 2024

Requer voto de pesar pelo falecimento do pastor Gilberto Marques de Sousa, presidente da Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus do Pará (Comieadepa).

AUTORIA: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 206/2024 [1 de 3]



RQS
00206/2024SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Zequinha Marinho

SF/24245.61534-29 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do pastor Gilberto Marques de Sousa, presidente da nossa Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus do Pará (Comieadepa), bem como a apresentação de condolências à irmã Maria Alice Moraes de Souza, companheira de vida do pastor Gilberto, e aos seus filhos Alexandre, José Ritter e Olival.

JUSTIFICAÇÃO

Na última sexta-feira, 22 de março, faleceu em Belém (PA), aos 81 anos, o pastor Gilberto Marques de Sousa. Presidente da Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus do Pará (Comieadepa), o pastor estava internado em um hospital na capital paraense, onde fazia tratamento contra uma pneumonia. Infelizmente, não resistiu às complicações do quadro e acabou falecendo na noite da sexta-feira passada.

Com uma longa história de vida dedicada à obra de Deus e aos projetos de cunho social, o pastor Gilberto chegou a ser indicado, no ano de 2012, para o Prêmio Nobel da Paz.

Foi sua história que o creditou a ter seu nome indicado para esse que é um dos prêmios de maior prestígio no mundo. A trajetória do pastor Gilberto teve início no dia 1º de janeiro de 1979, quando foi ordenado pastor auxiliar da



Assembleia de Deus de Icoaraci, distrito da capital paraense de Belém. Passados nove meses, foi conduzido para a presidência da AD de Soure, no Marajó, onde liderou até dezembro de 1982. Em seguida, passou por diversas congregações, incluindo a de Igarapé-Açu, Capanema e Ananindeua. Esta última, abrangendo um campo com 54 congregações e cerca de 6 mil membros e congregados àquela época.

Na década de 90, assumiu a presidência da Comieadepa e teve um papel importante na Convenção Geral das Assembleias de Deus, a CGADB. Nessa instituição teve dois mandatos no Conselho Regional Norte e assumiu diversas posições na Mesa Diretora, desde 1º secretário até 6º vice-presidente, cargo ao qual foi continuamente reeleito.

Seu legado ficará marcado na história da Assembleia de Deus, lembrado e reavivado pelos milhões de fieis que, de alguma maneira – seja direta ou indiretamente – foram tocados pelas obras desenvolvidas pelo pastor Gilberto Marques.

Sala das Sessões, 26 de março de 2024.

Senador Zequinha Marinho
(PODEMOS - PA)



Apresentado o Requerimento nº 206, de 2024, do Senador Zequinha Marinho, *que solicita o envio de voto de pesar pelo falecimento do pastor Gilberto Marques de Sousa, presidente da nossa Convenção Interestadual de Ministros e Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus do Pará (Comieadepa).*

Será encaminhada cópia do voto nos termos solicitados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
PODEMOS - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
S/Partido - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28	
PSD-15 / PT-8 / PSB-5	
Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Angelo Coronel.	PSD / BA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Democracia - 20	
MDB-11 / UNIÃO-7 / PDT-2	
Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Leila Barros.	PDT / DF
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Vanguarda - 13	
PL-12 / NOVO-1	
Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO

Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Moraes.	PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 10	
PP-6 / REPUBLICANOS-4	
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Independência - 9	
PODEMOS-7 / PSDB-2	
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Rodrigo Cunha.	PODEMOS / AL
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styverson Valentim.	PODEMOS / RN
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

S/Partido - 1	
Randolfe Rodrigues.	AP

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	28
Bloco Parlamentar Democracia.	20
Bloco Parlamentar Vanguarda.	13
Bloco Parlamentar Aliança.	10
Bloco Parlamentar Independência.	9
S/Partido.	1
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Giordano* (MDB-SP)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Humberto Costa* (PT-PE)	Paulo Paim* (PT-RS)
Augusta Brito** (PT-CE)	Irajá* (PSD-TO)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Beto Faro** (PT-PA)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Izalci Lucas* (PSDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (S/Partido-AP)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Rogerio Marinho** (PL-RN)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Seif** (PL-SC)	Romário** (PL-RJ)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Leila Barros* (PDT-DF)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luís Carlos Heinze* (PP-RS)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Weverton* (PDT-MA)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Farias** (MDB-AL)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º Dr. Hiran - (PP-RR)

4º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO
LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB) - 28</p> <p>Líder Eliziane Gama - PSD (23)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSD - 15 Otto Alencar (7)</p> <p>Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (25) Lucas Barreto (43)</p> <p>Líder do PT - 8 Beto Faro (56)</p> <p>Vice-Líderes do PT Teresa Leitão (41) Augusta Brito (44,47,48,50)</p> <p>Líder do PSB - 5 Jorge Kajuru (8,33)</p> <p>Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (55)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PDT) - 20</p> <p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,14)</p> <p>Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (16,21,30)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 11 Eduardo Braga (6)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (37) Confúcio Moura (28,36) Giordano (38)</p> <p>Líder do UNIÃO - 7 Efraim Filho (4,14)</p> <p>Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (16,21,30) Davi Alcolumbre (20) Alan Rick (22)</p> <p>Líder do PDT - 2 Weverton (31,53)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 13</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (46)</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (42)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PL - 12 Carlos Portinho (17)</p> <p>Vice-Líder do PL Jorge Seif (39)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (15,19)</p>
<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</p> <p>Líder Laércio Oliveira - PP (59)</p> <p>Vice-Líder Damares Alves (60)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 6 Tereza Cristina (10)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (9)</p> <p>Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (27)</p>	<p>Bloco Parlamentar Independência (PODEMOS/PSDB) - 9</p> <p>Líder Styvenson Valentim - PODEMOS (58,61)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PODEMOS - 7 Rodrigo Cunha (54)</p> <p>Vice-Líderes do PODEMOS Styvenson Valentim (58,61) Marcos do Val (57)</p> <p>Líder do PSDB - 2 Izalci Lucas (5)</p>	<p>Maioria Líder Renan Calheiros - MDB (13)</p>
<p>Minoria Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,11)</p>	<p>Governo Líder Jaques Wagner - PT (2)</p> <p>Vice-Líderes Confúcio Moura (28,36) Daniella Ribeiro (34,35) Jorge Kajuru (8,33) Professora Dorinha Seabra (16,21,30) Randolfe Rodrigues (29) Weverton (31,53) Zenaide Maia (32)</p>	<p>Oposição Líder Rogério Marinho - PL (12)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Girão (15,19) Magno Malta (18) Eduardo Gomes (26)</p> <p>Bancada Feminina Líder Daniella Ribeiro - PSD (34,35)</p> <p>Vice-Líderes Margareth Buzetti (45,52) Jussara Lima (40,49,51)</p>

- Notas:**
1. Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
 2. Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
 3. Em 01.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
 4. Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
 5. Em 01.02.2023, o Senador **Izalci Lucas** foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
 6. Em 01.02.2023, o Senador **Eduardo Braga** foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
 7. Em 01.02.2023, o Senador **Otto Alencar** foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
9. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
10. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
11. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
12. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
13. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
14. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
15. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
16. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
17. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
18. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
19. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
20. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
21. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
22. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
23. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
24. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
25. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
26. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
27. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
28. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
29. Em 23.03.2023, o Senador Roldolfo Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
30. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
31. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
32. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
33. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
34. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
35. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
36. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
37. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
38. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
39. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).
40. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
41. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
42. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
43. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).
44. Em 22.09.2023 a Senadora Augusta Brito foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 129/2023-GSFCONTA).
45. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
46. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
47. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
48. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito foi destituída da função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
49. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima foi destituída da função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
50. Em 14.12.2023, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores.
51. Em 14.12.2023, a Senadora Jussara Lima retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina.
52. Em 21.12.2023, a Senadora Margareth Buzetti retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina.
53. Em 08.02.2024, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 03/2024-GLPDT).
54. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
55. Em 26.02.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 15/2024-GLDPSB).
56. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
57. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
58. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
59. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
60. Em 06.03.2024, a Senadora Damares Alves foi designada 1ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
61. Em 19.03.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado Líder do Bloco Parlamentar Independência (Of. 51/2024 - GLPODEMOS).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 61 3303 3514
E-mail: coceti@senado.leg.br



**2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019**

Finalidade: examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

Prazo final: 13/08/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) ⁽²⁾	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS

Finalidade: destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁴⁾

Instalação: 28/11/2023

Prazo final: 07/04/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(1,3)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	6. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,3)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	8. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,2,5)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.
- Em 30.08.2023, a Presidência do Senado Federal destitui o Senador Laércio Oliveira, a pedido, como membro suplente desta comissão.
- Em 28.11.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Izalci Lucas membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, para compor a comissão.
- Em 28.11.2023, os Senadores Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães e Efraim Filho foram designados Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, da comissão (Of. nº 001/2023-CTIADMTR).
- Em 28.02.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Hamilton Mourão para compor, como membro suplente, a comissão.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | Secretária-Adjunta: Gabriel Udelsman

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: rprado@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Finalidade: examinar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, bem como eventuais novos projetos que disciplinem a matéria.

Requerimento nº 722, de 2023

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾

Instalação: 16/08/2023

Prazo final: 14/12/2023

Prazo prorrogado: 23/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,3)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	5. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	6. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	7. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	8. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	9. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	11. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	12. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾	13. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 15.08.2023, os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Alan Rick, Cid Gomes, Angelo Coronel, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Mecias de Jesus, membros suplentes, para compor a comissão.
2. Em 17.08.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 001/2023-SACTIA). O Presidente designa como Relator o Senador Eduardo Gomes.
3. Em 17.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Alessandro Vieira para compor, como membro suplente, a Comissão Temporária sobre a Inteligência Artificial no Brasil, na vaga ocupada pelo Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a Comissão.

Secretário(a): Leomar Diniz
E-mail: ctia@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA
REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL

Finalidade: apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, anteprojeto de Lei para revisão e atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Ato do Presidente do Senado Federal nº 11, de 2023

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Marco Aurélio Belizze ⁽¹⁾
RELATOR: Flavio Tartuce ⁽¹⁾
RELATORA: Rosa Maria de Andrade Nery ⁽¹⁾

Instalação: 04/09/2023
Prazo final: 12/04/2024

MEMBROS
Luis Felipe Salomão ⁽²⁾
Marco Aurélio Belizze ⁽²⁾
Flavio Tartuce ⁽²⁾
Rosa Maria de Andrade Nery ⁽²⁾
Marco Buzzi ⁽²⁾
Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues ⁽²⁾
Cesar Asfor Rocha ⁽²⁾
João Otávio de Noronha ⁽²⁾
Angelica Lucia Carlini ⁽²⁾
Carlos Eduardo Elias de Oliveira ⁽²⁾
Claudia Lima Marques ⁽²⁾
Daniel Carnio ⁽²⁾
Edvaldo Brito ⁽²⁾
Flavio Galdino ⁽²⁾
Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka ⁽²⁾
Gustavo José Mendes Tepedino ⁽²⁾
José Fernando Simão ⁽²⁾
VAGO ^(2,4)
Laura Porto ⁽²⁾
Marcelo de Oliveira Milagres ⁽²⁾
Marco Aurélio Bezerra de Melo ⁽²⁾
Marcus Vinicius Furtado Coêlho ⁽²⁾
Mario Luiz Delgado Régis ⁽²⁾
Maria Berenice Dias ⁽²⁾
Moacyr Lobato de Campos Filho ⁽²⁾
Nelson Rosenvald ⁽²⁾
Pablo Stolze Gagliano ⁽²⁾
Patrícia Carrijo ⁽²⁾
Paula Andrea Forgioni ⁽²⁾
Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch ⁽²⁾
Ricardo Campos ⁽²⁾
Rolf Madaleno ⁽²⁾
Rogério Marrone Castro Sampaio ⁽²⁾
Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho ⁽²⁾
Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk ⁽³⁾
VAGO ^(3,5)



Maria Cristina Paiva Santiago (4)

Estela Aranha (4)

Professor Dierle José Coelho Nunes (5)

Notas:

1. Em 25.08.2023, a Presidência do Senado Federal designa os Senhores Luis Felipe Salomão, Marco Aurélio Bellizze, Flavio Tartuce e Rosa Maria de Andrade Nery a Presidente, Vice-Presidente, Relator e Relatora, respectivamente, deste colegiado (ATO nº 11/2023)
2. Em 25.08.2023, os Senhores Luis Felipe Salomão, Marco Aurélio Bellizze, Flavio Tartuce, Rosa Maria de Andrade Nery, Marco Buzzi, Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues, Cesar Asfor Rocha, João Otávio de Noronha, Angelica Lucia Carlini, Carlos Eduardo Elias de Oliveira, Cláudia Lima Marques, Daniel Carnio, Edvaldo Brito, Flavio Galdino, Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Gustavo José Mendes Tepedino, José Fernando Simão, Judith Martins-Costa, Laura Porto, Marcelo de Oliveira Milagres, Marco Aurélio Bezerra de Melo, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, Mario Luiz Delgado Régis, Maria Berenice Dias, Moacyr Lobato de Campos Filho, Nelson Rosenvald, Pablo Stolze Gagliano, Patrícia Carrijo, Paula Andrea Forgioni, Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, Ricardo Campos, Rolf Madaleno, Rogério Marrone Castro Sampaio e Carlos Antônio Vieira Fernandes Filho foram designados membros desta comissão (ATO nº 11, de 2023).
3. Em 06.09.2023, o Senhor Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk e a Senhora Laura Schertel Mendes foram designados membros desta comissão (ATO nº 12, de 2023).
4. Em 19.09.2023, a Senhora Judith Martins-Costa deixa de compor a comissão, e as Senhoras Maria Cristina Paiva Santiago e Estela Aranha foram designadas membros desta comissão (ATO nº 13, de 2023).
5. Em 28.02.2024, o Professor Dierle José Coelho Nunes foi designado membro titular e Laura Schertel Mendes deixa de compor a comissão (Ato nº 2/2024).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | **Secretário-Adjunto:** Gabriel Udelsmann
Telefone(s): 3303 3490
E-mail: codcivil@senado.leg.br



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA EM COMEMORAÇÃO
AOS 200 (DUZENTOS) ANOS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Finalidade: planejar e coordenar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as atividades de comemoração dos 200 (duzentos) anos da Confederação do Equador.

Requerimento nº 752, de 2023.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾

Instalação: 12/12/2023

Prazo final: 17/03/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2.
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾	3.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾	4.
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 06.12.2023, a Presidência designa os Senadores Teresa Leitão, Humberto Costa, Fernando Dueire, Jussara Lima e Efraim Filho membros titulares e a Senadora Ana Paula Lobato, membro suplente, para compor a comissão.

2. Em 12.12.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Teresa Leitão e Jussara Lima, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CTI200CONFEQ).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Secretária-Adjunta: Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cti200confeq@senado.leg.br



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.

Notas:
1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DAS APOSTAS ESPORTIVAS**

Finalidade: Apurar, no prazo de 180 dias, fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, dirigentes e empresas de apostas.

Requerimento nº 158, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



3)CPI DA BRASKEM

Finalidade: investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), os efeitos da responsabilidade jurídica socioambiental da empresa Braskem S.A, decorrente do caso Pinheiro/Braskem, em Maceió, Alagoas.

Requerimento nº 952, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹¹⁾

RELATOR: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹²⁾

Leitura: 25/10/2023

Instalação: 13/12/2023

Prazo final: 22/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(2,13)	1. VAGO ^(2,13)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽⁷⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽⁷⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹⁰⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾	2. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,14)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁸⁾	1. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁸⁾

Notas:

- Em 09.12.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Gomes foram designados membros titulares e o Senador Magno Malta, membro suplente, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 28/2023-GLPL). ([DSF de 12/12/2023, p. 65](#))
- Em 09.12.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Fernando Farias, membro suplente, pela liderança do MDB, para compor a comissão (Of. nº 103/2023-GLMDB). ([DSF de 12/12/2023, p. 73](#))
- Em 09.12.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pela liderança do União Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 69/2023-GLUNIAO). ([DSF de 12/12/2023, p. 70](#))
- Em 09.12.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 58/2023-GLPSD). ([DSF de 12/12/2023, p. 68](#))
- Em 09.12.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pela liderança do PSB, para compor a comissão (Of. nº 84/2023-GLDPSB). ([DSF de 12/12/2023, p. 72](#))
- Em 09.12.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pela liderança do PSD, para compor a comissão (Of. nº 59/2023-GLPSD). ([DSF de 12/12/2023, p. 69](#))
- Em 11.12.2023, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pela liderança do PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 72/2023-GLPODEMOS). ([DSF de 12/12/2023, p. 71](#))
- Em 11.12.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pela liderança do PP, para compor a comissão (Of. nº 56/2023-GLPP). ([DSF de 12/12/2023, p. 66](#))
- Em 11.12.2023, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pela liderança do PT, para compor a comissão (Of. nº 57/2023-GLDPT). ([DSF de 12/12/2023, p. 67](#))
- Em 12.12.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pela liderança do PDT, para compor a comissão (Of. nº 40/2023-GLDPDT).
- Em 13.12.2023, a comissão reunida elegeu os Senadores Omar Aziz e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CPIBRASKEM).
- Em 22.02.2024, o Senador Rogério Carvalho foi designado Relator deste colegiado (Of. nº 03/2024-CPIBRASKEM).
- Em 29.02.2024, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pela liderança do MDB, e o Senador Fernando Farias deixa de compor este colegiado (Of. nº 11/2024-GLMDB).



14. Em 07.03.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, pela liderança do PL, para compor a comissão (Of. nº 04/2024-GLPL).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo | Secretária-Adjunta: Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cpibraskem@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽²⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5,13)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(2,5,13)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(2,26,29)	5. Senador Giordano (MDB-SP) ^(2,5,11,12,13,33,35)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	8. Senador Weverton (PDT-MA) ^(2,13)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(2,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(2,16)	10. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) ^(2,13)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ^(4,9,10,21)
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(4,25,31)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(4,15,19,30)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁷⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(18,20)	10. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(18,37)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,17,23,24,27,28)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,22,32)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,34,36)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	4. Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,14)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi



- Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.
4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 144](#))
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 114](#))
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/03/2023, p. 39](#))
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM). ([DSF de 13/04/2023, p. 121](#))
12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM). ([DSF de 26/04/2023, p. 117](#))
13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN). ([DSF de 06/06/2023, p. 35](#))
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 138](#))
17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
19. Em 08.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 82/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 101](#))
20. Em 14.09.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 100/2023-BLRESDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 78](#))
21. Em 03.10.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 106/2023-BLRESDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 161](#))
22. Em 17.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 153/2023-BLVANG). ([DSF de 18/10/2023, p. 147](#))
23. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
24. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 170/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 200](#))
25. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofs. nºs 120 e 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 138](#))
26. Em 22.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 174/2023-BLDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 137](#))
27. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 178/2023-BLVANG). ([DSF de 23/11/2023, p. 136](#))
28. Em 23.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 179/2023-BLVANG). ([DSF de 24/11/2023, p. 71](#))
29. Em 23.11.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 175/2023-BLDEM). ([DSF de 24/11/2023, p. 70](#))
30. Em 24.11.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 122/2023-BLRESDEM). ([DSF de 25/11/2023, p. 21](#))
31. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
32. Em 28.11.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 180/2023-BLVANG). ([DSF de 29/11/2023, p. 182](#))
33. Em 29.02.2024, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 10/2024-BLDEM).
34. Em 12.03.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2024-BLVANG).
35. Em 13.03.2024, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2024-BLDEM).
36. Em 14.03.2024, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2024-BLVANG).



37. Em 18.03.2024, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 11/2024-BLRESDM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,6)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(3,6)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽³⁾	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	6. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	8. VAGO ^(10,14,15,16,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,9)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,9,11,12)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,9)	2. ^(5,9,13)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,9)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDM). ([DSF de 08/03/2023, p. 125](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG). ([DSF de 10/03/2023, p. 91](#))

6. Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 10](#))

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

8. Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDM). ([DSF de 28/03/2023, p. 39](#))



9. Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLD/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 104](#))
11. Em 15.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 40/2023-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 197](#))
12. Em 15.08.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Aliança, na Comissão (Of. nº 137/2023-BLVANG). ([DSF de 16/08/2023, p. 201](#))
13. Em 30.08.2023, o Bloco Parlamentar Aliança cedeu, temporariamente, uma vaga de suplente ao Partido União Brasil (Of. nº 44/2023-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 165](#))
14. Em 13.09.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 139/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 95](#))
15. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
16. Em 10.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLDEM). ([DSF de 11/11/2023, p. 9](#))
17. Em 05.12.2023, o Senador Eduardo Braga deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM). ([DSF de 06/12/2023, p. 92](#))

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS
Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁴⁾

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁵⁾
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 11.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
2. Em 11.08.2023, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular e o Senador Flávio Arns, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
3. Em 11.08.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS). ([DSF de 12/08/2023, p. 37](#))
4. Em 30.08.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 161/2023-SACAS). ([DSF de 31/08/2023, p. 166](#))
5. Em 31.08.2023, os Senadores Alan Rick e Efraim Filho foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 162/2023-SACAS). ([DSF de 01/09/2023, p. 54](#))

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(2,5)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,27,29,30,37,50,55,57)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(2,27,29,50,55)	3. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5,8,30,37)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Giordano (MDB-SP) ^(2,5,8,13,32,34,44,47)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5,8,30,41,57)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,38,40)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(2,5,8,18)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,5,8,38,40)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(2,15,19)	8. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(2,7,8)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	9. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(2,8,12,16,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾	10. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(2,8,28,30,39,41)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(17,18)	11. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(17,18,30,39,41,51,52,53)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(3,35,42)	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽³⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽³⁾	2. Senador Irajá (PSD-TO) ^(3,9,20,22)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(3,48,49)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(3,23,35,42,46)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ^(3,36,42)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽³⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ^(3,24,31)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽³⁾	6. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(3,56)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(3,58,59)	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(3,5)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(3,60,61,62)	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,14,43,45)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,14)	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,10,11)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,21,26,33,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10,11)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). (DSF de 21/09/2023, p. 126)

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.



5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 252](#); [DSF de 11/05/2023, p. 252](#))
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLRESDEM). ([DSF de 11/05/2023, p. 253](#))
10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN). ([DSF de 08/06/2023, p. 10](#))
11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN). ([DSF de 20/06/2023, p. 51](#))
12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM). ([DSF de 23/06/2023, p. 12](#))
13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM). ([DSF de 27/06/2023, p. 51](#))
14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG). ([DSF de 07/07/2023, p. 48](#))
15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 49](#))
16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 51](#))
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 112](#))
19. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 124/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 102](#))
20. Em 08.08.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 81/2023-BLRESDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 100](#))
21. Em 15.08.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 39/2023-GABLI-BLALIAN). ([DSF de 16/08/2023, p. 196](#))
22. Em 17.08.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 88/2023-BLRESDEM). ([DSF de 18/08/2023, p. 61](#))
23. Em 30.08.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2023-BLRESDEM). ([DSF de 31/08/2023, p. 163](#))
24. Em 12.09.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 99/2023-BLRESDEM). ([DSF de 13/09/2023, p. 217](#))
25. Em 13.09.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 119/2023-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 14/09/2023, p. 93](#))
26. Em 13.09.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. 48/2023-GABLI-BLALIAN). ([DSF de 14/09/2023, p. 94](#))
27. Em 13.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 143/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 97](#))
28. Em 13.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 142/2023-BLDEM). ([DSF de 14/09/2023, p. 96](#))
29. Em 14.09.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 15/09/2023, p. 77](#))
30. Em 27.09.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 155/2023-BLDEM). ([DSF de 27/09/2023, p. 95](#))
31. Em 27.09.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 104/2023-BLRESDEM). ([DSF de 28/09/2023, p. 179](#))
32. Em 28.09.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 157/2023-BLDEM). ([DSF de 29/09/2023, p. 54](#))
33. Em 29.09.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 52/2023-BLALIAN). ([DSF de 30/09/2023, p. 16](#))
34. Em 03.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 158/2023-BLDEM). ([DSF de 04/10/2023, p. 162](#))
35. Em 04.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 107/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 108](#))
36. Em 04.10.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 108/2023-BLRESDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 109](#))
37. Em 04.10.2023, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados segundo e terceiro suplentes, respectivamente, em substituição aos Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 162/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 114](#))



38. Em 04.10.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que passa à suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2023-GLMDB). ([DSF de 05/10/2023, p. 107](#))
39. Em 04.10.2023, os Senadores Alan Rick e Zequinha Marinho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 161/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 113](#))
40. Em 05.10.2023, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 163/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 78](#))
41. Em 05.10.2023, os Senadores Alan Rick, Zequinha Marinho e Mauro Carvalho Junior foram designados 5º, 10º e 11º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 147/2023-BLDEM). ([DSF de 06/10/2023, p. 77](#))
42. Em 09.10.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Omar Aziz designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 109/2023-BLREDEM). ([DSF de 10/10/2023, p. 39](#))
43. Em 09.10.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 10/10/2023, p. 40](#))
44. Em 10.10.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 11/10/2023, p. 178](#))
45. Em 11.10.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 152/2023-BLVANG). ([DSF de 12/10/2023, p. 13](#))
46. Em 17.10.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 111/2023-BLREDEM). ([DSF de 18/10/2023, p. 146](#))
47. Em 18.10.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 166/2023-BLDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 101](#))
48. Em 18.10.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2023-BLREDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 99](#))
49. Em 18.10.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 113/2023-BLREDEM). ([DSF de 19/10/2023, p. 100](#))
50. Em 31.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 167/2023-BLDEM). ([DSF de 01/11/2023, p. 81](#))
51. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). ([DSF de 01/11/2023, p. 84](#))
52. Em 07.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 169/2023-BLDEM). ([DSF de 08/11/2023, p. 199](#))
53. Em 13.11.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 170/2023-BLDEM). ([DSF de 14/11/2023, p. 70](#))
54. Em 20.11.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 59/2023-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 21/11/2023, p. 43](#))
55. Em 21.11.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLDEM). ([DSF de 22/11/2023, p. 136](#); [DSF de 28/11/2023, p. 22](#))
56. Em 27.11.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 150/2023-GSFCONTA).
57. Em 06.12.2023, o Senador Alan Rick foi designado 2º membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que passa à 5ª suplência, para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 183/2023-BLDEM). ([DSF de 07/12/2023, p. 101](#))
58. Em 13.12.2023, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, 1ª suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 131/2023-REDEM). ([DSF de 14/12/2023, p. 147](#))
59. Em 15.12.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, em substituição ao Senador Camilo Santana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 135/2023-BLREDEM). ([DSF de 16/12/2023, p. 37](#))
60. Em 05.02.2024, o Senador Flávio Dino foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 03/2024-BLREDEM).
61. Vago em 21.02.2024, em razão da renúncia do titular.
62. Em 27.02.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 06/2024-BLREDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	7. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	8.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽³⁾	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,13)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11,16,19,20)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(1,11)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(1,11)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹²⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(17,18,21,22)	5. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(17,18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,10)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 66](#))
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLI/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG). ([DSF de 05/04/2023, p. 106](#))
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG). ([DSF de 12/07/2023, p. 109](#))
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB). ([DSF de 13/07/2023, p. 149](#))
18. Em 24.10.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular e o Senador Marcos Rogério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 154/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 193](#))
19. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
20. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 171/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 201](#))
21. Em 29.11.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 183/2023-BLVANG). ([DSF de 30/11/2023, p. 402](#))
22. Em 26.02.2024, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 005/2024-BLVANG).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Finalidade: debater e avaliar, no prazo de cento e oitenta dias, o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

Prazo final: 08/10/2023

Prazo prorrogado: 30/09/2024

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1.

Notas:
1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).
2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).
*. Em 12.12.2023 a Comissão de Educação e Cultura aprovou o Requerimento nº 141/2023-CE, da Senadora Teresa Leitão, para prorrogação do prazo de funcionamento desta Subcomissão até 31 de setembro de 2024 (Of. nº 509/2023-CE).
Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares
E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽³⁾	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(2,15)	5. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(2,15)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(6,20)	6. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,11,16)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. VAGO ^(11,16,18)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,12,17)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC). ([DSF de 10/03/2023, p. 83](#))

5. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDM). ([DSF de 09/03/2023, p. 56](#))

6. Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDM). ([DSF de 10/03/2023, p. 87](#))

7. Em 09.03.2023, o Sendor Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDM). ([DSF de 10/03/2023, p. 88](#))

8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))

9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

10. Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC). ([DSF de 23/03/2023, p. 110](#))

11. Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#); [DSF de 01/04/2023, p. 14](#))



12. Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damarens Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
13. Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM). ([DSF de 14/04/2023, p. 55](#))
14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM). ([DSF de 26/04/2023, p. 118](#); [DSF de 26/04/2023, p. 118](#))
15. Em 14.08.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDDEM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#))
16. Em 24.10.2023, os Senadores Marcos Rogério e Romário foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 155/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 194](#))
17. Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Esperidião Amin, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2024-GABLIID/BLALIAN).
18. Em 07.02.2024, o Senador Romário deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 04/2024-BLVANG).
19. Em 05.03.2024, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB ao PSD, para compor a comissão (Of. nº 07/2024-BLRESDDEM).
20. Em 14.03.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 08/2024-BLRESDDEM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,6,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽³⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,12)	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,8,15)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. VAGO ^(2,10)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹¹⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,13,14)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾

- Notas:**
1. Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
3. Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 66](#))
6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
8. Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLRESDM). ([DSF de 24/03/2023, p. 75](#))
9. Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM). ([DSF de 01/06/2023, p. 103](#))
10. Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023- BLRESDM). ([DSF de 20/06/2023, p. 54](#))
11. Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG). ([DSF de 03/08/2023, p. 113](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 29.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 133/2023-BLDEM). ([DSF de 30/08/2023, p. 168](#))

13. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). ([DSF de 31/08/2023, p. 164](#))

14. Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 001/2024-GABLD/BLALIAN).

15. Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLRESDEM).

Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) ^(3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(3,14,16)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14,16)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(3,8)	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(3,8)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,19,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11,15,17,18,21,22)	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,5,11)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ^(5,10,11,13)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(1,12)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE). ([DSF de 09/03/2023, p. 49](#))

5. Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG). ([DSF de 09/03/2023, p. 67](#))

6. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))

7. Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senado Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE). ([DSF de 17/03/2023, p. 90](#))

8. Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM). ([DSF de 17/03/2023, p. 92](#))

9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

10. Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))



11. Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG). ([DSF de 01/04/2023, p. 14](#))
12. Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP). ([DSF de 01/04/2023, p. 16](#))
13. Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG). ([DSF de 20/05/2023, p. 15](#))
14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM). ([DSF de 07/07/2023, p. 50](#))
15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). ([DSF de 08/07/2023, p. 35](#))
16. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM). ([DSF de 09/08/2023, p. 103](#))
17. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
18. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 174/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 204](#))
19. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
20. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
21. Em 28.02.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 008/2024-BLVANG).
22. Em 29.02.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 09/2024-BLVANG).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)****Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes**Secretário(a):** Marcos Aurélio Pereira**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7**Telefone(s):** 3303-5919**E-mail:** cre@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽²⁾	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽²⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,10)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,6,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,10)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(2,10,14)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	7. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(2,10)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(2,10)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	9. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) ^(2,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,11,13)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(4,16,17,19,20)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,8,20,21)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,12,15)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,18)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Orlanildo Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.

4. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 10](#))

6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

8. Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLREDEM). ([DSF de 24/03/2023, p. 73](#))



9. Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI). ([DSF de 28/03/2023, p. 40](#))
10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG). ([DSF de 06/07/2023, p. 265](#))
13. Em 15.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 87/2023-BLREDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 199](#))
14. Em 21.09.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 145/2023-BLDEM). ([DSF de 22/09/2023, p. 8](#))
15. Em 10.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 176/2023-BLVANG). ([DSF de 11/11/2023, p. 10](#))
16. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
17. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
18. Em 29.11.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 182/2023-BLVANG). ([DSF de 30/11/2023, p. 401](#))
19. Em 13.12.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzeth, 1ª suplente da chapa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 132/2023-REDEM). ([DSF de 14/12/2023, p. 148](#))
20. Em 21.12.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, e a Senadora Margareth Buzetti, membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 138/2023-BLREDEM). ([DSF de 22/12/2023, p. 13](#))
21. Em 02.02.2024, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 02/2024-BLREDEM).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ^(2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(2,5,10)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(4,11,12,13)
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	6. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,8)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))
2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))
3. Em 08.03.2023, a Comissão reuniu e elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR). ([DSF de 10/03/2023, p. 84](#))
4. Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))
5. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))
6. Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLREDEM). ([DSF de 15/03/2023, p. 161](#))
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))
8. Em 17.08.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2023-BLVANG). ([DSF de 18/08/2023, p. 59](#))
9. Em 31.08.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 95/2023-BLREDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 55](#))
10. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 135/2023-BLDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 56](#))
11. Em 30.10.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 115/2023-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2023, p. 35](#))
12. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))



13. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(4,13,16)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,5)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,12)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(3,23,26)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽³⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,5,15,22,27)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,14)	5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(11,12,15,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,24,25)	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,18)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,7,9)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,19)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,20,21)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA). ([DSF de 09/03/2023, p. 48](#))

5. Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM). ([DSF de 11/03/2023, p. 8](#))

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

7. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG). ([DSF de 23/03/2023, p. 116](#))

8. Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLREDEM). ([DSF de 24/03/2023, p. 72](#))

9. Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG). ([DSF de 17/05/2023, p. 213](#))

10. Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA). ([DSF de 06/07/2023, p. 261](#))

11. Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 263](#))

12. Em 1º.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 85](#))

13. Vago em 1º.08.2023, em virtude de a Senadora Soraya Thronicke deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 85](#))



14. Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM). ([DSF de 02/08/2023, p. 86](#))
15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM). ([DSF de 03/08/2023, p. 111](#))
16. Em 09.08.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Alan Rick Presidente deste colegiado (Of. 38/2023-CRA). ([DSF de 10/08/2023, p. 68](#))
17. Em 15.08.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 128/2023-BLDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 200](#))
18. Em 15.08.2023, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2023-BLRESDEM). ([DSF de 16/08/2023, p. 198](#))
19. Em 29.08.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2023-BLVANG). ([DSF de 30/08/2023, p. 165](#))
20. Em 28.09.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 147/2023-BLVANG). ([DSF de 29/09/2023, p. 53](#))
21. Em 04.10.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 150/2023-BLVANG). ([DSF de 05/10/2023, p. 110](#))
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 14.11.2023, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Farias, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 172/2023-BLDEM). ([DSF de 15/11/2023, p. 242](#))
24. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
25. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
26. Em 05.12.2023, o Senador Fernando Farias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 182/2023-BLDEM). ([DSF de 06/12/2023, p. 93](#))
27. Em 20.12.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 186/2023-BLDEM). ([DSF de 21/12/2023, p. 179](#))

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽³⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5. VAGO ^(10,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁸⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. VAGO ^(2,9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,11,12)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)
3. Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 130)
2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT). (DSF de 10/03/2023, p. 85)
5. Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM). (DSF de 18/03/2023, p. 26)
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP). (DSF de 21/03/2023, p. 73)
7. Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP). (DSF de 01/04/2023, p. 18)
8. Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLRESDEM). (DSF de 04/05/2023, p. 145)
9. Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLRESDEM). (DSF de 15/06/2023, p. 73)
10. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). (DSF de 06/07/2023, p. 264)
11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG). (DSF de 02/12/2023, p. 88)
12. Em 25.10.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 157/2023-BLVANG). (DSF de 26/10/2023, p. 125)
13. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). (DSF de 01/11/2023, p. 84)



Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (15)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (2)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (5)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (5)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (5)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (5)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (7)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (6)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6)
Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP) (6)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (6)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6,13,14)	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6,13,14)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (6,9)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (13)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (11)
Senador Magno Malta (PL-ES) (4)	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (12)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (8)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (8)

Notas:

1. Em 13.06.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG). (DSF de 14/06/2023, p. 263)

2. Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM). (DSF de 14/06/2023, p. 260)

3. Em 14.06.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.

4. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG). (DSF de 15/06/2023, p. 79; DSF de 15/06/2023, p. 79)

5. Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM). (DSF de 15/06/2023, p. 74)

6. Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDM). (DSF de 14/06/2023, p. 81; DSF de 15/06/2023, p. 81)

7. Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM). (DSF de 15/06/2023, p. 77)

8. Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN). (DSF de 15/06/2023, p. 71)

9. Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLRESDM). (DSF de 15/06/2023, p. 81)

10. Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). (DSF de 16/06/2023, p. 58)

11. Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG). (DSF de 20/06/2023, p. 52)

12. Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG). (DSF de 21/06/2023, p. 366)

13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDM).

14. Em 14.08.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDM). (DSF de 15/08/2023, p. 54)

15. Em 20.09.2023, a comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 07/2023-CDD). (DSF de 21/09/2023, p. 166)

Secretário(a): Felipe Costa Geraldles
Telefone(s): 3303-3491
E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,23,24)	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,14,22,25)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,14,20,21)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,14)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(6,14)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(9,14,19,22,25)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,29,30)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,5)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(2,5,15,18)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(2,26)	4. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(2,26)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	6. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,16,27,28)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,17)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,11,12)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). ([DSF de 08/03/2023, p. 134](#))

2. Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 120](#))

3. Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM). ([DSF de 08/03/2023, p. 126](#))

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLREDEM). ([DSF de 09/03/2023, p. 54](#))

6. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 142](#))

7. Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM). ([DSF de 16/03/2023, p. 141](#))

8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). ([DSF de 21/03/2023, p. 73](#))

9. Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM). ([DSF de 23/03/2023, p. 114](#))

10. Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN). ([DSF de 27/04/2023, p. 86](#))

11. Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN). ([DSF de 28/04/2023, p. 87](#))

12. Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 09/05/2023, p. 22](#))

13. Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLREDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 212](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM). ([DSF de 17/05/2023, p. 210](#))
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
16. Em 25.08.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2023-BLVANG). ([DSF de 26/08/2023, p. 46](#))
17. Em 29.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2023-BLVANG). ([DSF de 30/08/2023, p. 166](#))
18. Em 30.08.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 93/2023-BLREDEM). ([DSF de 31/08/2023, p. 162](#))
19. Em 31.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 136/2023-BLDEM). ([DSF de 01/09/2023, p. 57](#))
20. Em 20.09.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 144/2023-BLDEM). ([DSF de 21/09/2023, p. 168](#))
21. Em 21.09.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 150/2023-BLDEM). ([DSF de 22/09/2023, p. 9](#))
22. Em 04.10.2023, os Senadores Zequinha Marinho e Plínio Valério foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 159/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 111](#))
23. Em 04.10.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 160/2023-BLDEM). ([DSF de 05/10/2023, p. 112](#))
24. Em 06.10.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 164/2023-BLDEM). ([DSF de 07/10/2023, p. 33](#))
25. Em 06.10.2023, os Senadores Plínio Valério e Zequinha Marinho foram designados 2º e 6º suplentes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 165/2023-BLDEM). ([DSF de 07/10/2023, p. 34](#))
26. Em 25.10.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 114/2023-BLREDEM). ([DSF de 26/10/2023, p. 124](#))
27. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
28. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 173/2023-BLVANG). ([DSF de 08/11/2023, p. 203](#))
29. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
30. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽¹⁾	4. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- 1. Em 30.11.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Margareth Buzetti, Tereza Cristina e Jayme Campos foram designados membros titulares, e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 200/2023-CMA).
- 2. Em 07.03.2024, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 04/2024-CMA).
- 3. Em 12.03.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 05/2024-CMA).
- 4. Em 13.03.2024, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes e a Senadora Tereza Cristina Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- 5. Em 13.03.2024, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 13/2024-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DISCUTIR E ANALISAR O MERCADO DE ATIVOS AMBIENTAIS BRASILEIROS

Finalidade: discutir e analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

(Requerimento 53, de 2023 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁾	4.
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	5.

- Notas:**
- Em 06.03.2024, os Senadores Jorge Kajuru, Sérgio Petecão, Plínio Valério, Carlos Viana e Jorge Seif foram designados membros titulares e as Senadoras Damares Alves e Tereza Cristina, membros suplentes, para compor este colegiado (Of. nº 03/2024-CMA).
 - Em 13.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Jorge Kajuru Presidente deste colegiado (Of. nº 01/2024 - CMAATIVOS).
 - Em 13.03.2024, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, para compor este colegiado (Of. nº 14/2024-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(2,16,17)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG). (DSF de 08/03/2023, p. 134)

2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 120)

3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 07/2023-BLDEM). (DSF de 08/03/2023, p. 126)

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDEM). (DSF de 09/03/2023, p. 52)

6. Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM). (DSF de 16/03/2023, p. 141)

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP). (DSF de 21/03/2023, p. 73)

8. Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDEM). (DSF de 23/03/2023, p. 113)

9. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG). (DSF de 23/03/2023, p. 116)

10. Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM). (DSF de 23/03/2023, p. 112)

11. Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG). (DSF de 29/03/2023, p. 105)



12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG). ([DSF de 29/03/2023, p. 106](#))
13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP). ([DSF de 13/04/2023, p. 119](#))
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM). ([DSF de 13/04/2023, p. 120](#))
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM). ([DSF de 03/06/2023, p. 34](#))
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
17. Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLREDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(3,10,11)	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽⁷⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁷⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁷⁾	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(8,26)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽⁸⁾	4. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁰⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁸⁾	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽⁸⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁸⁾	6. VAGO ^(16,22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(1,23,24)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	4. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(4,13,18)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,13,18)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,13,19)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	6. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽⁶⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(2,17)	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(12,17,21,25,27)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(9,14)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁹⁾	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁹⁾

Notas:

1. Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDM). (DSF de 14/06/2023, p. 256)

2. Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG). (DSF de 14/06/2023, p. 264)

3. Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM). (DSF de 14/06/2023, p. 261)

4. Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDM). (DSF de 14/06/2023, p. 258)

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG). (DSF de 15/06/2023, p. 78)

7. Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM). (DSF de 15/06/2023, p. 74)

8. Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM). (DSF de 15/06/2023, p. 77)

9. Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLID/BLALIAN). (DSF de 15/06/2023, p. 71)

10. Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM). (DSF de 16/06/2023, p. 57)

11. Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). (DSF de 16/06/2023, p. 58)

12. Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG). (DSF de 20/06/2023, p. 53)

13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf



14. Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 06/07/2023, p. 260](#))
15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG). ([DSF de 06/07/2023, p. 266](#))
16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM). ([DSF de 06/07/2023, p. 264](#))
17. Em 10.08.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 136/2023-BLVANG). ([DSF de 10/08/2023, p. 69](#))
18. Em 14.08.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM). ([DSF de 15/08/2023, p. 54](#); [DSF de 30/08/2023, p. 164](#))
19. Em 29.08.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Beto Faro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 92/2023-BLREDEM). ([DSF de 30/08/2023, p. 164](#))
20. Em 12.09.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 98/2023-BLREDEM). ([DSF de 13/09/2023, p. 216](#))
21. Em 24.10.2023, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 158/2023-BLVANG). ([DSF de 25/10/2023, p. 196](#))
22. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
23. Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLREDEM). ([DSF de 23/11/2023, p. 139](#))
24. Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLREDEM). ([DSF de 29/11/2023, p. 179](#))
25. Em 07.02.2024, o Senador Romário deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 03/2024-BLVANG).
26. Em 29.02.2024, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 09/2024-BLDEM).
27. Em 20.03.2024, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2024-BLVANG).

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 3303-2554

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 3303-2554

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 3303-2554

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(6,12)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ^(7,15)	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽⁷⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(3,11)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(3,11)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(10,13,17,18)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁸⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(8,14,16)

Notas:

1. Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDM). [\(DSF de 14/06/2023, p. 256\)](#)

2. Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG). [\(DSF de 14/06/2023, p. 262\)](#)

3. Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDM). [\(DSF de 14/06/2023, p. 258\)](#)

4. Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM). [\(DSF de 14/06/2023, p. 259\)](#)

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM). [\(DSF de 15/06/2023, p. 74\)](#)

7. Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM). [\(DSF de 15/06/2023, p. 77\)](#)

8. Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN). [\(DSF de 15/06/2023, p. 71\)](#)

9. Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM). [\(DSF de 16/06/2023, p. 58\)](#)

10. Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG). [\(DSF de 17/06/2023, p. 17\)](#)

11. Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDM).

12. Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM). [\(DSF de 01/07/2023, p. 10\)](#)

13. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG). [\(DSF de 08/07/2023, p. 35\)](#)

14. Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN). [\(DSF de 31/08/2023, p. 164\)](#)

15. Em 26.09.2023, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 152/2023-BLDEM). [\(DSF de 27/09/2023, p. 94\)](#)

16. Em 03.10.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 54/2023-BLALIAN). [\(DSF de 04/10/2023, p. 160\)](#)

17. Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN). [\(DSF de 01/11/2023, p. 84\)](#)

18. Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 172/2023-BLVANG). [\(DSF de 08/11/2023, p. 202\)](#)



Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes
PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

- 1ª Eleição Geral: 19/04/1995

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

7ª Eleição Geral: 14/07/2009
- 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

12ª Eleição Geral: 18/09/2019

13ª Eleição Geral: 21/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PDT)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPGF
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-5713
E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)***1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**Atualização:** 11/11/2015**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

- 1ª Designação: 16/11/1995
- 2ª Designação: 30/06/1999
- 3ª Designação: 27/06/2001
- 4ª Designação: 25/09/2003
- 5ª Designação: 26/04/2011
- 6ª Designação: 21/02/2013
- 7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NAOT
Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:
1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



15) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE:



18) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



19) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



20) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



21) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



29) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



30) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Número de membros: 0 titulares

Secretaria Geral da Mesa



NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

